



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

BRUNO ALTINO TEIXEIRA FÉLIX

PERDOAR É HUMANO

**Relatório realizado no âmbito da Unidade Letiva 3: O
Perdão, do 4.º ano de escolaridade da disciplina de
Educação Moral e Religiosa Católica**

Relatório Final da Prática de Ensino
Supervisionada sob orientação de:
Profª Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2018

“SÓ UM EXCESSO DE AMOR PERMITE COMPREENDER O PERDÃO.”

(JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar um profundo agradecimento a todos os professores que me acompanharam e orientaram nestes seis anos de caminhada, tanto na Licenciatura, como agora no Mestrado.

À minha Orientadora, Professora Doutora Maria Isabel Pereira Varanda, pela disponibilidade, contributos, sugestões, compreensão, pelas palavras de incentivo e de força.

Ao professor cooperante, do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, Doutor Gastão Veloso, pela sua enorme disponibilidade e apoio prestado no decurso da lecionação da unidade letiva. Pela simplicidade e carinho com que trata cada estagiário.

A todos os amigos de caminhada, ao Padre António Cachadinha... sem eles, isto teria sido bem mais difícil.

A todas as escolas onde lecionei nos últimos seis anos, pela compreensão...

Aos meus pais, por aquele apoio e aquela ajuda de sempre.

Por fim, mas não em último, ao amor da minha vida, à minha grande esposa e grande mulher, Cláudia, que não poucas vezes se sacrificou, mas ao mesmo tempo me deu força para continuar, quando o caminho mais fácil era desistir...

Ao meu filho Pedro, pelas ausências, pelos puzzles do Homem-Aranha que não ajudei a construir, pelo sorriso, pelo beijo e abraço com que sempre me presenteou... A eles, um muito obrigado, mas ao mesmo tempo, peço PERDÃO.

RESUMO

Relação, Perdão e Reconciliação. Três conceitos que envolvem uma “mixórdia de temáticas” e que implicam necessariamente um antes, um durante e um depois. Antes do perdão, vem a relação, no sentido de uma urgente necessidade do ser humano em construir laços consigo mesmo, com os outros e com Deus. Mas, porque o ser humano está longe de ser perfeito, o mal surpreende a vida, invade o seu espaço interior, deixa-o na inquietude de uma incompreensão instalada. E entre o mal que o ser humano pratica e o mal que o ser humano sofre, surge o perdão, como um abraço impensável, um sinal de esperança num futuro diferente, uma reinvenção de uma vida.

É deste pressuposto que se pode falar de reconciliação, como o depois do perdão, como o resultado de uma decisão unilateral de amor, como premissa fundamental àquilo que todo o ser humano deve ser: “imagem e semelhança de Deus”.

Palavras-chave: pessoa, relação, outro, Deus, EMRC, perdão, mal, dom, ódio, justiça, culpabilidade, esquecimento, memória, reconciliação, purificação, retorno, justificação, dádiva, amor.

ABSTRACT

Relationship, Forgiveness and Reconciliation. Three concepts which involve a kind of “melting pot” of ideas and which necessarily imply a before, a throughout and a after the events.

Before the forgiveness comes the relationship, in the meaning of an urgent necessity of the human being in building bonds with himself, with the others and with God. However, as the human being is far from being perfect and faultless, the evil surprises life, invades its inner space and leaves the person in great concern with the feeling of misunderstood. And among the evil that is done to others and the one that is experienced comes the forgiveness, like an unthinkable hug, a sign of hope for a different future, a reinvention of life.

It's starting with this assumption that we can approach reconciliation, it's what follows the forgiveness like the result of a unilateral decision of love, like fundamental principles of what a human being should be: “God image and likeness”.

Keywords: person, relationship, the other, God, EMRC, forgiveness, evil, gift, hate, justice, culpability, forgetfulness, memory, reconciliation, purification, return, justification, gift, love.

ÍNDICE

RESUMO	4
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – SOMOS SERES EM RELAÇÃO	11
1. A pessoa é relação	11
<i>1.1. A noção de pessoa</i>	13
<i>1.2. A pessoa e a relação com o outro</i>	15
<i>1.3. A pessoa e a relação com Deus</i>	18
2. EMRC, ajuda na relação?	21
<i>2.1. A opção de EMRC</i>	23
<i>2.2. O perfil do professor de EMRC</i>	29
CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DO PERDÃO	32
1. Os sentidos do perdão	32
2. As origens do perdão	35
<i>2.1. Contexto bíblico</i>	36
<i>2.2. O enigma do mal</i>	38
3. O Perdão como dom	40
<i>3.1. O poder de perdoar</i>	41
<i>3.2. É possível ao ser humano, perdoar-se?</i>	43
<i>3.3. A necessidade do perdão</i>	45
3.3.1. A remoção do ódio	47
3.3.2. A força da justiça	48
3.3.3. A culpabilidade como arrependimento e promessa	50
3.3.4. O esquecimento da memória dolorosa	51
4. A desumanidade não perdoa	52
<i>4.1. O perdão na Igreja</i>	52
<i>4.2. A esperança de uma memória feliz</i>	53
CAPÍTULO III – A RECONCILIAÇÃO	55
1. O Sacramento da Reconciliação	55
<i>1.1. Dados Antropológicos</i>	56
<i>1.2. Dados bíblicos</i>	57

1.3. <i>Dados teológicos</i>	61
2. A Reconciliação: a alegria do perdão	63
2.1. <i>O perdão como purificação</i>	63
2.2. <i>O perdão como retorno</i>	64
2.3. <i>A justificação como símbolo do perdão</i>	67
2.4. <i>O perdão como símbolo de dádiva</i>	70
2.4.1. O símbolo dá que pensar	70
2.4.2. O símbolo dá que sentir	71
2.4.3. O símbolo dá que agir	72
 CAPÍTULO IV – PRÁTICA LETIVA DA UNIDADE LETIVA 3: “O PERDÃO”, DO 4.º ANO DE ESCOLARIDADE	74
1. Caracterização do Agrupamento e da turma do 4.º 7 da Escola Básica do Bairro da Misericórdia	75
1.1. <i>Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches</i>	75
1.2. <i>Escola Básica do Bairro da Misericórdia</i>	78
1.3. <i>Caracterização da turma 7 do 4.º ano da Escola Básica do Bairro da Misericórdia</i>	78
2. Enquadramento da Unidade Letiva 3: “O Perdão”	79
3. Planificação da Unidade Letiva 3: “O Perdão”	79
3.1. <i>Aula 1: Somos seres em relação; O que é errar</i>	80
3.2. <i>Aula 2: A necessidade de perdoar e pedir perdão</i>	83
3.3. <i>Aula 3: Jesus convida a perdoar sempre</i>	87
3.4. <i>Aula 4: O perdão traz-nos a paz, a nós e aos outros</i>	90
3.5. <i>Aula 5: A Reconciliação: Vale a pena recomeçar</i>	92
4. Reflexão sobre as aulas da Unidade Letiva 3: “O Perdão”	95
 CONCLUSÃO	103
 BIBLIOGRAFIA	105
 ANEXOS	111

INTRODUÇÃO

O presente relatório insere-se no âmbito da disciplina de Prática de Ensino Supervisionada, respeitante ao mestrado de Ciências Religiosas, da Faculdade de Teologia de Braga – Universidade Católica Portuguesa.

Perdoar é Humano? Esta é a questão fundamental, no qual o presente relatório procura uma resposta.

Falar de perdão implica falar de relação. Todo o ser humano é um ser em relação, na medida em que todo o homem e mulher são capazes de sonhar, antecipar, elaborar projetos que no futuro possam tornar-se uma realidade. Mas sobretudo, têm de ser capazes de reconhecer o próximo como parte essencial para a própria perceção de si, já que o "eu" só existe no contacto com o outro.

Mas, o ser humano, por vezes, mesmo sem querer, deixa-se levar pelo mal, sendo que este dá sobretudo que lutar, e lutar contra, na medida em que “o sentido da vida deve ser permanentemente procurado, pois nunca está definitivamente garantido”¹. No dia-a-dia, todo o homem e mulher confronta-se com ruturas, divisões, separações, injustiças, violência e pecados, que obscurecem a luz do sentido da vida e colocam em evidência a necessidade de pedir, aceitar e dar o perdão, pois só dessa forma poderá existir a reconciliação.

Mas, como poderá ocorrer o perdão? Na dificuldade com que esta temática se debate, derivado das profundas marcas que o mal deixa no interior da vítima, perdoar é uma lógica estranha, todavia possível, pois o desejo que todo o homem e mulher tem de ser, isto é, o desejo de regeneração, representa a última esperança do coração humano que implica uma decisão unilateral de amor. A força do perdão não é a anulação dos traços da memória, mas a purificação do seu carácter perverso e obsessivo, que leva a vítima em direção ao culpado, na medida em que, a promessa que o esforço de interpretação inclui é a da hospitalidade mútua, a do viver e conviver, olhando com esperança renovada o futuro.

Por isso, falar de perdão implica falar de reconciliação. A verdadeira reconciliação olha de frente os conflitos, procurando conhecer e transformar as causas, com a finalidade de uma busca permanente do sentido de vida. É a luz deste sentido de vida, que alumia os caminhos do perdão e da reconciliação, sendo que tudo isto se entrelaça num caminho de cura dos relacionamentos humanos, que permite realizar projetos cheios de sentido, de modo a que cada vida possa ser um contributo para “Caminhos autênticos e libertadores oferecidos pela fé cristã, que permitam à pessoa, a partir do *logos*, *agarrar* (eros) e *doar* (ágape) a vida, ou seja,

¹ Nuno Manuel Santos Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl* (Editora Paulinas, 2017), 11.

reconciliar-se, realmente com a vida”².

Assim sendo, perante este alargado horizonte do perdão, o primeiro capítulo, denominado *Somos seres em relação*, abordará, numa primeira parte, o conceito de pessoa como um ser de relação. Um ser que deve tentar ir ao encontro e à descoberta da sua identidade e da sua essência, um ser que deve incutir em si mesmo a necessidade de se relacionar e amar o próximo, e um ser capaz de perceber que Deus irrompe na vida do ser humano e a converte em história. Numa segunda parte, falar-se-á da missão da escola numa educação que deverá ser integral e onde a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica³ tem um papel fundamental. A experiência de aplicação dos conteúdos da EMRC, bem como as mudanças socioculturais que se foram fazendo sentir na sociedade, reclamam, neste capítulo, a indispensabilidade de uma abordagem ao ensino da religião no contexto educativo desta disciplina.

No segundo capítulo, intitulado *A importância do perdão*, começar-se-á por definir o sentido etimológico e filosófico do perdão. De seguida, falar-se-á do contexto bíblico do termo, tanto no Antigo como no Novo Testamento, bem como do enigma do mal, onde se tentará entender, porque o mal parece estar na origem de todos os males enfrentados pelo perdão. Posteriormente, tentar-se-á entender porque o perdão é dom. Para tal, será necessário perceber o porquê do poder de perdoar ser uma possibilidade de começar algo novo, entender, também, se é possível ao ser humano perdoar-se a si mesmo, bem como perceber em que campos o perdão faz sentir a sua presença. Por fim, e ainda no que diz respeito a este capítulo, existirá um ponto denominado *A desumanidade não perdoa*, onde se tentará perceber o porquê de no quiasmo entre a dívida imperdoável e o dom gratuito e incondicional, se há-de procurar a essência do perdão.

O terceiro capítulo, centrar-se-á naquele que deverá ser o resultado de um perdão profundo e incondicional, *A Reconciliação*. Começar-se-á por abordar os dados antropológicos, derivado do facto de as dimensões humanas serem co-constitutivas do sacramento da reconciliação; os dados bíblicos, pois a reconciliação tem as suas raízes na Sagrada Escritura, que sendo Palavra de Deus revelada a todo o homem e mulher é o pressuposto e fundamento de toda a teologia; e dados teológicos, na medida em que a Teologia, com os seus métodos e critérios, contribui para a inteligibilidade dos sacramentos e por isso a sua missão é, entre outras, aprofundar o conhecimento do mistério da reconciliação. Seguidamente, proceder-se-á em busca de uma simbologia do perdão, onde se irá penetrar nos símbolos com que o perdão se identifica, como forma de compreender a transfiguração que ele provoca, a reconciliação.

O último capítulo, pretende ser a transposição para o contexto de sala de aula, da

² Ibid., 20–21.

³ A partir deste ponto, Educação Moral e Religiosa Católica será denominada de EMRC.

construção teórica da unidade letiva em questão, denominado *Prática letiva da unidade letiva 3 do 4.º ano de escolaridade – “O Perdão”*. Centrar-se-á no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada e enquadrará a abordagem pedagógica didática e avaliação da respetiva unidade letiva. O primeiro ponto deste capítulo refere-se aos seguintes tópicos: Caracterização do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches; apresentação da Escola Básica do Bairro da Misericórdia, local onde se desenvolveu a Prática de Ensino Supervisionada; e breve caracterização da turma. Num segundo ponto, é abordado o enquadramento da unidade letiva, e por fim seguir-se-á uma proposta de planificação da unidade letiva em cinco aulas, onde será realizada uma descrição de cada sessão, seguida de uma avaliação e reflexão, onde serão salientados os aspetos mais importantes e as dificuldades encontradas na lecionação de cada aula.

Na sua metodologia de referência bibliográfica e de citação, o Relatório segue a norma Chicago 16 A e, no seu conteúdo, rege-se pelo novo acordo ortográfico.

Por fim, de salientar o primeiro livro que foi lido e que foi o ponto de partida, e uma referência na elaboração deste relatório, *A Esperança do Perdão*, de Pedro Valinho Gomes, uma obra que fala de um tema tão complexo e sensível, mas ao mesmo tempo, uma obra de linguagem clara e leitura inesquecível, que tanto tocou quem elaborou o presente relatório. Com ele, qualquer pessoa aprende que “Perdoar é Humano”.

CAPÍTULO I – SOMOS SERES EM RELAÇÃO

A questão antropológica surgiu na história sempre que o ser humano perdeu o seu domicílio certo e a sua segurança, quando o mundo e a sua posição nele foram postos em causa. É então que ele se sente forçado a perguntar por si mesmo, pela sua essência, e pelo sentido da sua existência.⁴

No entanto, a designação de “pessoa” remete, inegavelmente, para a problemática da identidade, levando-nos, no limite, à procura da essência e da diferença do ser humano social capaz de representação e de plasticidade, ao interagir com o mundo que o rodeia.⁵ É aqui que se torna fundamental a relação do ser humano com Deus, sendo que é na relação com a transcendência que cada ser humano caminha em direção a uma sociedade mais justa, sustentada na intensidade que deve disponibilizar no amor a Deus e ao próximo, bem como no zelo pela justiça e pela paz entre todos.⁶

Neste âmbito, é de salientar a importância da presença institucional da Igreja Católica na Escola, nomeadamente no plano do Ensino Religioso Escolar, com a disciplina/área curricular disciplinar de EMRC, na medida em que a Moral Cristã contribui para a abertura e educação para a relação, pois só a relação conduz ao amor e permite a verdadeira sabedoria através da troca de diferentes perspetivas sobre a mesma realidade, sem a qual não é possível a compreensão global dos fenómenos e das coisas. Ensina que todo o ato educativo é uma busca incessante da verdade, uma verdade profunda, resultado da investigação a que a relação com o outro conduz, e realça a necessidade de educação para a capacidade de discernimento.⁷

Nesse sentido, ao longo deste primeiro capítulo fala-se, num primeiro ponto, da noção de pessoa, a sua relação com o outro e a sua relação com Deus. Num segundo momento, do contributo que a disciplina de EMRC poderá ter nas relações do ser humano.

1. A pessoa é relação

Nos séculos XIX e XX, uma das preocupações centrais do ser humano é a identidade humana.

Numa perspetiva existencialista, cada ser humano constrói-se a si próprio, sendo que

⁴ Cf. Martin Buber, *Le problème de l'homme* (Paris: Aubier, 1962), 21.

⁵ Cf. Emília Rodrigues Araújo, «Pessoa e Sociedade», em *A relação entre pessoa e sociedade: um olhar a partir do tempo* (Braga, 2005), 2.

⁶ Cf. Franciscus, Pp, “Adhortatio Apostolica ‘Evangelii Gaudium’ (24 de novembro de 2013),” *Acta Apostolicae Sedis* 201 (2013): 1019-1137. A partir deste momento, a referência a este documento será feita com a sigla EG, no corpo do texto, seguida do respetivo número de parágrafo.

⁷ Cf. Manuel Linda, «O docente de EMRC e o “novo discurso sobre a credibilidade” do Evangelho (EG, 132)», *Fórum EMRC 2015*, 2015, <http://www.educris.com/v2/tv/emrc/1927-o-docente-de-emrc-e-o-novo-discurso-sobre-a-credibilidade-do-evangelho-eg-132>.

esta descoberta é realizada segundo o modelo subjetivo, onde a identidade de cada indivíduo é contruída de forma absolutamente individual, confundindo particularidade, unidade e unicidade pessoal com a redução individualística de cada um em si mesmo, sendo que é neste processo particular que se edifica o destino de cada indivíduo, enquanto ser livre.⁸ O modo de ser de cada ser humano anterioriza cronologicamente e ontologicamente a essência humana, na sua unidade abstrata.

No entanto, é de considerar que nenhuma identidade se descobre pelo isolamento, pela introversão e concentração do indivíduo em si mesmo. A descoberta da identidade pressupõe a existência e consciência de uma diferença. Esta implica relação, para se construir como diferença e para ser percebida como tal. Por conseguinte, só no relacionamento interpessoal se podem construir identidades pessoais, pois só aí surgem diferenças reais, e só partindo desse pressuposto, é que cada ser humano consegue ter a percepção da existência das mesmas. À resposta específica, à interpelação de uma alteridade, surge-nos a identidade. O conjunto de histórias com o outro vai formando a identidade pessoal, ligando o sujeito ao seu contexto cultural: a identidade é o resultado da constante interação entre a sua idiossincrasia e o ambiente cultural. Neste sentido, o desenvolvimento da identidade humana é feito por relação a uma herança muito diversificada e complexa, a tradição.⁹

No campo da sociologia, pode-se considerar a pessoa como “o último reduto do privado, da individualidade, da diferença, sendo também o último refúgio da autonomia e da liberdade, em sentido pleno”¹⁰. A sociedade, por seu turno, é remetida ao poder, ao domínio, ao controlo e à normalização. Ela representa o peso de todos os outros e sinaliza, no limite, a supremacia sobre o indivíduo, podendo tirar-lhe autonomia, reduzir-lhe a liberdade e fazer de si um agente, cujas opções são condicionadas pelos grupos, instituições e normas.

Esta relação entre indivíduo-pessoa¹¹ e sociedade, esteve ao longo da história da sociologia em grande oposição, desde que, justamente, se conceba que o indivíduo está constrangido pela sociedade reagindo perante o controlo exercido por esta. As mais recentes conceptualizações sobre a identidade, a sua construção e atualização, analisando a realidade social a partir do paradigma da complexidade, unem esta oposição. Considera-se que a

⁸ Cf. João Manuel Duque, «Textos e Identidades», *Academia.edu*, acedido 30 de Dezembro de 2017, http://www.academia.edu/10575751/Texto_e_identidade.

⁹ Cf. *Ibid.*

¹⁰ Araújo, «Pessoa e Sociedade», 2.

¹¹ Como é recorrente afirma-se que, a definição de pessoa está, em sociologia, próxima da definição de ator, considerando-se que os participantes sociais representam papéis determinados socialmente sendo, ao mesmo tempo, capazes de mudá-los e adaptá-los. Preferido, relativamente aos conceitos de indivíduo, sujeito ou agente, o conceito de ator comporta a dimensão da ação e a do condicionamento.

identidade e, portanto, a possibilidade da realização da pessoa, é o resultado de relações complexas definidas entre o indivíduo e a sociedade.¹²

A noção ou definição de pessoa como relação, a que se propõe este capítulo, implica uma revisitação de uma compreensão peculiar e universal do modo de ser de cada ser humano, que permite ao mesmo tempo, situar-se num horizonte de responsabilidade entre si e os demais seres, como um estatuto ontológico original que quotidiana e constantemente convoca à originalidade de ser e estar-no-mundo, bem como também convida cada ser humano a “ser-para-o-outro”, sendo que esta característica tem o intuito de revelar a identidade do cristão que pretende ser a manifestação da identidade de todo o ser humano, como correspondência àquilo que é o próprio Deus, em si mesmo.¹³

1.1. A noção de pessoa

A origem da noção de pessoa remete-nos para a mundividência teológica, mais concretamente para as controvérsias trinitárias e cristológicas do século IV. Embora o termo já fosse conhecido na semântica da antiguidade grega, nomeadamente na linguagem do teatro, “*prósopon*”, “*persona*”, não era até então aplicado ao ser humano e será “o Cristianismo que dará um contributo decisivo ao conceito, aplicando-o progressivamente ao ser humano”¹⁴.

Max Scheler, afirma que no ser humano há um princípio novo que está fora de tudo aquilo que se pode chamar vida, sendo que o que torna o ser humano verdadeiramente pessoa não é um grau superior de vida, mas sim um princípio contraposto a cada vida, e também à sua própria vida.¹⁵

Tal princípio, chamado pelos gregos de “razão”, vai muito além da razão, na medida em que ela envolve também “um determinado modo de ver as coisas e compreende o modo de perceber os fenómenos originários e os conteúdos do ser, uma determinada classe de atos volitivos e emocionais, como o bem, o amor, o arrependimento, a veneração, a admiração, a beatitude, o desespero, a decisão livre e pessoal”¹⁶. Este princípio é chamado por Max Scheler, de espírito e designa todos os atos que têm intencionalidade e plenitude de significado.¹⁷

Nesse sentido, o espírito deve consequentemente ser pessoal, sendo que a pessoa é a única e necessária forma existencial do espírito, e nessa medida, “constitui um centro de atos

¹² Araújo, «Pessoa e Sociedade», 2.

¹³ Duque, «Textos e Identidades».

¹⁴ José Ignacio Murillo, *Antropologia*, ed. César Isquierdo, *Diccionario de Teología* (Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A., 2007), 35.

¹⁵ Cf. Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 136–37.

¹⁶ *Ibid.*, 137.

¹⁷ Cf. Max Scheler, *Die Stellung des Menschen im Kosmos* (Bern: Francke, 1966), 37–38. Traduzido por D. Nuno Almeida em *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*.

nos quais o espírito aparece entre as esferas finitas do ser”¹⁸. De facto, o espírito tem uma determinada função cognoscitiva, um modo de conhecer que só ele pode dar, nomeadamente a “determinação de fundo de uma essência ‘espiritual’ é o seu existencial ser-desligado do orgânico, a sua liberdade, a sua desvinculação do poder, da pressão, da dependência, do orgânico, da vida, de tudo o que pertence à vida, portanto da sua inteligência impulsiva”¹⁹. Assim sendo, o espírito é então “objetividade, positividade, determinabilidade mediante o ser-assim das próprias coisas”²⁰.

Aceitando a doutrina scheleriana, Viktor Frankl afirma que o problema central e essencial é o da existência espiritual perante a facticidade psicofísica, o chamado antagonismo psiconoético, que acentua o apelo à existência espiritual, no sentido de um ser livre e responsável, contra o aparente condicionamento da parte da facticidade psicofísica.²¹ Dessa forma, Viktor Frankl considera que o ser humano, em concreto, está sempre sujeito a condicionamentos biológicos, psicológicos e sociológicos, no entanto ele mantém intacta a sua capacidade de resistência e de superação dos mais difíceis e imprevisíveis condicionamentos, tomando posição sobre si mesmo e perante as situações que vai vivendo no seu dia-a-dia.

Estamos perante um momento dialético entre a liberdade e a necessidade, sendo que de um lado temos o organismo psicofísico que oferece indicações claras e bem delineadas sobre a situação condicionada do ser humano, por outro lado fica patente a autonomia espiritual do ser humano no que respeita ao psíquico e ao físico.²² Sobretudo é colocado em relevo a presença de um antagonismo psiconoético, em contraposição ao paralelismo psicofísico.²³

Assim sendo, Viktor Frankl sustenta que todo o ser humano está para lá de si mesmo, no sentido de que a essência da existência humana consiste na sua auto transcendência.²⁴

Na verdade, só um ser humano que crê na sua vontade de significado, poderá constituir uma hierarquia de valores tal, ao ponto de “aceder ao prazer e ao poder, à autoafirmação e à satisfação dos próprios instintos colocando-os no seu lugar, que é o de serem produtos laterais, efeitos de uma realização adequada no sentido da própria existência”²⁵.

¹⁸ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 137.

¹⁹ *Ibid.*, 137–38.

²⁰ Scheler, *Die Stellung des Menschen im Kosmos*, 38–39.

²¹ Cf. Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 138.

²² Cf. *Ibid.*, 138–39.

²³ Cf. *Ibid.*, 138.

²⁴ Para Viktor Frankl, “Ser-homem quer dizer estar sempre voltado para algo ou para alguém, oferecer-se e dedicar-se plenamente a um trabalho, a uma pessoa amada, a um amigo de quem se quer bem, a Deus que se quer servir”. Cf. Viktor Frankl, *Theorie und Therapie der Neurosen* (München: Ernest Reinhardt Verlag, 1999), 60.

²⁵ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 139.

Só nesta forma de concepção, é que o ser humano poderá colocar-se em relação com a sua vida, na força do seu espírito, superando os seus próprios instintos.

1.2. A pessoa e a relação com o outro

O tema da relação Eu/Outro, é um tema de primordial importância na história da filosofia, pelo menos desde a revolução socrática. Com ela, o diálogo passa a ser um método menos privilegiado de edificação espiritual e a via por excelência que conduz ao ser.

Cultivado e problematizado por todo o helenismo, com o Cristianismo e a evolução do pensamento cristão, esse tema viria a adquirir uma dimensão ainda mais relevante. Se no Cristianismo a figura do Outro, tendo como referência o mandamento do amor de Jesus Cristo, atinge a dignidade suprema da divindade, algo que nunca acontecera na cultura pagã, no domínio estrito da especulação filosófica e teológica, a transformação não seria menor. De facto, a expressão suprema do ser que no Cristianismo é Deus, assume a forma e a essência da Trindade, ou seja, uma realidade essencialmente relacional, e onde a estrutura Trinitária afeta o núcleo do ser e amplia a dimensão relacional entre o Eu e o Outro, integrando preferencialmente o ser na figura do Nós.

A relação com o outro é a relação pessoal primeira, como “intersubjetividade”²⁶ ou melhor, “interpersonalidade”, em que o Eu e o Outro ‘interagem como sujeitos’, realizando-se na realização do seu Outro, o próximo, na comunidade humana.²⁷

Desse modo, a existência desenha-se no seio de espaços e de tempos em que cada ser humano se relaciona com o outro, através de horários e de determinadas marcações do tempo, como a semana, o mês, o ano, entre outras. No entanto, em determinados momentos ou fases da vida, o ser humano sujeita-se a um controlo apertado do tempo, ou porque o deseja ocupado com atividades de tipo produtivo, ou porque precisa de serviços que apenas acontecem em determinados períodos de tempo circunscritos, que o obriga a regular o seu ritmo mediante os ritmos impostos por esses outros agentes e instituições.²⁸

O tempo sempre foi, pelo menos na história da sociologia e da antropologia, algo considerado como avassalador relativamente à experiência concreta dos indivíduos ao longo da

²⁶ Para Descartes, o outro fica justificado ontologicamente; na psicologia (do empirismo) inglês o outro é objeto de um eu, instintivo e sentimental; em Kant e Fichte, o outro encontra-se no termo da atividade moral do eu; em Hegel e Marx o outro relaciona-se com o eu no jogo dialético do espírito e da dialética da natureza; e na filosofia da vida de Dilthey, o outro aparece como invenção do eu; Husserl constitui o último expoente da inclinação egológica da filosofia ocidental, é pela mão de Husserl e Heidegger que a questão da intersubjetividade entra no pensamento contemporâneo”. Cf. Carlos Beorlegui, *Lecturas de Antropologia Filosófica*, ed. Dsclée de Brower (Bilbao, 1988), 222.

²⁷ Cf. Emerich Coreth, *O que é o Homem? Elementos para uma Antropologia filosófica* (Lisboa: Verbo, 1988), 195–97.

²⁸ Cf. Araújo, «Pessoa e Sociedade», 8.

sua história de vida e ao longo da macro-história.²⁹ Marcel Mauss defende uma ideia seminal relativamente a este carácter englobante do tempo, ao afirmar, a propósito do estudo que conduz junto dos esquimós, que o ritmo da vida social exerce violência sobre as mentes e os corpos dos indivíduos.³⁰ Ora, é por esta razão que o tempo é, em simultâneo, o espaço de realização da ação dialética entre pessoa-ator e sociedade e um sinalizador do estado desta relação.³¹

Emanuel Mounier, na primeira metade do século XX, caracterizou a sociedade ocidental como ideologicamente marcada pelo individualismo, sendo que este é descrito como sendo um “sistema de costumes, de sentimentos, de ideias e de instituições que organiza o indivíduo, partindo de atitudes de isolamento e de defesa”³². Após este diagnóstico, o autor considerava que a pessoa estava a entrar numa fase de perigoso declínio e era urgente recuperar a categoria da relação para combater a crise individualista. Para afirmar o princípio ontológico da pessoa, era necessário alicerçar uma reflexão que inspirasse a construção social na fidelidade ao princípio da dignidade do ser pessoa, como um ser social, onde o primado da relação se evidenciasse em contraste ao isolamento individualista.

A reflexão de Emanuel Mounier destaca o específico do ser ontológico da pessoa, porque alicerça o paradigma personalista na defesa daquilo que devolve o ser humano ao fim para que foi criado: um ser para os outros. Emanuel Mounier entende que a pessoa é uma existência capaz de se libertar de si própria, de se desapropriar, de se descentrar para se tornar disponível para os outros. A pessoa surge-nos aqui, como uma presença voltada para o mundo e para as outras pessoas, aliás, diz que a pessoa não existe senão para os outros, não se conhece senão pelos outros, não se encontra senão nos outros. A pessoa é uma existência capaz de se libertar de si própria, de se expropriar, de se descentrar para se tornar disponível para os outros, numa luta contra o egocentrismo, o narcisismo e o individualismo.³³

Numa linha de pensamento similar situa-se Martin Buber na filosofia da relação, sendo que ele refere que “No princípio é a relação. [...]. Quando se vive numa relação realiza-se, neste tu encontrado, a presença do Tu inato”³⁴. Martin Buber encara o lugar dos outros como sendo indispensável para a realização existencial do ser humano, defendendo que a própria palavra princípio, Eu-Tu, fundamenta o mundo da relação. Esta visão inovadora sobre a humanidade, pretendia derrubar pela base o individualismo, sendo que o autor alicerça a relação na categoria dos princípios.

²⁹ Cf. Ibid., 11.

³⁰ Cf. Marcel Mauss, «Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimó», em *Sociologia e Antropologia* (São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974), 243–322.

³¹ Cf. Araújo, «Pessoa e Sociedade», 11.

³² Emmanuel Mounier, *O Personalismo* (Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1960), 12.

³³ Cf. Ibid., 12–62.

³⁴ Martin Buber, *Eu e Tu* (São Paulo: Editora Moraes, 1974), 37.

Na perspectiva de Martin Buber, a abordagem para a antropologia filosófica deve ser realizada como um ato vital, tendo como fundamento a relação, porque é nesta categoria que verdadeiramente se encontra o próprio sentido do ser humano. O Eu experiencia algo, mas não experiencia o ser humano a quem diz Tu, o seu Eu, entra em relação com ele: “A pessoa aparece no momento em que entra em relação com outras pessoas. [...] A finalidade da relação é o seu próprio ser, ou seja, o contacto com o Tu. A primazia posta na relação que nos ‘constrói’ é a relação única que nos descentraliza e nos projeta para o outro”³⁵.

É nesse sentido, que importa falar no tipo de relação que deverá ser estabelecida com o outro, ou seja, interessa aqui ter em consideração o modo dual de ser no amor.

Já Platão percebera que o coração dividido do ser humano orienta-se em duas direções opostas: abrindo-se ao desejo, a pessoa busca o finito, descobrindo-se perante a inquietação, a cólera e a irritação, e dessa forma abre-se à razão, estando aberto ao infinito, descobrindo-se perante a força de indignação e a coragem de empreender. Esta variação entre finito e infinito, entre o prazer e a felicidade, entre a cólera e a coragem, entre o *bios* e o *logos*, na medida em que existe neste pressuposto uma dupla atração entre a razão e o desejo, é o que caracteriza o *thumos* platónico, ou seja, o coração do ser humano.³⁶ É no fundo esta fragilidade, essa dialética infinda, essa desproporção constitutiva da pessoa que atravessa a vida humana. Como afirma Pedro Valinho Gomes, essa fragilidade humana “é a raiz da sua falibilidade, da possibilidade da falta, da rutura interna na pessoa”³⁷.

O *thumos* platónico, isto é, o coração humano, é o espaço íntimo do diálogo entre a razão e o desejo. O desejo, que brota da vitalidade do ser humano contracenando com o amor, que é fruto da razão, sendo que quando cada um deles assume a sua intenção, torna-se evidente as suas diferenças, pois enquanto o desejo busca o prazer, o amor, por seu lado, tem como intuito a felicidade, sendo que é neste desencontro, frágil e ambíguo que reside a falibilidade, mas é também neste desencontro, frágil, ambíguo e falível que se cria o espaço em que desabrocha e se constitui o ser humano³⁸.

Ludwig Binswanger³⁹, examinando os modos como se revela a presença humana global e inteiramente, afirma que um deles, e o principal, é o modo de ser no amor e na amizade, de tal modo que o “ser juntos” no amor (*modus amoris*), não é o amor sexual, a paixão amorosa,

³⁵ Ibid., 73.

³⁶ Cf. Pedro Valinho Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013), 12–13.

³⁷ Ibid., 13.

³⁸ Cf. Ibid.

³⁹ Psiquiatra suíço, nascido em Kreuzlingen a 14 de abril de 1881 e faleceu a 5 de fevereiro de 1966, destacou-se pelo seu trabalho no âmbito da análise existencial de uma antropologia fenomenológica, enriquecendo a psicoterapia com a denominada Daseianalyse, a antropoanálise.

o amor romântico, o amor cristão, o amor platônico ou mesmo o da intencionalidade de Husserl⁴⁰, mas sim “ao modo de ser juntos no ‘nós’, na dualidade do amor, ao como o ‘nós-dois’ seja no amor, o estar juntos ‘de mim e de ti’ no amor”⁴¹.

De facto, “a asserção amorosa ‘onde estás tu estou também eu’ exprime o modo único e singular, o atuar-se total da dualidade do Eu e do Tu”, pois “só no amor o Eu pode libertar-se de cada ligame que constringe, porque não é possível ser plenamente si próprio se não se é com um outro, se não construímos um ‘nós’”⁴².

Nesse sentido, o amor é totalmente independente da temporalidade, da cronologia, das especificações limitadas e limitantes do espaço e do tempo, para permanecer imutado e imutável também na separação, na distância, na morte do *modus amoris*.⁴³

O amor é, desse modo, a única maneira de captar outro ser humano no íntimo da sua personalidade. Ninguém consegue ter consciência plena da essência última de outro ser humano sem amá-lo. Pelo seu amor, a pessoa torna-se capaz de ver os traços característicos e as feições essenciais do seu amado; mais ainda, ela vê o que está potencialmente contido nele, aquilo que ainda não está, mas deveria ser realizado. Além disso, através do seu amar, a pessoa que ama capacita a pessoa amada a realizar estas potencialidades. Consciencializando-a do que ela pode ser e do que deveria vir a ser, aquele que ama faz com que estas potencialidades se venham a realizar.⁴⁴

De facto, a autorrealização acontece sempre e de forma exclusiva com a presença de um outro, de tal modo a que o Eu e o Tu consigam ir além de si mesmo e desse pressuposto poder-se-á afirmar que a sexualidade humana não se restringe à sexualidade por si só, mas essencialmente é animada e enriquecida pelo amor, superando, desse modo, uma visão biologistica e reducionista do amor humano.⁴⁵

1.3. A pessoa e a relação com Deus

A experiência do Sinai será sempre considerada por Israel como o evento fundador da sua história santa porque a história israelita será sempre a história da sua relação com Deus, na

⁴⁰ Husserl define consciência como unidade de vivências e como totalidade de atos intencionais de significâncias. A intencionalidade enquanto característica fundamental da consciência abrirá portas significativas para o desenvolvimento do pensamento husserliano. Para o filósofo, toda a consciência é intencional por efetivamente se direcionar para algo. Cf. Carine Santos Nascimento, «A vivência intencional da consciência pura em Husserl», www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas, 2016, 108.

⁴¹ Cf. Eugenio Fizzotti, *Dall'homo faber all'homo patiens. Viktor E. Frankl e la sofferenza umana*, 1.^a ed., 2004, 35–49.

⁴² Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 172.

⁴³ Cf. Ibid.

⁴⁴ Cf. Viktor Frankl, *O Homem em Busca de Um Sentido* (Lua de Papel, 2012), 131–60.

⁴⁵ Cf. Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 173.

medida em que é Deus quem Se revela e se torna acessível ao ser humano. Ao responder afirmativamente ao apelo divino, Israel inicia uma história humana e divina.

Juan Martin Velasco refere que a experiência religiosa de Israel ocorre na história, mas porque é Deus que irrompe na vida do ser humano e a converte em história. O encontro com Deus é toda a vida do povo que se converte em lugar de encontro, na medida em que “A experiência do homem faz-se teofânica e teoprática”⁴⁶. O autor, deste modo, refere que entre Deus e o ser humano estabelece-se um encontro de diálogo, porque o Deus que Se manifesta a Israel é um Deus pessoal, sendo que é neste diálogo entre Deus e os seres humanos que a história é teofania e antropofania. Teofania como lugar da manifestação de Deus, expressão de sentido. Antropofania como âmbito de realização do ser humano.⁴⁷

Com esta Revelação, Martin Buber afirma que “a grande obra de Israel não está em nos ter transmitido o Deus único e verdadeiro, origem e fim de todas as coisas, mas sim no saber mostrar-nos a apelabilidade deste Deus, tê-lo invocado como a um Tu, ter estado com ele na sua presença [...]. Na estrutura vital da relação pura, o Eu na presença do Tu, a lei segundo a qual o homem, embora possa encerrar o mundo no encontro, não pode ir para Deus e encontrá-lo senão como pessoa.”⁴⁸

Nesse sentido, Martin Buber não se restringe à relação Eu-Tu, procura ir mais além, afirmando que “cada Tu particular constitui um olhar fugaz, mas intenso do Tu eterno, o Tu de Deus [...]. E mesmo se totalmente outro, Deus é completamente presente [...] que aparece e desaparece, mas mais próximo do homem do que ele mesmo [...]. Se o homem tem necessidade de Deus mais do que qualquer outra coisa ou pessoa, também Deus, para Buber, tem necessidade, na sua eternidade, do homem.”⁴⁹

Assim sendo, nada pode separar a relação do Eu com Deus, na medida em que Deus é aquele que torna o ser humano capaz de encontrar-se com ele mesmo e com os outros. Por essa razão, a palavra de Deus penetra em tudo o que é vivido pelo ser humano, isto é, em cada acontecimento, em cada situação, em cada momento, a palavra de Deus pede ao ser humano que assuma uma atitude e que tome decisões.⁵⁰

No entanto, o ser humano jamais se poderá comparar com Deus, somente poderá medir-se a si mesmo confrontando-se com Ele, na medida em que “só tendo diante dos seus

⁴⁶ Juan Martin Velasco, *El Encuentro con Dios – Uma interpretación personalista de la religión* (Madrid: Ediciones Cristiandad, 1976), 55.

⁴⁷ Cf. Xabier Pikaza, *El fenómeno religioso* (Madrid: Editorial Trotta, 1999), 189.

⁴⁸ Buber, *Eu e Tu*, 131.

⁴⁹ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 152–53.

⁵⁰ Cf. *Ibid.*, 153.

olhos a essência realizada de maneira mais plena pode dar o melhor de si mesmo”⁵¹.

Na perspectiva de Martin Buber, no encontro entre o ser humano e o divino, assume primordial importância o amor, referindo que nele “não há possessividade ou coação da liberdade, mas presença recíproca que humaniza o encontro puramente material de dois corpos”⁵². Já Viktor Frankl, recorda que no amor o “outro” é visto na sua essência, na sua singularidade e individualidade, no seu valor, no seu dever-ser, na medida em que amar significa “poder dizer ‘Tu’ a um outro, dizendo-lhe ‘Sim’”⁵³. E nesse sentido, compreendemos “a relevância da revelação bíblica, palavra dita em tantas palavras, silêncio guardado em tantos silêncios, amor exposto em tantos amores, sentido tecido no entrelaçar de tantas linhas, vida amassada em tantas vidas, confiada a cada tempo e lugar em símbolos e metáforas, poesias e orações, construções e ritos”⁵⁴, sendo que é assim que se faz sentir de uma forma mais nítida a voz de Deus e entrever mais claramente o seu rosto.

Por sua vez, o ser humano transcende-se, tem a capacidade de ver o mundo, e de se ver a si do lado de fora. Com a religião transcendente (e com a referência a um Deus único e absolutamente transcendente), o ser humano descobre-se como um ser que se decide a si próprio (o ser humano transcende o mundo, está mais perto do ser absoluto do que dos seus relativos).⁵⁵ No entanto, o ser humano produz-se a si próprio a partir de um ponto, a sua vida corporal. Esta é anterior à consciência, emerge de dentro do mundo, logo a capacidade do ser humano de se autoproduzir é relativa. Mas ao ter um ponto de vista exterior ao cosmos, o ser humano torna-se dom de si próprio. A relação com o Outro Absoluto, Ser ou Deus, é o significado do que chamamos Religião, por um lado de pertença, por outro de dependência.⁵⁶

Todas as culturas são construídas por pautas comportamentais que dão resposta à relação com o mundo natural (sistema técnico) e com o mundo social (sistema ético). O ser humano tem de ligar as duas atividades através do sistema simbólico. Há um subsistema simbólico universal para justificar a paradoxal condição humana. E nessa medida, a religião é a parte do sistema simbólico que exprime a gramática da dependência do ser humano, exprime a dependência e a não dependência, a pertença e a não pertença através dos ritos, que ligam o significante ao significado: o compromisso com o bem e a verdade, na religião revelada. Para além disso, a religião determina a cultura, configura o inteiro sistema de cultura a partir do seu

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid., 154.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ José Frazão Correia, *A Fé vive de afeto* (Prior Velho: Paulinas Editora, 2013), 52.

⁵⁵ Cf. Alfredo Teixeira, «A exterioridade de Deus Uma aproximação à teoria da religião de Régis Debray», *Didaskalia* 2, n. XXXVIII (2008): 478.

⁵⁶ Cf. Américo José Pinheira Pereira, «O dom da fragilidade», *Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura*, 2017, http://www.snpcultura.org/o_dom_da_fragilidade.html.

átomo, os costumes, e determina-os na demanda do bem e da verdade.⁵⁷

2. EMRC ajuda na relação?

Toma consciência que tu ensinas muito mais do que uma simples matéria.
Tu estás a abrir mentes e corações; estás a moldar vidas”⁵⁸.

Karen Katafiasz

Uma das características da modernidade é a emancipação do ser humano que passa a ser o centro do universo, tendo-lhe sido reconhecida a autonomia de espírito, a liberdade da razão e o exercício da vontade, com uma fundamentada crença em que assumiria a responsabilidade de construir uma sociedade mais justa e mais fraterna. Nesta autonomia do indivíduo e consequente reivindicação dos seus direitos individuais reside a génese do cidadão moderno, que tenderá a libertar-se da solidariedade dos grupos, quer sejam a sociedade, o estado ou a religião.

A organização social passou a ser estruturada sobre o indivíduo, como pilar de uma sociedade plural, tendo o império da razão contribuído para o progresso da ciência e da tecnologia, que garantiram condições de vida, para algumas pessoas, nunca antes imaginadas. Na aurora do otimismo, emanado do desenvolvimento que parecia ilimitado, começava também a desmoronar-se no horizonte um conjunto de princípios universais que caracterizavam uma civilização denominada de cristandade e uma outra cultura se erguia marcada pelo primado do individualismo.

É neste contexto que educar para a relação constitui um autêntico desafio, porque é ir “contra corrente” e alertar para os perigos peculiares não só de uma cultura do indivíduo, mas também do consequente consumismo, como alerta o Papa Francisco:

“O grande risco do mundo atual, com a sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é uma tristeza individualista que brota do coração comodista e mesquinho, da busca desordenada de prazeres superficiais, da consciência isolada. Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros.” (EG 53)

Segundo João Duque, “o individualismo tornou cada ser humano, isolado em si próprio, presa fácil de todos os mecanismos publicitários e de consumo.” Isto apesar de simultaneamente: “assistirmos a grandes e aparatosos movimentos de solidariedade, que parecem contradizer esse individualismo.”⁵⁹ Estas ondas de solidariedade, que mais parecem campanhas de *marketing*, incentivam a promoção de uma educação para uma fraternidade

⁵⁷ Cf. Alfredo Teixeira, «A exterioridade de Deus Uma aproximação à teoria da religião de Régis Debray», 478–79.

⁵⁸ Karen Katafiasz, *A Arte de Ensinar* (Prior Velho: Paulinas Editora, 2000).

⁵⁹ João Manuel Duque, *Cultura contemporânea e cristianismo* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004), 11.

permanente, que têm como finalidade a responsabilização pelo outro, numa vivência de solidariedade autêntica, como seria apanágio de pessoas como seres em relação.⁶⁰

A cultura do indivíduo foi acompanhada pelo despontar de valores centrados no ser humano, o que de certa maneira o responsabilizou pela construção da sua vida. Porém, esta postura de querer isolar o indivíduo, ao querer libertá-lo de todas as dependências, relativamente às instituições sociais, simultaneamente conduziu-o a abdicar de regras, princípios e crenças, que eram uma espécie de bússola na orientação da sua vida pessoal e de integração na comunidade. Iniciava-se assim, o desmoronamento dos princípios, que funcionavam, até então, como eixos fundamentais, absolutos, em torno dos quais girava toda a vida humana, individual, mas sobretudo a comunitária.⁶¹

A este propósito, a Doutrina Social da Igreja refere que “Uma sociedade que, em todos os níveis, quer intencionalmente estar ao serviço do ser humano é a que se propõe como meta prioritária, o bem comum, enquanto bem de todos [...] A pessoa não pode encontrar plena realização somente em si mesma, prescindindo do seu ser ‘com’ e ‘pelos’ outros.”⁶²

Atualmente, a Escola procura redefinir a sua missão, pois numa sociedade em que a informação anda à “velocidade da luz”, a Escola dos dias de hoje é muito mais do que local de transmissão de saberes. De facto, as escolas públicas são uma conquista recente na história da humanidade, a Igreja já se tinha antecipado, começaram a surgir em meados do século XIX e a sua finalidade limitava-se então a ensinar a contar, a ler e a escrever.⁶³ No entanto, nos dias de hoje, na Escola deve existir a preocupação com a necessidade do cuidado com o ser humano, com a sua formação no contexto escolar, para promover a ampliação das consciências espiritual e social, e por se acreditar que tal investimento na autoformação do sujeito o permite crescer nas dimensões cognitivas, comportamentais e relacionais, na medida em que

“As grandes certezas, a “massificação”, a aceleração da revolução científica e técnica, o primado da economia da era da ‘globalização’, onde as pessoas, cada vez mais, parecem tornar-se dispensáveis, começam a dar lugar a uma tensão na procura de um lugar para a dignidade humana, para a autonomia, para a cooperação social, para uma cultura como ‘reino dos valores’ e, sobretudo, a um conflito latente entre valores universais e diversidade. Trata-se de construir uma ‘sociedade de parceiros’ que tem como exigências uma autêntica partilha de responsabilidades, a diversidade de pertenças e uma aprendizagem da ‘leitura’ dos acontecimentos científicos e sociais numa perspetiva ética”⁶⁴.

⁶⁰ Cf. Ibid.

⁶¹ Cf. Américo José Pinheira Pereira, *Ética e Teologia – declinações de uma relação* (Lisboa: Editorial Cáritas, 2016), 115.

⁶² Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (Lisboa: Principia Editora, 2005), 165.

⁶³ Cf. Richard I. Arends, *Aprender a ensinar*, 7.^a (Madrid: McGraw-Hill Companies, 2008), 44.

⁶⁴ Maria Eduarda Vaz Moniz dos Santos, *Desafios Pedagógicos para o Século XXI – Suas raízes em forças de mudança de natureza científica, tecnológica e social*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1999), 11.

Nessa perspetiva, a Escola torna-se um espaço privilegiado, onde saberes intelectuais e experiências de vida, se entrecruzam num esforço comum para o desenvolvimento do espírito crítico e do sentido de princípios que contribuam decisivamente para a formação da matriz cultural das pessoas, na medida em que “sem os princípios que dão merecimento ao viver humano a realidade humana não é propriamente possível.”⁶⁵

Nesse sentido, as finalidades de uma disciplina definem,

“em termos gerais, o que se pretende que um aluno adquira com a sua frequência, a partir da sua experiência como pessoa em crescimento e em desenvolvimento, no contexto de uma determinada sociedade e de um dado sistema de ensino, se cumprir as várias Metas, determinadas para o conjunto dos Ciclos (ou níveis) de ensino em que a disciplina é oferecida e pode, portanto, ser frequentada”⁶⁶.

No que respeita ao ensino de EMRC, o Estado Português atribui exclusividade à Igreja Católica, sendo que a esta compete “a elaboração e revisão dos programas, a elaboração, edição e divulgação de manuais e de outros instrumentos de trabalho, bem como a apresentação de candidatos a professores. Respeitam-se as orientações gerais que regem o sistema educativo e que garantem a harmonia curricular entre todas as disciplinas”⁶⁷.

2.1. A opção de EMRC

As finalidades da disciplina de EMRC são um elemento essencial, na medida em que elas são “as grandes metas a alcançar ou aquisições globais a adquirir por aqueles que frequentem a EMRC com continuidade e longa duração”⁶⁸.

Assim sendo, as finalidades da disciplina de EMRC são⁶⁹:

- Apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;

⁶⁵ Pereira, *Ética e Teologia – declinações de uma relação*, 115.

⁶⁶ Secretariado Nacional da Educação Cristã, «Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014» (Moscardine: Gráfica Almondina, 2014), 3.

⁶⁷ D. Tomaz Silva Nunes, *Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: SNEC, 2006), 75. Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica - Um valioso contributo para a formação da personalidade», *Pastoral catequética*, n.º 5, Ano 2 (Lisboa, 2006).

⁶⁸ Secretariado Nacional da Educação Cristã, «Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014», 4.

⁶⁹ Cf. *Ibid.*, 5.

- Apreender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.

A partir deste leque de onze finalidades, aprovadas pela Conferência Episcopal Portuguesa, elaboraram-se as metas curriculares, que definem aquilo que o professor pretende que os seus alunos aprendam. Essas metas, assentam sobre os três domínios de aprendizagem que a seguir se enumeram:

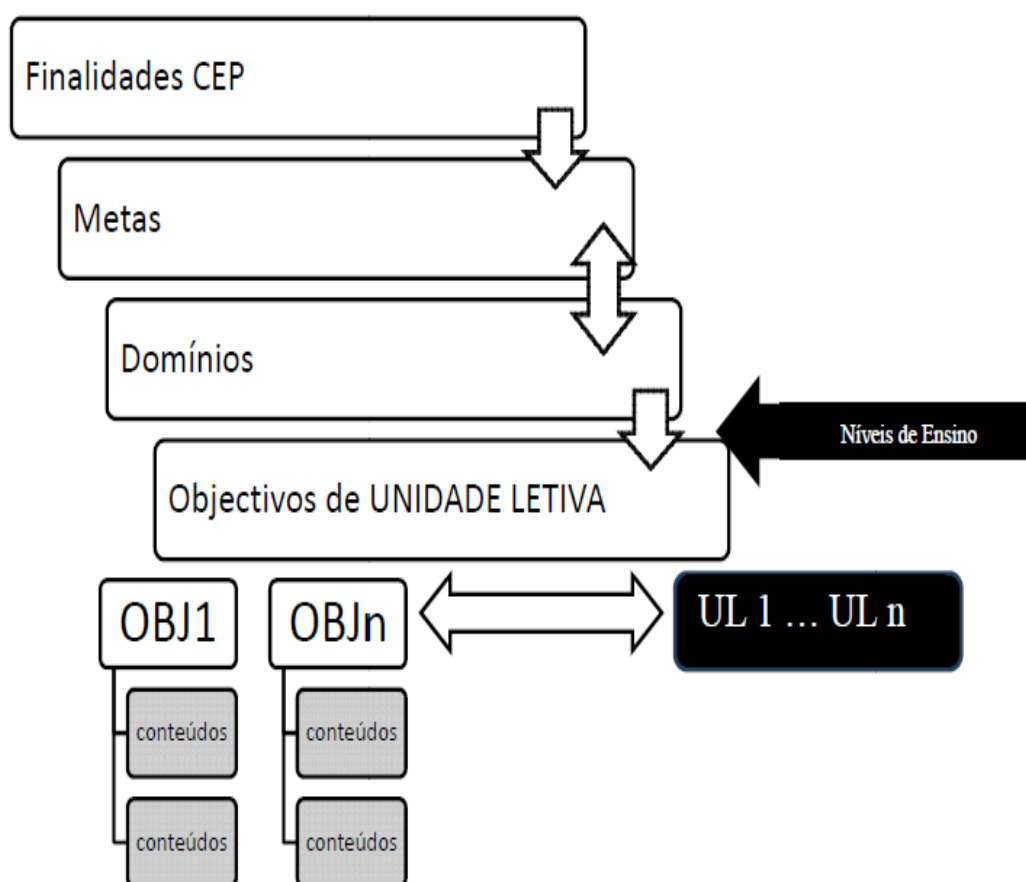
- 1 – Religião e Experiência Religiosa;
- 2 – Cultura cristã e visão cristã da vida;
- 3 – Ética e moral.

Os domínios de aprendizagem denominam as áreas de ensino que a disciplina engloba e foram criados com base no estatuto epistemológico da Teologia e das Ciências da Religião, reunindo os padrões curriculares que o aluno deve conhecer e saber. Vejamos o quadro que se segue, que revela quais são as metas curriculares da EMRC, por domínios de aprendizagem⁷⁰:

⁷⁰ Ibid., 8.

DOMÍNIOS DE APRENDIZAGEM	METAS CURRICULARES
RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA	<p>A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.</p> <p>B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.</p> <p>C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.</p> <p>D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.</p>
CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA	<p>E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo</p> <p>F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.</p> <p>G. Identificar os valores evangélicos.</p> <p>H. Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.</p> <p>I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.</p> <p>J. Descobrir a simbólica cristã.</p> <p>K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.</p> <p>L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.</p>
ÉTICA E MORAL	<p>M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p> <p>N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.</p> <p>O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.</p> <p>P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.</p> <p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p>

Eis a estruturação programática da EMRC⁷¹:



De seguida, apresentaremos os domínios de aprendizagem segundo as finalidades definidas⁷²:

⁷¹ Cf. Ibid., 15.

⁷² Ibid., 16–17.

FINALIDADES		DOMÍNIOS
I. Apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular.	XI. Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.	Domínio RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA
II. Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé.		
III. Adquirir uma visão cristã da vida.		
IV. Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso.		
(Adquirir uma visão cristã da vida).		Domínio CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA
V. Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos.		
VI. Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social.		
VII. Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã.		
VIII. Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé.		Domínio ÉTICA E MORAL
(Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social).		
IX. Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade.		
X. Apreender o fundamento religioso da moral cristã.		

METAS

A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.

B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.

C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.

D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.

E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.

F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.

G. Identificar os valores evangélicos.

H. Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.

I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.

J. Descobrir a simbólica cristã.

K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.

L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.

M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.

N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.

O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.

P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.

Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

Atendendo à importância de que se reveste a educação integral da pessoa, a EMRC, em linha com as convicções dos encarregados de educação ou dos alunos, é então parte integrante do sistema educativo, uma vez que o enquadramento moral e religioso da vida é estruturante para o crescimento das crianças e dos jovens, constituindo um universo de referência a partir do qual se estrutura a personalidade e se adquire uma visão do mundo equilibrada e aberta ao diálogo com mundividências alternativas.

A EMRC contribui igualmente para o reforço da matriz cultural portuguesa. O desenvolvimento histórico nacional é claramente marcado pela mundivisão cristã, em geral, e católica, em particular, nas suas diversas interações com outras visões e culturas ao longo dos

tempos. Nesta perspectiva, o seu programa estabelece pontos de contacto entre a cultura portuguesa, nas suas vertentes: literária, patrimonial artística e a mensagem cristã. De facto, a ponte entre a cultura portuguesa e o Cristianismo é uma realidade amplamente documentada, uma vez que a cultura portuguesa, nas suas mais variadas manifestações, reflete, em constante intertextualidade, as expressões simbólicas, rituais e doutrinárias do Cristianismo.

Observando o mundo atual com as suas múltiplas tensões, contradições, avanços e recuos é de notar a importância do conhecimento religioso para compreender os fenómenos sociais. Muitos dos conflitos procuram fundamentar-se em perspetivas religiosas certamente parcelares, mas de enorme relevância pessoal e social. Mesmo a violência que usa o religioso apenas como pretexto, uma vez que as suas motivações mais profundas são de outra ordem, requer um conhecimento das tradições religiosas que torne o mundo compreensível e facilite a superação de situações geradoras de tensões e conflitos. As crianças e jovens precisam, mais do que nunca, de um conhecimento sério do fenómeno religioso, tanto das suas potencialidades conflituais, exploradas por fanatismos radicais, como principalmente das suas possibilidades no sentido da construção de relações baseadas no entendimento e no encontro entre todos os seres humanos. Não é possível compreender muitos dos eventos internacionais sem uma clara referência ao religioso e às suas múltiplas manifestações.⁷³

No que diz respeito à Igreja Católica, o conhecimento da mensagem cristã abre as portas à descoberta do valor do outro na sua alteridade e diferença e à superação da violência que pode resultar do efeito do desconhecido na consciência humana. A religião é, e deve ser, “um fator de aproximação das pessoas e dos povos e o facto religioso, concretamente o facto cristão, contém uma enorme potencialidade irénica, promovendo, desde os seus textos fundamentais, a concórdia e a paz entre os povos”⁷⁴.

Assim sendo, é de evidente interesse para a educação dos alunos a existência de uma disciplina que, embora mantendo o seu carácter facultativo, tenha como objetivos fundamentais: educar para a dimensão moral e religiosa e para a compreensão dos elementos mais profundos da cultura nacional, necessariamente aberta ao *outro* e ao *mundo*.⁷⁵

2.2. O perfil do Professor de EMRC

O perfil do professor de EMRC contém aspetos que se aplicam a qualquer professor e aspetos específicos que decorrem da identidade da disciplina. Dessa forma, o professor de

⁷³ Cf. Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé, “Disciplina de EMRC - Enquadramento,” *Educris*, acedido em 29 março, 2018, <http://www.educris.com/v3/94-enquadramento>.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Cf. Ibid.

EMRC, além do disposto no Decreto-Lei n.º 240/2001, deve possuir as seguintes dimensões⁷⁶:

O PROFESSOR DE EMRC COMO EDUCADOR	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Inspira confiança no conhecimento e compreensão dos outros através de um diálogo franco e aberto, pelo qual se aproxima dos alunos, deixando-lhes transparecer uma irrefutável sensibilidade humana; ▶ Mantém uma relação pessoal destinada essencialmente a facilitar o desenvolvimento psicológico e intelectual dos alunos, extensível às suas famílias, com as quais se esforça por ter um contacto permanente; ▶ É exemplo na capacidade de acolhimento, na atitude dialogante, na relação com os alunos e os colegas, no tratamento dos programas, no modo como procura e assegura a interdisciplinaridade; ▶ Compromete-se na vida da escola, entendendo-a como uma comunidade educativa e não somente como um espaço onde se dão aulas; ▶ Participa ativamente em todo o processo de aprendizagem, assumindo uma postura de mediador crítico em toda a ação educativa; ▶ Esforça-se por ser competente nos domínios científico e pedagógico.
O PROFESSOR DE EMRC COMO TESTEMUNHO DE FÉ	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Sente a responsabilidade de dar testemunho, porque, sendo um profissional exemplar, esta realidade é valorizada pelo facto de ser um educador que testemunha uma autêntica vivência cristã; ▶ É uma pessoa de Esperança, com espírito jovem e, psicologicamente, adulto e maduro; ▶ Tem consciência da sua "vocação" e da "missão" recebida, dado tornar-se presença evangelizadora da Igreja na Escola, através do mandato do seu Bispo.
O PROFESSOR DE EMRC E O DINAMISMO DA CONVERSÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▶ É um cristão, firme na Fé e fonte de espiritualidade; ▶ É um cristão que salvaguarda, junto dos alunos, a vivência da Fé, e, junto de todos os outros membros do processo educativo, a dimensão espiritual da vida; ▶ É um cristão que compreende as mutações tecnológicas, económicas e sociais e que perscruta os sinais dos tempos nelas contidos; ▶ É um cristão que preserva e desenvolve o sentimento e os fatores de identidade religiosa e cultural do Povo;

No entanto, o professor de EMRC precisa de olhar para si e experimentar Deus na sua vida, para poder ajudar o adolescente a experimentá-Lo:

“Quem quiser ser instrumento da paz de Deus deve ele mesmo ser uma pessoa pacificada, imbuída de cuidado essencial e cheia do espírito de bem-aventuranças, que é o que traz a paz. Deve irradiar paz de dentro para fora a partir da sua identidade mais profunda”⁷⁷.

⁷⁶ Cf. Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé, “Ser Professor de EMRC,” *Educris*, acessido em 6 de junho, 2017, <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>.

⁷⁷ Leonardo Boff, *A oração de São Francisco. Uma mensagem de paz para o mundo atual* (Rio de Janeiro: Sextante, 1999), 60–61.

Em suma, no final deste capítulo, pode-se afirmar que o ser humano tem capacidade de descobrir a sua dimensão física, psíquica e espiritual, que não andam isoladas, mas que se podem observar separadamente. Como refere D. Nuno Almeida, “o homem, nas suas reflexões, descobre que só é verdadeiramente homem na sua *tridimensionalidade*, o que implica superar qualquer monismo (não só materialista, mas também o espiritualista) ou qualquer visão racionalista e intelectualista”⁷⁸.

Como tal, todo o homem e mulher precisa de ser um Ser em relação, precisa de estabelecer laços no seio de uma sociedade globalizada, de modo a que cada ser humano possa ter a possibilidade de concretizar os seus objetivos e de ir ao encontro das suas expetativas. É na base do entendimento e da concórdia que todo o ser humano constrói os seus relacionamentos, no entanto, por vezes, surgem situações de conflito que os colocam em causa. Nenhum ser humano pode afirmar que não sofreu, que não errou, que em algum momento não sentiu a própria existência “descolorir-se de significado”⁷⁹.

Daí que faça sentido falarmos de perdão, como atitude essencial na vivência humana, sendo que a expressão “Perdoar é Humano” tem o intuito de:

“fazer uso de todos os recursos do humano e neste sentido poder resgatar os elementos positivos que estão presentes também no trágico, porque o homem pode desejar o bem mesmo quando se lhe apresenta como desafio ou tentação, e educar-se na capacidade de sofrer, porque o sofrimento embrutece o homem apenas se ele renuncia ao seu ser consciente e responsável.”⁸⁰

⁷⁸ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 213.

⁷⁹ Ibid., 214.

⁸⁰ Ibid.

CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DO PERDÃO

“Contra ti pequei, só contra ti,
fiz o mal diante dos teus olhos...
Purifica-me com o hissope e ficarei puro,
Lava-me e ficarei mais branco do que a neve...” (Sl 51, 6-9)

1. Os sentidos do perdão

Por detrás do perdão, há sempre uma história para contar. Quem não se lembra da “Parábola do Filho Pródigo”⁸¹, onde desde logo nos surpreende o respeito do pai para com o filho mais novo, que decide abandonar a família para desperdiçar a sua herança. No entanto, surge-nos uma questão: Depois de o filho mais novo ter caído numa profunda desgraça, como é que ele sabe que o pai o receberá, não como seu filho, mas como seu servo?⁸²

Ao tentarmos entender o verdadeiro significado desta parábola, questionamo-nos, um pouco à imagem do outro irmão da história, acerca “da justiça e da equidade, da moral e dos costumes, do sentido da ação, e perdemo-nos nos contornos singulares desta história que evocam gratuidade e superabundância”, sendo que estes são “os contornos, o mais das vezes, das histórias do perdão”⁸³.

O mundo de hoje conta-nos inúmeras histórias de violência e crueldade, e algumas de perdão oferecido, onde “sonhamos e esperamos que haja, nessas histórias carregadas de absurdo, um desenlace feliz, idêntico ao do pai e do filho pródigos”⁸⁴. Considera-se pródigo não só o filho, mas também o pai, claro que cada um à sua medida, pois se por um lado o filho esbanjou a herança do pai, por outro lado, o pai não olhou a meios para celebrar o regresso de um filho que ele julgara perdido.

Mas, o que nos revela a palavra perdão?

A partir dos sentidos etimológico e filosófico da palavra perdão, recolhidos no dicionário filosófico de Barbara Cassin⁸⁵, é possível esclarecer e condensar as direções do seu estudo, pois nele estão reunidos os seus pontos essenciais, especialmente a questão da dívida e dos acertos de contas. O dicionário esclarece que na maioria das línguas europeias, é constituído a partir de uma forma do verbo dar com um prefixo de intensidade, como se vê em *pardon* (francês), *forgiveness* (inglês), *vergebung* (alemão), *perdon* (espanhol), *perdono* (italiano).⁸⁶

⁸¹ A história completa narrada por Lucas encontra-se nos versículos 11 a 32.

⁸² Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 21.

⁸³ Ibid., 22.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Barbara Cassin, «Pardoner», em *Vocabulaire Européen des Philosophies: Dictionnaire des Intraduisibles*, ed. Barbara Cassin (Paris: Seuil, 2004)

⁸⁶ Cf. Barbara Cassin, «Pardoner», em *Vocabulaire Européen des Philosophies: Dictionnaire des Intraduisibles*,

Na maior parte das línguas modernas, tanto latinas como germânicas, perdoar é uma transposição do latim tardio *perdonare*, atestada uma só vez (em Esopo de Romulus, por volta do século IV). O verbo não é um composto direto de dar, mas deriva do substantivo *donum*, de *donare* (fazer dom de). Esta ligação do perdão ao dom, que Pedro Valinho Gomes chama de umbilical, oferece “um dos planos significativos mais ricos do perdão, ao beber do dom todo o Universo de gratuidade, de superabundância, de desproporcionalidade, mas também de liberdade e de reconhecimento”⁸⁷. No entanto, refere-nos o mesmo autor, que a ligação perdão e dom não esgota toda a etimologia da palavra, pois os antigos gregos e latinos falavam em perdão como conhecimento, na medida em que quer o grego *suggignôskein*, quer o latim *ignoscere*, são formas compostas a partir de um verbo que significa «aprender a conhecer» (o grego *gignôskein*, e o latim *noscere*).⁸⁸

O termo grego *suggignôskein* implica um “conhecimento compartilhado, sublinhado pelo prefixo ‘*sun*, *com*’. *Ignoscere* refere-se, pelo contrário, a uma negação do saber, à ignorância, uma recusa do conhecimento marcada pelo prefixo de negação ‘*in*’”⁸⁹.

Nesse sentido, a ideia de perdão no termo grego *suggignôskein* revela “um agir em plena consciência no sentido de compreender as razões de outrem, perceber os motivos do seu erro”⁹⁰, na medida em que literalmente significa “aprender a conhecer com”, “ter uma compreensão comum, um conhecimento mútuo”. Como afirma Barbara Cassin, é “compreendendo em conjunto, quer dizer, entrando nas razões do outro, pela ação intelectual e não pela compaixão, que um Grego perdoa”⁹¹.

É nesse sentido que Aristóteles fala de *suggnômê*, como compreensão e abertura de espírito. Na *Ética a Nicómaco*, coloca a *suggnômê* no que chama de “virtudes intelectuais (dianoéticas), em contraposição às virtudes morais” (*êthikas*). Ela é ligada a *sunesis*, que significa “lançar junto, relacionar, compreender”, com o mesmo provérbio “*sun*” de *suggnômê* que se traduz por “inteligência”; e define-se por relação à *gnômê*, a faculdade de conhecer (tanto em *gnômê* como em *suggnômê*) que se entende por “julgamento”, “resolução”, e que recobre também o “bom senso” e o “senso comum” ao mesmo tempo que a “intenção” e o “veredito”. *Gnômê* e *suggnômê* reenviam juntas, não ao justo que reparte segundo a igualdade ou corrige e equaliza segundo a proporção, mas à equidade que, no coração da justiça, corrige o justo segundo a lei.⁹² Nesta descrição, Aristóteles “coloca na pessoa do outro, no culpado, uma

ed. Barbara Cassin (Paris: Seuil, 2004), 893.

⁸⁷ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 23.

⁸⁸ Cassin, «Pardonner», 893.

⁸⁹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 23.

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ Cassin, «Pardonner», 895.

⁹² Uma citação da *Ética a Nicómaco*, 1143^a 19-24, é suficiente para fazer entender como o “perdão” está ancorado

grande relevância”, pois trata-se de “ir ao encontro do outro, de procurar as suas razões, de perceber as suas circunstâncias...”⁹³.

Jacques Derrida destaca o facto de o vínculo das línguas latinas entre dom e perdão não ocorrer no grego, na medida em que a presença ou ausência do perdão na cultura grega antiga, em sentido estrito, é ainda uma enorme e delicada questão.⁹⁴ Paul Ricoeur, por seu lado, aponta que o Homem grego nunca acedeu ao sentimento de pecado, como o de Israel, pois para a religião grega não existe o perdão, mas sim a purificação.⁹⁵

Para os Romanos, perdoar significava “uma ação muito próxima do acto de ignorar a falta sofrida, um não saber, um ultrapassar (no sentido literal de ‘passar por cima’)”⁹⁶. Este conceito do perdão, tem como reverso da medalha a sua forma substantivada – *veniam dare*, que significa “oferecer indulgência, favor, graça” - que equivale a uma dimensão positiva, em que algo é oferecido.⁹⁷ John Milbank refere que “o que era oferecido (*dare*) era ou a impunidade (vénia) ou [...] o esquecimento do passado.”⁹⁸

Não se deve, no entanto, pretender que os termos *suggignôskein* e *ignoscere* cumpram a totalidade das visões gregas e latinas sobre o perdão, pois num estudo exaustivo sobre esta temática na Grécia e na Roma Antiga não se poderia deixar de referir um campo significativo muito vasto de noções, tais como, misericórdia, clemência, simpatia e amor. Paul Ricoeur, reconhece que o amor (em grego *agapê*, *eros*, *philia*, e em latim *amor*, *caritas*) comunga com a ideia de perdão, já que o perdão é “da mesma família”⁹⁹. No entanto, existem outros termos, geralmente traduzidos por perdão, que contribuem com diferentes perspetivas sobre esse conceito. É o caso do grego bíblico *aphîêmi*, vertido em latim por *dimittere* e *remittere*, cujo sentido é o de “libertar de”, “deixar ir”, com um assento claro na ideia de permitir que o devedor seja libertado da sua dívida. *Aphîêmi* é formado a partir de *hiemi*, que significa enviar, procedido de *apo*, que implica separação, ou seja, o termo exprime uma ação que causa separação total de uma condição prévia.¹⁰⁰

Na Bíblia judaica, são utilizados dois termos para o perdão. O primeiro é o termo hebraico *salakh*, que significa “perdoar”, que é utilizado somente no que respeita ao perdão

na compreensão, no discernimento e na grandeza de vista ou abertura de vista, e porque se tem dificuldade de traduzir. O Homem que penetra no sentido dos outros é levado a perdoar-lhes. Cf. Aristóteles, *Ética a Nicômaco* (São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1979), 150.

⁹³ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 26.

⁹⁴ Cf. Jacques Derrida, «Pardoner: L'Impardonnable et l'Imprescriptible», em *Cahier L'Herne, Jacques Derrida*, ed. Marie-Louise Mallet e Ginette Michaud (Paris: Éditions de l'Herne, 2004), 542.

⁹⁵ Cf. Paul Ricoeur, «La Symbolique du Mal», em *Finitude et Culpabilité* (Paris: Aubier, 1960), 213.

⁹⁶ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 27.

⁹⁷ Cf. Cassin, «Pardoner», 894.

⁹⁸ John Milbank, *Being Reconciled: Ontology and Pardon* (London; New York: Routledge, 2003), 44.

⁹⁹ Paul Ricoeur, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli - L'Ordre philosophique* (Paris: Éditions du Seuil, 2000), 605.

¹⁰⁰ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 28.

divino. Para se referir ao perdão humano, o termo mais utilizado é *nasah*, que transmite a ideia de “levantar, carregar”.¹⁰¹

O uso dos dois termos hebraicos parece indicar que, para os hebreus, o perdão como total purificação e branqueamento não estava ao alcance dos humanos, sendo que essa possibilidade, a existir, está na posse de um Deus. Aos humanos, resta a possibilidade de carregar o peso da transgressão uns dos outros, uma vez que todos são solidários no pecado.¹⁰²

Fazendo uma retrospeção pelas diferentes formas de dizer perdão, Pedro Valinho Gomes retira duas observações afluentes. Primeiro, que a noção de perdão está dependente da forma como narramos as nossas vidas, ou seja, que cada grupo humano se enquadra numa narrativa unificadora dos diferentes momentos e aspetos da existência, sendo que essa narrativa influencia a visão do mundo e dos acontecimentos, assim como subsidia uma plataforma de sentido para a multiplicidade de práticas, de eventos, de crenças e de ideias na comunidade.¹⁰³

Em segundo lugar, e tendo em consideração que a transgressão e o mal a que se dirige o perdão representam um episódio absurdo e desenquadrado da unidade narrativa da vida, a noção de perdão tem uma função de devolver o sentido e reenquadrar o absurdo na narrativa, sendo fiel à mesma, e desse modo reorientando-a e devolvendo-lhe harmonia e sentido.¹⁰⁴

No entanto, Pedro Valinho Gomes observa algo mais na noção de perdão, que é o facto da mesma só se encontrar no seio de uma narrativa que aceita o mal, a falta, o erro, a falha, o sofrimento, como elementos constitutivos da vida humana. E nessa medida, o autor considera que o perdão ganha sentido, pois na história da humanidade, “um breve momento pode mudar a história dos homens e das mulheres; mas os homens e as mulheres, e as suas histórias, são mais do que um breve momento”¹⁰⁵.

2. As origens do perdão

No ponto anterior foi trabalhado de uma forma breve o conceito de perdão. Interessa agora considerar como fio condutor do pensamento que se tem vindo a desenvolver, o aspeto da fundamentação do perdão num contexto bíblico, com um breve enfoque no Antigo e Novo Testamento, bem como numa efémera alusão ao conceito de mal, pois se “é verdade que o mal é um conceito que abarca um sentido lato, não é menos verdade que, ao longo da história, a ideia de mal foi atraindo a si uma série de significações diversas que, a custo, lutam para se

¹⁰¹ Cf. Avishai Margalit, *The Ethics of Memory* (Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 2004), 185.

¹⁰² Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 29.

¹⁰³ Cf. *Ibid.*, 31.

¹⁰⁴ Cf. *Ibid.*

¹⁰⁵ *Ibid.*, 32.

manterem dentro de um mesmo esquema lógico[...] Em particular, [...] o mal enquanto violência infligida aos outros; e o mal enquanto sofrimento padecido”¹⁰⁶.

2.1. Contexto bíblico

É interessante destacarmos que no Antigo Testamento aparecem vários textos, de diversas classes de pecado que perpassam, de maneira concreta, toda a Tradição Bíblica, que vai desde o Génesis (origem) até à leitura dos pecados do povo de Israel.

Quando o povo de Israel se afastava do projeto de vida plena de Deus, experimentava a sua destruição, deixando de lado o compromisso de amor e fidelidade para toda vida. Mas, ao longo da história, Deus mostra-se compassivo e cheio de misericórdia. (Cf. Gn 3-4, 1-16)

Mas, o povo de Israel experimentou, de facto, diversas formas de celebrar a penitência, de poder manifestar a conversão e a reconciliação, através de jejuns, oração, sacrifícios, entre outras.¹⁰⁷ Entretanto, a forma que chama mais à atenção é a “excomunhão” por um pecado grave, quando os chefes ou sacerdotes intervinham proferindo a sentença de excomunhão, seguida de castigos ou condições para a participação na comunidade.¹⁰⁸

A história da queda de Adão e Eva não se entenderia sem a metamorfose do encontro da pessoa humana com a sua vergonha de se achar desnudado. Pedro Valinho Gomes refere que o “peso das palavras escolhidas pelo autor não será de descurar”, pois “mais do que nus, o homem e a mulher estão *desnudados*,”¹⁰⁹ e este termo negativo pretende indicar o peso de uma falta, que é, mais do que tudo, falta de sentido.¹¹⁰

Nesta narrativa, Deus dirige-se “à vergonha do casal humano, à quebra de nexos, ao desvio de rumo que os seus actos provocaram nas suas histórias. ‘Onde estás?’, ou seja, ‘porque te escondes, por onde caminhas, para onde te diriges?’”¹¹¹, sendo que esta pergunta “dirige-se directamente ao coração da interrupção narrativa provocado pelo episódio de mal e às consequências que daí advieram”¹¹².

No que respeita à narrativa de Caim e Abel, os filhos de Adão e Eva, esta aborda o primeiro fratricídio, como que a assinalar que a violência e o sofrimento têm a idade do ser humano.¹¹³ Nesta história, Deus ao sentir a violência de Caim, pergunta-lhe pelo seu irmão, ao que ele responde “Não sei dele. Sou, porventura, guarda do meu irmão?” (Gn 4, 9). Ao dar esta

¹⁰⁶ Ibid., 35.

¹⁰⁷ Cf. Dionísio Borobio, *Celebrar para viver: Liturgia e Sacramento da Igreja* (São Paulo: Edições Loyola, 2003), 314.

¹⁰⁸ Cf. Ibid., 314–15.

¹⁰⁹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 41.

¹¹⁰ Cf. António Couto, *Pentateuco: Caminho da Vida Agraciada* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005), 244–53.

¹¹¹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 41.

¹¹² Ibid.

¹¹³ A história de Caim e Abel pode ser encontrada em Gn 4.

resposta, Caim não é guarda do seu irmão Abel, mas o seu ofensor, facto que causa perplexidade e desassossego, na medida em que “Ele não remediou a situação. [...] E visto que não podia vingar-se diretamente em Deus, não muito depois descarregou a sua ira contra o inocente e indefeso Abel”¹¹⁴.

Seguido à mentira, Caim “comete o primeiro ato imoral da ‘humanidade’”¹¹⁵: diz não ser responsável pelo irmão/próximo, e nesse sentido:

“O Senhor replicou: ‘Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra até mim. De futuro, serás amaldiçoado pela terra, que, por causa de ti, abriu a boca para beber o sangue do teu irmão. Quando a cultivares, não voltará a dar-te os seus frutos. Serás vagabundo e fugitivo sobre a terra.’” (Gn 4, 10-12)

Perante isto, Caim colherá os frutos de infertilidade e angústia na terra onde plantou violência e absurdo, ficando assim marcado como o homem do desencontro, marcado pelo mal.¹¹⁶ Mas, “se a terra ensanguentada sela o seu crime, o sinal que Deus coloca sobre Caim sela a sua errância em busca da reconciliação com a história”¹¹⁷.

Por seu lado, a narrativa de Job é “um retrato de todas as vítimas de todos os tempos, daquelas que sofrem às mãos de um mal violento, impiedoso, inesperado e injustificável [...] A reação de Job, ao cabo de sete dias e sete noites de sofrimento e dor, é figurativa: a partir do seu luto sofredor, Job amaldiçoa o dia do seu nascimento...”¹¹⁸

Também, José, filho de Jacob, é vendido pelos irmãos a um grupo de mercadores a caminho do Egito, sendo que a sua história é interrompida por um sobressalto, o primeiro e o mais violento de uma série de outros.¹¹⁹

O Novo Testamento, por sua vez, traz uma proposta nova, que passa pelo perdão e reconciliação, pregada por Jesus, apontando para a necessidade de uma conversão de vida, de uma mudança. Destaca-se aqui, a novidade do projeto salvífico trazido por Jesus, cujo fundamento não se basta em formas penitenciais, mas na transformação interna da pessoa humana.¹²⁰ A pregação de Jesus sobre penitência e reconciliação ultrapassa a questão das leis, normas, mas reafirma a necessidade de mudança de atitudes, baseados em autênticos conselhos evangélicos, que deixam bem explícitos o sentido do perdão e da misericórdia de Deus (Cf. Mt, 18; 20, 21 – 23).

¹¹⁴ Russel Norman Champlin, *O antigo Testamento interpretado: versículo por versículo* (São Paulo: Hagnos, 2001), 45.

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Cf. Paul Ricoeur, «L’Homme Faillible», em *Finitude et Culpabilité* (Paris: Aubier, 1960), 162.

¹¹⁷ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 40.

¹¹⁸ Ibid., 36–37.

¹¹⁹ A história de José e dos seus irmãos pode ser encontrada em Gn 37-50

¹²⁰ Cf. Robert Hater, «Sin and Reconciliation: Changing Attitudes», *The Catholic Church Worship*, 1985, 22.

O pecado, nesta concepção, é um ato comunitário, pois trata-se de uma infidelidade à Aliança feita com um povo. Na caminhada do povo de Deus, percebe-se que esse mesmo povo, tinha uma noção real do que seria o pecado, pois este tinha uma influência bastante negativa na vida comunitária, alcançando, inclusive, as gerações futuras.¹²¹

A proposta de Jesus no Novo Testamento, é a de um ser humano totalmente liberto da escravidão, do pecado e daquilo que verdadeiramente o oprime em todas as suas dimensões. A proposta de Jesus é que o ser humano alcance o seu próprio destino e vocação, sem que o pecado enfraqueça a sua vontade plena (Cf. Jo 8, 11; Lc 18, 13).

Em todos estes episódios, abundou a violência e tornou-se evidente o desencontro com o coração frágil e ambíguo. O mal tem “essa índole inquietante de agitar a narrativa humana”¹²².

2.2. *O enigma do mal*

Na filosofia e na teologia, o enigma do mal sempre foi um desafio dos mais árduos. O mal “destrói vidas, valores, relações e, sobretudo, futuro”¹²³, e perante este facto, o mal parece estar na origem de todos os males enfrentados pelo perdão.¹²⁴ Importa, então, como é tomado o desafio do pensamento, os seus fracassos, no sentido de uma provocação, para pensar mais e de outras formas a questão do mal, como acentua Paul Ricoeur. Este afirma que:

“a filosofia e a teologia consideram o mal como um desafio sem igual, os maiores pensadores, em uma ou outra disciplina, concordam em confessá-lo, por vezes com grande alarde. O importante não é esta confissão, mas o modo pelo qual o desafio, e até mesmo o fracasso, é recebido: seria um convite a pensar menos, ou uma provocação a pensar mais, ou até mesmo a pensar diferentemente.”¹²⁵

Perante esta consideração, Ricoeur quer afirmar que o mal não é só um problema meramente especulativo, mas exige convergência de pensamento, ação (no sentido moral e político) e uma transformação espiritual de sentimentos. Olha para o mal, em três dimensões: do pensar, do agir e do sentir. Na obra *O mal: um desafio à filosofia e à teologia*, o autor faz importantes distinções entre mal moral, sofrimento e pecado. O mal moral, que é, na linguagem religiosa o pecado, designa o que torna a ação humana objeto de imputação, de acusação e de advertência/repreensão. A imputação consiste em atribuir a um sujeito, uma ação suscetível de apreciação moral. A acusação caracteriza a própria ação como uma violação do código ético dominante numa determinada comunidade. A advertência ou repreensão, designa o juízo de

¹²¹ Cf. Ibid.

¹²² Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 38.

¹²³ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 39.

¹²⁴ Cf. Ibid.

¹²⁵ Paul Ricoeur, *O mal: um desafio à filosofia e à teologia* (São Paulo: Papirus, 1986), 21–53.

condenação, em virtude do qual o autor da ação é declarado culpado e merece ser punido. É no caso do mal moral que se pode falar fundamentalmente de perdão.¹²⁶

O sofrimento distingue-se do mal moral ou do pecado, na medida em que ele se caracteriza por ser o seu oposto, pois se por um lado o mal moral resulta de uma ação volitiva de um determinado indivíduo, o sofrimento, por sua vez, tem uma variedade de causas que estão fora da ação própria do ser humano, como, por exemplo, as adversidades da natureza física, doenças do corpo e do espírito, aflição produzida pela morte de entes queridos, perspectiva assustadora da própria mortalidade, sentimento de indignidade pessoal, etc. E ao falar de sofrimento, Paul Ricoeur acusa a violência de ser a principal causa do sofrimento, na medida em que “a violência é exercida sobre o homem pelo homem: em verdade, fazer mal é sempre, de modo direto ou indireto, prejudicar outrem; logo, é fazê-lo sofrer; na sua estrutura racional – dialógica – o mal cometido por um, encontra a sua réplica no mal sofrido por outro”¹²⁷.

Hannah Arendt, filósofa política alemã de origem judaica, acerca da violência, afirma que tal experiência “surge das mãos dos homens comuns, daqueles que, como Paulo de Tarso¹²⁸, se surpreendem a si mesmos a não fazer o bem que querem, mas a praticar o mal que não querem”¹²⁹.

Daí que, Hannah Arendt, afirme que a experiência do mal semeia a desolação, referindo mesmo que esta é pior do que a destruição, porque impede o começo, o crescimento, o futuro do ser humano, ou melhor, da vida humana no seu todo.¹³⁰

Assim sendo, é possível vislumbrar o caráter surpreendente da dominação totalitária, que se funda na desolação, na experiência de absoluta não-pertença ao mundo, que é uma das experiências mais radicais e desesperadas do ser humano, aquilo a que Hannah Arendt designa de “cadáveres vivos”.¹³¹ Para esta autora, “o grande crime dos nazistas foi retirar a espontaneidade do homem, transformar a personalidade humana em coisa. Ao ser destituído da sua individualidade, primeiro, com a morte da pessoa jurídica e, depois, a moral; o homem perdia [...] a capacidade de pensar, de agir, de começar algo de novo”¹³², o que fez com que o ser humano perdesse a sua dignidade.

No que toca à relação entre punição e perdão, Hannah Arendt acredita que “se um

¹²⁶ Cf. Ibid.

¹²⁷ Ibid., 24–25.

¹²⁸ Paulo de Tarso, também conhecido como Apóstolo Paulo, Saulo de Tarso ou São Paulo, nasceu em Tarso, na Cilícia, território atual da Turquia. Os seus pais, embora judeus, gozavam dos privilégios da cidadania romana. No momento da circuncisão, recebeu dois nomes: Saulo - hebreu e Paulo - romano.

¹²⁹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 43.

¹³⁰ Cf. Hannah Arendt, *Homens em Tempos Sombrios* (Lisboa: Relógio d'Água, 1991), 149.

¹³¹ Cf. Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo* (Lisboa: D. Quixote, 2010), 580–98.

¹³² Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 40.

crime é imperdoável, também é impassível de punição”¹³³, afirmando veementemente que “A punição é a alternativa ao perdão, mas de modo algum o seu oposto: ambos têm em comum o facto de que tentam pôr fim a algo que sem a sua interferência poderia prosseguir indefinidamente”¹³⁴.

Para esta autora, “o perdão pode ter as suas raízes em dois sentimentos: o amor e o respeito”, na medida em que, “Perdoa-se a alguém por amor, levando-se em consideração quem praticou o mal, o que essa pessoa representa, ou ainda pelo facto de que se deseja a sua amizade ou amor”¹³⁵. Apesar disso, Hannah Arendt acredita que o respeito, como tipo de consideração que se mantém com pessoas que não se conhecem ou de quem se é próximo, deve bastar para que se vislumbre e se concretize o perdão.¹³⁶

Nesse sentido, a “única solução para o problema da irreversibilidade – a impossibilidade de se desfazer o que se fez embora não se soubesse nem pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar”¹³⁷.

Hannah Arendt, alerta assim para a irreversibilidade e imprevisibilidade das ações do ser humano, indicando o perdão como a “única reação que não re-age apenas, mas age de novo e inesperadamente sem ser condicionada pelo ato que a provocou e de cujas consequências liberta tanto o que perdoa como o que é perdoado”¹³⁸.

3. O perdão como dom

A definição geral de dom é doar, é atribuir a alguém, gratuitamente, e de forma benevolente, a propriedade de uma determinada coisa. Esta definição encerra todas as características do dom: uma experiência que é (ou pretende ser) “vívda como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição”¹³⁹.

Paul Ricoeur, na sua obra *L’Homme Faillible*¹⁴⁰, afirma o ser humano como uma dualidade, isto é, que no coração humano habitam dois movimentos dialeticamente opostos: um movimento em direção à alienação e ao egoísmo, de onde surge o mal; um movimento em busca do sentido último da existência, da plena realização das capacidades humanas, da

¹³³ Ibid., 43.

¹³⁴ Hannah Arendt, *A Condição Humana* (Lisboa: Relógio d’Água, 2001), 294–95.

¹³⁵ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 44.

¹³⁶ Cf. Arendt, *A Condição Humana*, 294.

¹³⁷ Ibid., 289.

¹³⁸ Ibid., 293.

¹³⁹ Pierre Bourdieu, «Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom», *Mana - Estudos de Antropologia Social* (Rio de Janeiro, Outubro de 1996), 7.

¹⁴⁰ Ricoeur, «L’Homme Faillible».

felicidade e do bem.¹⁴¹ Quando ambos assumem o seu propósito, torna-se evidente a desproporção das duas visões, na medida em que “enquanto o *desejo* busca o prazer, *amor* intenta a felicidade”, sendo que “neste desencontro, frágil e ambíguo, habita a falibilidade.”¹⁴²

Mas,

“... no prelúdio desta clausura, habita ainda uma esperança, selada pela liberdade, na regeneração da vida plena e da vida em comum [...] É esta esperança que há-de suscitar a hipótese do perdão. Porque o coração humano não é simplesmente habitado pela falibilidade, pela possibilidade do mal; nele se encontra uma afirmação anterior, uma radical aspiração a ser, e a ser plenamente.”¹⁴³

Nesse sentido, o ser humano pode esperar que o dom do perdão, estranho, mas possível, como o caracteriza Pedro Valinho Gomes, existe, na medida em que essa esperança, no seio do coração humano, se oferece como farol no movimento reorientador que conduz o homem do narcisismo à vontade libertada e disponível, no movimento de reestruturação da pessoa a partir de dentro, no processo interior de se tornar pessoa.¹⁴⁴

O perdão surge, então, no limiar da esperança, pois a ser possível, “constituirá uma releitura da história, no sentido em que essa releitura é expressão de um caminho de conversão e de transformação do coração humano [...] apontando à felicidade.”¹⁴⁵

Assim sendo, Paul Ricoeur, partindo de um estudo da fenomenologia da vontade, desembarca no perdão, para afirmar que ele existe, que ele é dom, mas também que ele é difícil.¹⁴⁶

3.1. O poder de perdoar

A possibilidade de começar algo novo no mundo está profundamente relacionada com a conceção de perdão.

Hannah Arendt, aquando da sua reflexão sobre a possibilidade e as condições do perdão na ação humana, afirma que o ser humano está sempre em luta contra a “irreversibilidade do passado e a imprevisibilidade do devir”¹⁴⁷. Sublinha-se aqui a faculdade de prometer, através da qual o ser humano tenta resistir à indeterminação do futuro. De salientar, a importância da faculdade de perdoar, pela qual o ser humano “pode libertar-se das amarras do passado”¹⁴⁸, através da compreensão, que Hannah Arendt define como:

¹⁴¹ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 13.

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ Ibid., 14–15.

¹⁴⁴ Cf. Ibid., 17.

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ Cf. Ibid., 17–18.

¹⁴⁷ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 97.

¹⁴⁸ Ibid.

“examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar a existência nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e atenção, e resistir a ela – qualquer que seja”¹⁴⁹.

Vladimir Jankélévitch, por seu turno, refere que o perdão apresenta três características: o verdadeiro perdão é acontecimento (eventualidade e temporalidade); o perdão é dom gratuito do ofendido ao ofensor (totalidade) e o perdão é um relacionamento pessoal com alguém (relação).¹⁵⁰ Nota-se neste autor, a preocupação em descrever a grandeza do perdão, mas ao mesmo tempo não se cansa de apresentar e justificar o imperdoável.

Jacques Derrida, segue na pista de Jankélévitch, afirmando que perdoar o imperdoável aponta para algo que está para lá da imanência, qualquer coisa de transumano, de transcendente.¹⁵¹ Para este autor, o perdão “revela uma ‘loucura impossível’. [...] ele admite que existe o imperdoável, mas acrescenta que é precisamente neste ponto que pode surgir o verdadeiro perdão e se pode manifestar autenticamente”¹⁵².

Paul Ricoeur, concorda com o pensamento de Arendt, Jankélévitch e Derrida, no que se refere à circunstância de que os factos são inapagáveis, que não podem ser esquecidos, nem desfeitos, no entanto afirma que quer sejamos ofendidos ou ofensores, os acontecimentos do passado “permanecem abertos a novas interpretações, como também se pode operar uma reviravolta nos nossos projetos, em função das nossas lembranças”¹⁵³.

Nas palavras de Paul Ricoeur, o perdão:

“ganha definitivamente direito de cidadania e espaço filosófico e desafia o pensamento teológico e o ministério da reconciliação a colocarem-se ao serviço de um processo de integração e crescimento, recordando permanentemente a exigência do ser humano, ligada à complexidade do seu mundo interior, de descobrir e dar sentido à própria história.”¹⁵⁴

Se houve tema no qual Jesus insistiu foi no perdão. "Quantas vezes se deve perdoar?", perguntou-lhe Pedro. "Sete?" E Jesus respondeu: "Setenta vezes sete", isto é, sempre (Cf. Mateus 18, 21-22). Significa isto que o Deus de Jesus é o Deus do perdão, da bondade, da misericórdia [...] Quando se trata de perdão, é preciso reconhecer que estamos perante um milagre, pois o perdão transcende a justiça e o jurídico: de facto, nem o verdugo tem direito a

¹⁴⁹ Arendt, *A Condição Humana*, 18.

¹⁵⁰ Cf. Vladimir Jankélévitch, *Il Perdono* (Milano: Istituto di Propaganda Libreria, 1968), 18–24. Traduzido por Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 47.

¹⁵¹ Cf. Anselmo Borges, «O milagre do perdão», *Diário de Notícias*, 2011, <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-borges/interior/o-milagre-do-perdao-2016145.html>.

¹⁵² Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 98.

¹⁵³ *Ibid.*, 99.

¹⁵⁴ *Ibid.*

ser perdoado nem a vítima é obrigada a perdoar. É o dom e a graça.¹⁵⁵

Para conseguir perdoar, o ser humano tem de estar disposto a relacionar-se com o outro, à presença de um terceiro que é Deus, daí que José Tolentino Mendonça afirme que o perdão “desenha [...] a figura relacional de um triângulo, introduzindo o fator Deus, a possibilidade de vivermos o amor que contemplamos em Deus.”¹⁵⁶

3.2. *É possível ao ser humano, perdoar-se?*

Karl Rahner, na sua obra, *Os Sacramentos da Igreja*¹⁵⁷, refere que antes de falarmos em perdão, devemos necessariamente ocupar-nos “em primeiro lugar da esfera mais sombria e mais incompreensível do homem e da sua história: a sua culpa”¹⁵⁸. Afirmar também que “existe um mistério luminoso e acolhedor ao qual o homem se entrega na Fé, Esperança e Caridade, para ser livre e feliz”¹⁵⁹, que é Deus. Porém, Karl Rahner afirma ainda que existe um terceiro mistério: “a culpa sempre possível do homem, que ainda não concluiu a história da sua liberdade no seio da incompreensibilidade de Deus”¹⁶⁰.

A existência da culpa só é reconhecida e aceite pelo ser humano quando “este, por meio duma autêntica conversão, se volta para Deus”¹⁶¹.

Karl Rahner, afirma que cada ser humano não se pode julgar com absoluta certeza num facto concreto, nem acerca dos outros, nem acerca de si mesmo no que respeita a uma culpa perante Deus, no entanto cada pessoa tem “na verdade o direito e o dever de tirar consequências práticas dum juízo humano duma acção (das próprias e, sob certas condições, das dos outros), tanto quanto um tal juízo com toda a sua problemática nos é possível e mesmo inevitável”¹⁶². Mas, logo de seguida refere que “o homem é incapaz dum juízo absoluto num caso determinado, acerca duma verdadeira falta perante Deus”¹⁶³. Esta situação do ser humano, na incapacidade dum juízo e de uma distinção entre o bem e o mal, “vem a ser o terrível duma liberdade pertencente a uma ‘natureza’ prévia, pela qual Deus, [...] tem de se responsabilizar e conduzir finalmente para o bem”¹⁶⁴.

Quando de forma autêntica se compreender o que a culpa significa perante Deus, então “aspira-se por ouvir a palavra perdão de Deus”, sendo esta sentida como “milagre da Sua Graça

¹⁵⁵ Cf. Borges, «O milagre do perdão».

¹⁵⁶ José Tolentino Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 9.^a (Prior Velho: Paulinas Editora, 2014), 124.

¹⁵⁷ Karl Rahner, *Os Sacramentos da Igreja* (Lisboa: Edições Paulistas, 1992).

¹⁵⁸ *Ibid.*, 78.

¹⁵⁹ *Ibid.*

¹⁶⁰ *Ibid.*

¹⁶¹ *Ibid.*

¹⁶² *Ibid.*, 83.

¹⁶³ *Ibid.*

¹⁶⁴ *Ibid.*, 84.

e do Seu amor [...] porque nele Deus Se comunica a Si mesmo”¹⁶⁵, sendo esta uma condição fundamental para a conversão do Homem.

O autor refere que, muitas vezes, de modo oculto e inarticulado, a história das consciências (a graça de Deus que a todos nos dá a salvação e o perdão), tem a sua própria narrativa no tempo e no espaço, sendo que o perdão de Deus à humanidade, reveste uma forma concreta no tempo, que foi efetivamente no Jesus da história, o Crucificado e Ressuscitado que amando sacrificou-se pelos pecadores num ato supremo de Fé, Esperança e Caridade, mergulhou nas trevas da morte, na qual experimentou as trevas da culpa da humanidade, conquistando para ela o perdão de Deus.¹⁶⁶

Perante isto, Karl Rahner refere que a palavra perdão de Deus em Jesus Cristo, permanece presente na comunidade daqueles que acreditam neste perdão da Igreja, sendo este o sacramento fundamental da palavra perdão de Deus, na medida em que esta palavra “permanece viva e eficaz na oração da Igreja, na qual ela, a Igreja dos pecadores, sempre de novo implora confiadamente para ela e para cada um, individualmente, a misericórdia de Deus”¹⁶⁷.

José Tolentino Mendonça refere, ao refletir sobre o Pai-Nosso, que o grande risco da humanidade, é o de a mesma deixar “mergulhar-se numa vida inautêntica, uma vida que não é vida, feita de imagens e de aparências [...] E assistimos ao triunfo da sociedade do espetáculo, gerida por uma ética provisória e funcional, que não chega a tocar o homem” e acrescenta ainda que “A aventura humana torna-se uma aventura dentro de uma cápsula, de um simulador e não chega a ser uma história realmente exposta ao que ela é”¹⁶⁸.

Assim sendo, será que essa sociedade do espetáculo, algum dia, conseguirá viver a sua vida de uma forma reconciliada?

A vida da humanidade é uma história de liberdade perante Deus e deste modo ameaçado pela culpa. É possível que em determinadas ocasiões ou com a idade, o ser humano tenha a impressão de que o bem definitivo da liberdade já dele se aproximou, no entanto, cada ser humano deve fugir de si e da sua culpa, pois só dessa forma se encontrará consigo próprio.¹⁶⁹ Esta fuga pode ser compreensível, se o mesmo se deixar amar por um amor infinito e misericordioso, que se chama Deus, e na medida em que, neste mesmo amor, o ser humano crê, espera e ama, sendo que é nesta fuga que se exprime de forma clarividente a palavra de Jesus

¹⁶⁵ Ibid., 90.

¹⁶⁶ Cf. Ibid., 91.

¹⁶⁷ Ibid., 91–92.

¹⁶⁸ Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 112.

¹⁶⁹ Cf. Rahner, *Os Sacramentos da Igreja*, 98.

na Igreja.¹⁷⁰

Desse modo, percebe a necessidade do perdão de Deus, como força extraordinária do amor, sendo que esta é só perceptível àquele que “descobre como Deus esteve sempre a seu lado, como Deus o abraçou quando esteve caído, como Deus o vai conduzindo a uma maior fortaleza, a um maior compromisso de Amor”¹⁷¹.

Para tal, é necessário “ter a coragem de se deixar perdoar através daquele mistério incompreensível a que chamamos de Deus”¹⁷², pois só se colocando dentro deste mistério, o ser humano conseguirá “perceber o significado e o alcance do perdão”¹⁷³.

Perante “as marcas do desamor em nós, os arranhões da ofensa, as ruturas do sofrimento, só um excesso de amor (e o perdão é isso, um excesso de amor) pode restabelecer a unidade da imagem e semelhança de Deus em nós”¹⁷⁴. E nesse sentido, José Tolentino Mendonça concretiza, afirmando que “O *Pai-nosso* é a grande escola do perdão. Ao rezá-lo deparamo-nos sempre com este convite a mergulhar no Mistério do Perdão de Deus, num mar incalculável de Amor”¹⁷⁵.

Perante todos estes argumentos, pode-se chegar à conclusão de que tanto o cristianismo como o Sacramento da Reconciliação convergem para uma mesma mensagem: que o ser humano se pode perdoar.

3.3. A necessidade do perdão

O perdão é ação, e é ao penetrar no campo da ação que as transformações que nele se opera se tornam manifestas, na medida em que é na prática da ação humana, que o perdão difícil ou impossível se torna necessário.¹⁷⁶

No texto, *Sanction, réhabilitation, pardon*¹⁷⁷, Paul Ricoeur define o perdão nos seguintes termos:

“O perdão é uma espécie de cura da memória, a finalização do seu luto. Libertada do peso da dívida, a memória fica capaz de grandes projetos. O perdão dá um futuro à memória”¹⁷⁸.

Assim, Paul Ricoeur explora, em primeiro lugar, a perspetiva freudiana sobre o recalçamento de recordações traumáticas que são substituídas por comportamentos de

¹⁷⁰ Cf. Ibid.

¹⁷¹ Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 116.

¹⁷² Rahner, *Os Sacramentos da Igreja*, 98.

¹⁷³ Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 116.

¹⁷⁴ Ibid., 118.

¹⁷⁵ Ibid., 119.

¹⁷⁶ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 187.

¹⁷⁷ Paul Ricoeur, *Sanction, réhabilitation, pardon* (Paris: Esprit, 1995).

¹⁷⁸ Ibid., 207.

repetição. Por outro lado, apropria-se da ideia de Freud, nomeadamente da impossibilidade de esquecer um objeto perdido, determinando uma fixação que impede que cada sujeito se liberte do objeto que perdeu e faça o seu luto, para poder partir para novos investimentos afetivos.¹⁷⁹

Posto à margem de qualquer consideração advinda das instituições punitivas, resta saber qual o lugar que o perdão ocupa e o que o faz permanecer como um paradigma de justiça e de reconciliação ética hoje em dia. Para que haja o perdão, é necessário que haja um verdadeiro culpado, e que este, na sua imputabilidade, se responsabilize ou seja responsabilizado. A imputabilidade é, assim, um dispositivo que torna todas as ações numa questão de responsabilidade.¹⁸⁰

Paul Ricoeur considera que perdoar corresponderia a uma resposta à culpabilidade metafísica, capaz de redimir o indivíduo, por meio da caridade cristã, até mesmo do imperdoável. Tal perspetiva mostra-se, no entanto, visivelmente restrita a uma abordagem relacional privada entre a ipseidade, a falta e na possibilidade de redenção pelo perdão, pois para o filósofo, admitir a possibilidade do perdão no interior das instituições é, por consequência, admitir a impunidade diante do mal.¹⁸¹ Embora o perdão e a punição compartilhem a mesma meta, a de pôr termo a alguma coisa, articulam-se em direções opostas, como expõe Hannah Arendt.¹⁸²

Daí a necessidade, de estabelecer a diferença entre perdão e justiça. José Tolentino Mendonça refere que “Há situações em que perante a Justiça, não há outra solução senão a condenação”¹⁸³, e assim sendo, a justiça é uma resposta quantificável ao mal. O perdão, por sua vez, é um desejo desmedido, inquantificável e incondicional que restabelece a integridade ao ofensor, integridade essa que não evita a punição por um ato erradamente cometido.¹⁸⁴

Com efeito, se:

“alguém nos ofende gravemente podemos, em nome da justiça, reclamar, por exemplo, que o mal feito seja reparado, tanto quanto isso é possível. Mas também podemos perdoar e, de um ponto de vista pessoal, nada exigir de quem nos ofendeu, nem mesmo, no limite extremo, o compromisso de não repetir ofensas no futuro, em relação a nós ou mesmo em relação a qualquer outra pessoa. Em vez de justiça, portanto, apelamos para o amor, a

¹⁷⁹ Cf. Fernanda Henriques, «Dívida e Perdão em Paul Ricoeur - Um indicador e um limite da Justiça», *Lusosofia.net* (Covilhã, 2012), 7, http://www.lusosofia.net/textos/20120217-henriques_fernanda_divida_e_perdao_em_paul_ricoeur.pdf.

¹⁸⁰ Cf. Victor Dias Maia Soares, «Entre Ricoeur e Derrida: o perdão difícil e o perdão im-possível», *Pensando – Revista de Filosofia* 7, n. 14 (2016): 266.

¹⁸¹ Cf. *Ibid.*, 269.

¹⁸² Hannah Arendt refere: “A punição é uma outra possibilidade, nada contraditória: ela tem em comum com o perdão tentar pôr fim a uma coisa que, sem intervenção, poderia continuar indefinidamente. Ela é, portanto, muito significativa, é um elemento estrutural do domínio dos negócios humanos, que os homens sejam incapazes de perdoar o que eles não podem punir, e que eles sejam incapazes de punir o que se revela imperdoável”. Cf. Arendt, *A Condição Humana*, 253.

¹⁸³ Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 123.

¹⁸⁴ Cf. Jean Laffite, *O Perdão Transfigurado* (Lisboa: Edições Instituto Piaget, 1998), 144.

benevolência e a misericórdia, tudo conceitos próximos do perdão”¹⁸⁵.

Deve-se assim, averiguar os campos de dificuldade do perdão, nomeadamente o ódio, a justiça, a culpabilidade, o esquecimento e a memória, pois se em cada uma delas o ser humano depara-se com o sentimento do peso paralisante da dor e do sofrimento, por outro lado, elas são a esperança na possibilidade de reconciliação e na reinvenção de sentido, sendo então de esperar que o perdão faça iluminar e transformar cada um dos seus campos de dificuldade.¹⁸⁶

Em suma, o ódio, a justiça, a culpabilidade, o esquecimento e a memória são traços de um perdão difícil, na fronteira do impossível, mas ao mesmo tempo são campos que deverão levar o ser humano a reconhecer que são necessários.¹⁸⁷

3.3.1. A remoção do Ódio

“Como reinventar uma vida apesar do ódio?”¹⁸⁸ A esta questão, Pedro Valinho Gomes responde:

“quando o que há a reinventar são as relações, não apenas entre duas pessoas, mas entre dois grupos humanos, as relações depois da ofensa, depois do ódio, depois de se transformarem em relações de inimizade, o perdão deve entrar nas fronteiras do político”¹⁸⁹

No entanto, o autor, logo de seguida, coloca uma nova questão: “Poderá o perdão ser político?”¹⁹⁰.

Para responder a esta pergunta, Pedro Valinho define três momentos. Num primeiro assume, tal como faz Paul Ricoeur, que não existe política no perdão, no sentido de que este não pode ser institucionalizado, pois enquanto dom escapa ao caráter coercivo que faz força de lei e de ação política. Num segundo momento, contempla o perdão, numa mundialização do teatro de arrependimento e da reconciliação, e a uma releitura conjunta e significativa da história comum. Num terceiro momento, dá expressão a uma visão, definitivamente escatológica, de uma política inspirada pelo perdão.¹⁹¹

Nesse sentido, Jacques Derrida afirma que o perdão surge de surpresa, como uma revolução e que permanece heterogéneo à ordem da política ou do jurídico, na medida em que para ele nunca se poderia fundar uma política ou lei do perdão.¹⁹² Perante esse facto, Paul Ricoeur declara que essa é a verdadeira razão pela qual a sociedade se esquece ou ignora a

¹⁸⁵ Orlando Martins Lourenço, *Psicologia do desenvolvimento moral: Teoria, dados e implicações*, 3.^a (Coimbra: Almedina, 2002), 216.

¹⁸⁶ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 187.

¹⁸⁷ Cf. *Ibid.*, 187–88.

¹⁸⁸ *Ibid.*, 188.

¹⁸⁹ *Ibid.*

¹⁹⁰ *Ibid.*

¹⁹¹ Cf. *Ibid.*, 188–92.

¹⁹² Cf. Jacques Derrida, *On Cosmopolitanism and Forgiveness* (New York: Routledge, 2004), 39.

palavra perdão, pois este é um dom gratuito e incondicional e nunca uma imposição da lei.

Assim sendo, Pedro Valinho concorda com a posição de Jacques Derrida, referindo que o perdão é como uma revolução, isto é, “uma força imprevista a qualquer sistema, que surge em momentos marcantes da história; mas uma força transformadora, inclusive da esfera política da acção”¹⁹³.

A história da humanidade está marcada por relações históricas conturbadas, sob o signo da inimizade entre tantos povos vizinhos, sendo que tudo isto se passa como se, quer os ressentimentos, quer as culpas, se herdassem. No entanto, a palavra performativa do perdão:

“oferece-se como resposta ao mal e ao ódio. E [...] ainda que não haja uma política do perdão, o perdão assume um compromisso político [...] através da afirmação do passado, do compromisso com a não reprodução da falta, e do restabelecimento de relações de vizinhança, que assumirão no espaço público a dimensão de um acordo de princípio social”¹⁹⁴.

Manuel Sumares assevera que, tal compromisso indicaria a inserção da ideia de que o bem persiste e permanece, apesar da existência do mal.¹⁹⁵

Mas, como se há-de delinear os traços de uma visão política iluminada pelo perdão? A esta questão, Pedro Valinho responde com o mandamento do amor, definindo-o como o “único lugar onde se cruzam a lei e o dom”¹⁹⁶. E acrescenta, reiterando que:

“Uma visão política tocada pelo perdão saberia escutar o outro; saberia incluir na narrativa histórica do sofrimento de um povo a voz do outro povo inimigo, simultaneamente culpado e sofredor; saberia escutar a sua própria história na narração do outro; saber-se-ia também culpado e em busca de perdão; saber-se-ia perdoado primeiro; e saberia aceitar que a marca do ódio e da vingança são ainda um discurso no léxico do mal”¹⁹⁷.

É na medida em que a comunidade humana se aproxima progressivamente de um *modus vivendi*, inspirado pelo dom do perdão, que o ódio se despirá da sua eternidade.¹⁹⁸

3.3.2. A força da Justiça

O perdão e a justiça abrem a vida em diferentes horizontes. A justiça é o “conceito base, o valor fundamental que dá ao direito seu sentido e dignidade”¹⁹⁹. O perdão, por sua vez, assume-se como “regenerador da vida em comum, depois e apesar do mal”²⁰⁰. Significa isto

¹⁹³ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 189.

¹⁹⁴ Ibid., 190.

¹⁹⁵ Cf. Manuel Sumares, «Depois “Depois de Auschwitz”: A Integração do Luto na Razão», em *A Dor e o Sofrimento*, ed. Maria José Cantista (Porto: Campo das Letras, 2001), 199.

¹⁹⁶ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 192.

¹⁹⁷ Ibid., 193.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ Jacques Derrida, *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade* (São Paulo: WMF Martins Fontes, Coleção Tópicos, 2007), 30.

²⁰⁰ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 194.

que, o perdão abraça e reabilita e a justiça julga, condena e pune.

É então, que surge uma grande questão: como podem cooperar a justiça e o perdão se se excluem mutuamente? Pedro Valinho afirma que a resposta a esta questão deverá ser apreendida em três momentos.

Num primeiro momento, deve-se ter em atenção a simbologia bíblica do retorno, onde Deus é invocado como simultaneamente misericordioso e disposto a perdoar, mas sem deixar que nenhum crime fique impune.²⁰¹ Aliás, o livro do Êxodo descreve a forma como Deus perdoa e julga:

“O Senhor passou em frente dele e exclamou: «Senhor! Senhor! Deus misericordioso e clemente, vagaroso na ira, cheio de bondade e fidelidade, que mantém a sua graça até à milésima geração, que perdoa a iniquidade, a rebeldia e o pecado, mas não declara inocente o culpado e pune o crime dos pais nos filhos, e nos filhos dos seus filhos até à terceira e à quarta geração” (Ex 34, 6-7).

Pode-se, desde logo, vislumbrar uma afinidade com o perdão.²⁰² O papel da justiça é o de pôr fim a uma cadeia de feitos e acontecimentos em conflito, que representa a maneira como o ser humano coletiva e publicamente chega a um acordo sobre o seu passado e prepara o caminho para o seu futuro.²⁰³

E nesse sentido, perdão e justiça cooperam num trabalho comum de reinvenção, na medida em que o perdão não pretende abolir a justiça, antes pelo contrário, o perdão necessita que a verdade permaneça, pois se um criminoso não sofrer sanção sobre um delito que cometeu, esse seria um sinal evidente de que ele nunca seria perdoado, porque a finalidade do perdão “não é de abolir a punição, mas de quebrar a dívida insolúvel e reencontrar um sentido no *viver juntos*”²⁰⁴

Num segundo momento, há que ter em consideração de que, apesar de perdão e justiça serem de campos opostos, o perdão não deixa de imprimir a sua marca na justiça, na medida em que:

“A multiplicação de instituições públicas pretendendo aliar o domínio jurídico à ação reconciliadora é apenas evidência de que a justiça, pressionada pela ameaça que a violência generalizada dirige ao *viver juntos*, tende a deixar-se penetrar pela força regeneradora do perdão e da reconciliação social”²⁰⁵

Assim sendo, pode-se afirmar que a verdadeira semente que o perdão lança no campo

²⁰¹ Cf. Ibid., 195.

²⁰² Cf. Ibid.

²⁰³ Cf. Celso Lafer, *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt*, 5.^a (São Paulo: Companhia das Letras, 2003), 221.

²⁰⁴ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 196.

²⁰⁵ Ibid.

da justiça prende-se com a distinção entre justiça e vingança. Paul Ricoeur mostra que a indignação é a primeira reação e entrada na dimensão do direito – é injusto! Sintetiza então os motivos de indignação: retribuições desproporcionais, promessas traídas, partilhas desiguais. Fala da confusa expectativa de uma vitória da palavra sobre a violência, que consiste na intenção moral da indignação.²⁰⁶

Mas a questão impõe-se, haverá uma força similar à indignação que conduza ao caminho do perdão?

O desejo de vingança, a pretensão de fazer justiça por si mesmo, com o risco de acrescentar a violência a mais violência, o sofrimento a mais sofrimento, é o maior obstáculo ao que Paul Ricoeur chama de “justa distância”, sendo que a grande conquista é, então, a separação entre vingança e justiça.²⁰⁷

Neste sentido, o perdão trabalha o impulso vingador que a justiça assume, sendo que o trabalho do perdão, no seio da justiça, “é a descoberta do valor intrínseco, essencial e indelével do culpado. O olhar do perdão saberá ver sempre o valor do humano por detrás do culpado”²⁰⁸.

O contributo final que o espírito do perdão poderá imprimir no domínio da justiça, que Pedro Valinho Gomes define como sendo o terceiro momento, prende-se com o facto de o perdão poder penetrar no campo da justiça como “força transformadora, capaz de incutir a marca da promessa e da especulação nas pesadas estruturas judiciais e de equilibrar a lógica da equivalência com a estranha lógica da superabundância e do dom”²⁰⁹.

Nessa lógica, o perdão aponta para um caminho de reinvenção da própria justiça, e este será definitivamente selado por uma esperança transformadora e incondicional na restauração e na reabilitação do ser humano.²¹⁰

Assim sendo, uma justiça fermentada pelo perdão “é uma justiça reabilitadora [...] que não saberia depreciar o julgamento e a sanção. Nem mesmo a punição. [...] saberia orientar a ação de julgar, de sancionar e de punir para uma reeducação do homem culpado, no sentido de uma reorientação para o bem”²¹¹.

3.3.3. A culpabilidade como arrependimento e promessa

Entre a vítima e o culpado, há algo que continua a pesar na sua vida em comum: a culpa. Ela é um peso que se arrasta no caminho do culpado, e o impede de recomeçar e

²⁰⁶ Cf. Paul Ricoeur, *O Justo ou a Essência da Justiça* (Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Pensamento e Filosofia, 1997), 10–11. Tradução de Vasco Casimiro

²⁰⁷ Cf. *Ibid.*, 166–67.

²⁰⁸ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 197.

²⁰⁹ *Ibid.*, 198.

²¹⁰ Cf. Paul Valadier, «Approches Politiques du Pardon», *Études* 392, n. 6 (2000): 781–82. Traduzido por Pedro Valinho Gomes na sua obra *A Esperança do Perdão*.

²¹¹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 200.

reinventar a vida. O perdão seria um milagre, como lhe chamou Anselmo Borges.²¹² O milagre de uma reinvenção, de uma metanoia, ou seja, uma mudança (*meta*) de pensamento (*nous*), no sentido em que o pensamento assume a totalidade da pessoa humana. A metanoia é assim uma mudança de coração, uma mudança de sentimento, de discernimento, de disposição e de ação.²¹³

Para o culpado, a metanoia traduz-se em arrependimento e promessa, que são, por sua vez, expressão de um pedido de perdão, sendo que no seio deste paradoxo, entre o arrependimento que pede o perdão e o perdão que convida ao arrependimento, reside uma semente da presença do perdão incondicional na ética das relações humanas.²¹⁴

Para a vítima, a metanoia traduz-se por uma transformação interior, sendo que a dor e o ressentimento são substituídos pela “gratuidade imponderável de um dom na fronteira do impossível, é a evidência de uma reinvenção da própria identidade narrativa”²¹⁵.

A visão desta metanoia partilhada ultrapassa um último obstáculo ao perdão, o orgulho, na medida em que “Ele próprio sofre uma metanoia que o conduz eventualmente ao arrependimento, por parte do culpado, e ao perdão, por parte da vítima”²¹⁶.

3.3.4. O esquecimento da memória dolorosa

Só faz sentido falar de perdão, se o mesmo consistir numa oportunidade de transformar uma memória dolorosa e os traumas sensíveis numa pedagogia de relações humanas orientada para o devir do *viver juntos*, isto é, numa pedagogia que, animada pelo espírito do perdão, seja semente de uma educação para a justiça e para a paz.²¹⁷

Jacques Derrida, enfatiza que o perdão não faz sentido com o esquecimento, antes pelo contrário, perdoa-se tendo bem viva a memória de todo o mal que foi feito, exigindo-se a recordação absoluta do indelével, para além de todo o trabalho de reconciliação ou de recuperação, para além de toda a “ecologia da memória” ou de toda a “psicoterapia do luto”:

“O bom senso lembra-nos que o perdão não é o esquecimento, e em todo o lugar onde o esquecimento, sob uma ou outra forma, por exemplo, sob a forma de transformação, de reconciliação, de trabalho de luto, se pode infiltrar, o perdão não é puro. O perdão deve supor de alguma maneira uma memória integral”²¹⁸.

²¹² “Quando se trata de perdão mesmo, é preciso reconhecer que estamos perante um milagre. Porque o perdão transcende a justiça e o jurídico [...] Se pensarmos até ao fim, lembrando as vítimas inocentes, não será difícil vir à ideia que só Deus pode perdoar. Como escreveu o filósofo agnóstico Jacques Derrida: perdoar o imperdoável aponta para algo que está para lá da imanência”. Cf. Borges, «O milagre do perdão».

²¹³ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 201. Pedro Valinho Gomes acrescenta que a metanoia é “Uma mudança a que o perdão convida e que convida ao perdão”.

²¹⁴ Ibid., 202.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Ibid., 203.

²¹⁷ Cf. Ibid.

²¹⁸ Jacques Derrida, *Pensar a desconstrução*, ed. Evando Nascimento et al. (São Paulo: Estação Liberdade, 2005), 135.

Pedro Valinho afirma que o modelo de uma educação inspirada pelo perdão passa necessariamente pela paz, aquilo a que Nicholas Wolterstorff chama de “Educar para o shalom”. “Shalom” é um termo hebraico que significa paz, e representa a busca de sentido e a atualização das potencialidades humanas.²¹⁹

Assim sendo, entende que “Educar para o shalom” é uma pedagogia iluminada pelo perdão, que “assimila a memória na sua justa medida, e a transforma numa orientação para o *bem viver juntos*”²²⁰.

Nesse sentido, torna-se evidente que uma pedagogia educada pelo perdão é ao mesmo tempo uma pedagogia que educa para o perdão.

4. A desumanidade não perdoa

José Tolentino Mendonça menciona que o perdão não é uma expressão espontânea da natureza do ser humano, pois quando, no Pai-nosso, afirmamos “nós perdoamos”, esta expressão refere-se ao impacto de Deus no Homem e ao seu dom de filiação divina, apesar de Ele ser um mistério que está para lá da razão humana.²²¹ E concretiza: “só sabemos o que Deus é, tornando-nos naquilo que Deus é”²²².

Nesse sentido, pode-se afirmar que o perdão é um dos lugares por excelência, onde experimentamos aquilo que Deus é, sendo que é precisamente aí que estará a esperança numa memória feliz construída sobre os vestígios de dor e de sofrimento.

4.1. O perdão na Igreja

Na obra, *O Amor é Contagioso – O Evangelho da Justiça*, o Papa Francisco refere que:

“O perdão não é fruto dos nossos esforços, é um presente, é um dom do Espírito Santo, que nos enche com a torrente da misericórdia e de graça que brota incessantemente do coração aberto de par em par de Cristo crucificado e ressuscitado”²²³.

De seguida, recorda-nos que cada ser humano só vive em verdadeira paz se for capaz de se reconciliar com os outros. Para tal, é necessário pedir perdão, que a pessoa se envergonhe do mal que cometeu, pois só com a celebração da Reconciliação, o ser humano pode ficar em paz, com a paz que só Jesus pode dar.²²⁴

O Papa Francisco, também nesta obra, alerta para a necessidade de perdoar tal como

²¹⁹ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 204.

²²⁰ Ibid., 205.

²²¹ Cf. Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 121–22.

²²² Ibid., 122.

²²³ Papa Francisco, «A vergonha de pedir perdão - Audiência Geral, 19 de fevereiro de 2014», em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça* (Amadora: Nascente, 2016), 157.

²²⁴ Cf. Ibid., 157–58.

“Deus perdoa a cada ser humano na sua soberana misericórdia”²²⁵, para tal há que entender bem o que é a misericórdia de Deus. Nesse sentido, convida a recordar o profeta Isaías, quando afirma que:

“Mesmo que os vossos pecados sejam como escarlata,
tornar-se-ão brancos como a neve.
Mesmo que sejam vermelhos como a púrpura,
ficarão brancos como a lã.” (Is 1, 18-19)

Significa este pequeno trecho, que o ser humano nunca se deve cansar de perdoar, nunca deve recusar um perdão, pois se homem e mulher querem ser “imagem e semelhança de Deus”, devem procurar libertar-se das memórias das ofensas passadas e ocupar-se em desenvolver as potencialidades que o perdão esconde, realçando assim a luz do perdão de Deus na vida de cada ser humano.²²⁶

Assim sendo, o Papa Francisco sublinha que Deus é “o pai amoroso que perdoa sempre, que tem aquele coração de misericórdia para com todos nós”²²⁷ e que “Deus saiu de si mesmo para descer até nós [...] para nos trazer misericórdia que salva e que dá esperança”²²⁸. E é aqui que lança um desafio: “... aprendamos também nós a ser misericordiosos com todos”²²⁹, na esperança de uma memória feliz.

4.2. A esperança de uma memória feliz

Pedro Valinho Gomes refere que o perdão, na sua função de reconfigurador narrativo, assume-se como uma terapia da memória, sendo que considera que esta terapia narrativa, imbuída de uma força ética, deve ser educada pelo perdão em três provocações.²³⁰

A primeira provocação é: *ninguém se há-de lembrar sozinho*.

“A abertura à narração das memórias do outro constitui o primeiro passo não só na reconstituição do evento e na reconfiguração do seu significado, mas também na pacificação da própria memória. [...] E é na medida em que a capacidade de narrar de forma diferente, integrando a voz do outro, é desenvolvida, que a memória dos eventos dolorosos fará justiça não só ao próprio evento, mas ao sentido a que ele aspira”²³¹.

Isto acontece, porque as memórias de uns entrelaçam-se nas memórias dos outros, porque a história dos vencedores é a história dos vencidos, e porque a solidariedade ontológica,

²²⁵ Papa Francisco, «A Confissão e o Perdão - Audiência Geral, 20 de novembro de 2013», em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça* (Amadora: Nascente, 2016), 156.

²²⁶ Cf. Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 125.

²²⁷ Papa Francisco, «Deus nunca se cansa de nos perdoar - Angelus, 17 de março de 2013», em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça* (Amadora: Nascente, 2016), 154.

²²⁸ Papa Francisco, «Deus não pede nada - Audiência Geral, 27 de março de 2013», em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça* (Amadora: Nascente, 2016), 164.

²²⁹ Francisco, «Deus nunca se cansa de nos perdoar - Angelus, 17 de março de 2013», 154.

²³⁰ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 207.

²³¹ Ibid.

narrativa e hermenêutica que une a família humana assim o exige, com o intuito de não se voltarem a repetir os mesmos eventos de dor, sofrimento e injustiça que o passado provocou.²³²

A segunda provocação é: *Não te esquecerás*.

Pedro Valinho, refere que o lembrar é “um convite a um trabalho de memória, a uma tarefa terapêutica da memória do passado e a um compromisso ético com o futuro”²³³

No entanto, a memória, de que o autor fala anteriormente, deve ser harmonizada com a dádiva de uma oportunidade de reconciliação/reconfiguração, apesar da dor, sofrimento e injustiça causada pelo passado.

A terceira provocação é: *Lembrar-te-ás do perdão*.

O perdão introduz uma dinâmica de gratuidade no coração de um processo duro e sofrido como é o trabalho da memória, de luto e de justiça. Na força dessa dinâmica, Pedro Valinho Gomes, conclui que a solução para a memória dolorosa se encontra no compromisso que o perdão assume, que é o de uma memória feliz.²³⁴

Nesse sentido, e assumindo o perdão como uma atitude humana, falta falar do resultado de um perdão humano: a Reconciliação, tema que irá ser explanado no próximo capítulo.

²³² Cf. Maria Duffy, *Paul Ricoeur's Pedagogy of Pardon: A Narrative Theory of Memory and Forgetting* (London; New York: Continuum, 2009), 11.

²³³ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 208.

²³⁴ *Ibid.*, 209–10.

CAPÍTULO III – A RECONCILIAÇÃO

Após uma abordagem à importância do perdão, interessa agora perceber para onde se dirige, qual o seu fim, qual o seu sentido.

D. Nuno Almeida afirma que o ser humano “anseia sempre por atingir uma realidade para além de si mesmo: dedicar-se a uma causa, amar alguém, construir algo em grande, ou aceitar sofrer com dignidade perante tudo aquilo que não pode mudar no seu próprio caminho”²³⁵. Para tal, deve-se partir do pressuposto de que a vida não é somente existência, mas que subsiste “uma verdade de sentido (*logos*), de valor (*axios*) e de finalidade (*telos*), inacessível a um saber calculista e utilitarista”²³⁶.

Daí que, a reconciliação é uma meta. As pessoas buscam incansavelmente a paz (*shalom*). Mas, para alcançá-la, é necessário um penoso caminho de conversão, de mudanças e de transformações, sendo que a verdadeira reconciliação começa no coração de cada pessoa.

1. O Sacramento da Reconciliação

O Sacramento da Reconciliação conhece, na atualidade, um processo de indiferença considerável na vida de muitos cristãos. “Muitos nem a rejeitam nem a aceitam expressamente; simplesmente a ignoram e a esquecem: é algo que não os ocupa nem os preocupa. O seu problema não é ‘como’ nem ‘quando’ celebrar o sacramento, mas se realmente é necessário celebrá-lo”²³⁷.

Walter Kasper²³⁸ considera que esta crise na compreensão e praxis da penitência concerne muito mais a uma crise do Homem moderno e da sua própria compreensão, do que a um reconhecimento em não reconhecer a culpa, nem o pecado, nem a conversão do que as específicas questões dogmáticas e pastorais.²³⁹

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, será importante analisar alguns aspetos antropológicos, bíblicos e teológicos, na medida em que o sacramento da Reconciliação faz parte da dinâmica da penitência, que o crente e a própria Igreja não podem nunca deixar de percorrer durante a sua vida terrena.

²³⁵ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 11.

²³⁶ *Ibid.*, 12.

²³⁷ Dionisio Borobio, *El sacramento de la reconciliación penitencial*, 2.^a (Salamanca: Ediciones Sígueme, 2011), 27.

²³⁸ Cardeal alemão, e presidente emérito do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

²³⁹ Cf. Walter Kasper, «Aspectos antropológicos de la penitencia», *Selecciones de teología*, n. 94 (1985): 155.

1.1. *Dados antropológicos*

O sacramento da reconciliação lança as suas raízes na condição humana e mais concretamente num mundo complexo e misterioso do ser humano, que o leva a confrontos com os outros, consigo mesmo e com as realidades que o rodeiam, ao mesmo tempo, que anseia e sente a necessidade de paz e de reconciliação.²⁴⁰

Assim, esta experiência de “desconciliação” é sentida e vivida pelo ser humano e pelo cristão em três níveis: antropológico, social e eclesial.²⁴¹

A nível antropológico, a reconciliação pessoal é mais uma aspiração do que uma realidade, na medida em que o ser humano é um ser desarmonizado consigo mesmo, e que se manifesta em várias experiências fundamentais, tais como: a não-coincidência do ser humano consigo mesmo, a oposição ideal/realidade e a impossibilidade de ser totalmente ele mesmo; a sua culpabilidade perante a ocorrência do mal; a sua dependência do outro ao dar-se conta que a sua não-totalidade e a sua não-inocência não dependem exclusivamente dele, isto tudo num contexto de um mundo alienado e alienador.²⁴²

A nível social, a reconciliação cristã não acontece por cima nem à margem da história, mas dentro de uma história com conflitos, que acontece quando a globalização é imposta com injustiça, terror e violência; com lutas ideológicas, informáticas e socioculturais; com a crise laboral e a exploração entre países e classes.²⁴³

Finalmente, a nível eclesial, apesar da Igreja ser chamada a ser tipo, imagem, sacramento de reconciliação, a verdade é que se vive uma real desconciliação eclesial, não só atual, mas também histórica, que vai desde a separação das Igrejas até à rutura pessoal herética, isto é, uma rutura que induz a uma rejeição comunitária ao ódio entre irmãos, ou até à violência entre grupos religiosos.²⁴⁴

Face ao pressuposto, o sacramento da Reconciliação não se situa à margem nem ao lado das reconciliações da vida. As diversas experiências de desconciliação que se podem viver existencialmente, devem ser o ponto de partida para uma melhor compreensão do verdadeiro sentido da experiência da reconciliação do sacramento.²⁴⁵

O acontecimento da reconciliação não é um exclusivo do cristianismo, pois todas as religiões expressam a necessidade do ser humano superar o mal, de se renovar e reconciliar-se. Por outro lado, são também propostos itinerários concretos que buscam dar cumprimento, com palavras e com ritos, à tríplice exigência de toda a reconciliação: o reconhecimento da

²⁴⁰ Cf. Gonzalo Florez, *Penitencia y Unción de enfermos* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993), 17.

²⁴¹ Cf. Borobio, *El sacramento de la reconciliación penitencial*, 29.

²⁴² Cf. Carlo Collo, *Reconciliación y penitencia* (Madrid: Ediciones San Pablo, 1995), 19.

²⁴³ Cf. Borobio, *El sacramento de la reconciliación penitencial*, 29–35.

²⁴⁴ Cf. *Ibid.*, 27.

²⁴⁵ Cf. *Ibid.*, 36–37.

transgressão, da culpa, do pecado; o desejo de melhoria e conversão, de aperfeiçoamento; a esperança do perdão e da reconciliação.²⁴⁶

Estes três elementos da condição humana são importantes, e estão na base da construção da dimensão sacramental da reconciliação.

Entretanto, o ser humano, cujos sentimentos de culpa fazem parte da sua saúde psicológica, tende a não reconhecer a sua falta, precisamente porque isso fere-o no seu orgulho. Contudo, o arrepender-se e reconhecer-se culpável é:

“um acto de pessoa madura, porque implica a renúncia consciente ao desejo infantil de onipotência, gozo e disfrute ilimitados, a superação da recusa narcisista da própria imperfeição e a aceitação responsável do próprio modo de ser”²⁴⁷.

Neste sentido, Paul Ricoeur mostra que a confissão é a única linguagem em que o pecado e a culpa encontram a sua expressão adequada, pois: pela confissão, o ser humano renuncia tanto ao maniqueísmo²⁴⁸ como ao determinismo²⁴⁹; pela confissão o ser humano está disposto a aceitar as consequências dos seus atos – recompensa ou punição; na confissão reconhece-se não só como alguém que fez algo que não devia, mas também que poderia ter agido de uma outra forma.²⁵⁰

1.2. Dados bíblicos

A Sagrada Escritura, enquanto Palavra de Deus revelada é o pressuposto de toda a teologia, pois ela não é essencialmente interpretação da Escritura na Igreja, mas critério de toda a teologia católica.²⁵¹

Desta forma, antes dos aspetos teológicos do sacramento da Reconciliação é, pois, conveniente procurar o seu fundamento bíblico.

A Sagrada Escritura no Antigo e Novo Testamento, expõe a possibilidade e, ao mesmo tempo, a necessidade iminente que o ser humano tem de renovar o seu pensamento, de mudar as suas avaliações, de se orientar de novo para Deus como questão-chave e prioritária, e que constituem todo o conteúdo essencial da mensagem bíblica. É um processo que significa

²⁴⁶ Cf. Collo, *Reconciliacion y penitencia*, 17–21.

²⁴⁷ Ibid., 204.

²⁴⁸ Filosofia religiosa sincrética e dualística fundada e propagada por Manes ou Maniqueu, filósofo cristão do século III, que dividia o mundo simplesmente entre Bom, ou Deus, e Mau, ou o Diabo. A matéria é intrinsecamente má, e o espírito, intrinsecamente bom.

²⁴⁹ Conceito filosófico que defende que todos os factos são baseados em causas, ou seja, que todo o acontecimento é regido pela determinação, seja de carácter natural ou sobrenatural.

²⁵⁰ Cf. Kasper, «Aspectos antropológicos de la penitencia», 156–57.

²⁵¹ Cf. Comissão Teológica Internacional, «Teologia hoje: perspectivas, princípios e critérios», 2012, http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_docu-ments/rc_cti_doc_20111129_teologia-oggi_po.html#_ftn1.

também uma reconstrução de relações humanas e uma luta contra a miséria de qualquer tipo.²⁵² Este processo, envolve três elementos essenciais, inicia-se no pecado, avança na conversão e culmina no perdão.

O pecado é o nome bíblico para o mal, erro e falta. Na perspectiva da história das religiões, o termo culpa indica a não observância das prescrições normativas previstas numa religião, que compreendem também os atos rituais e de culto.²⁵³

O texto bíblico fundamental referente à culpa e pecado é o relato da queda. O pecado originário de Adão e Eva representa a explicação teológica dos pecados sucessivos da humanidade, mas ao mesmo tempo, indica que o pecado não é um erro trágico, mas antes o fruto da liberdade humana.²⁵⁴

No entanto, no Antigo Testamento, este termo não surge somente no relato da queda, mas também nas narrações bíblicas sobre o dilúvio²⁵⁵ e a torre de Babel²⁵⁶ que constituem afirmações fundamentais sobre o pecado. Elas deixam entrever, ao mesmo tempo, a superação do pecado pela misericórdia e pelo perdão.²⁵⁷

No Novo Testamento, o conceito de pecado designa o múltiplo fenómeno dos erros humanos, que vão desde a mais insignificante transgressão de uma ordem até à ruína de toda a existência.²⁵⁸

A conversão, por sua vez, é um termo que na história das religiões está intimamente ligado com os conceitos de arrependimento e penitência. O Sacramento da Penitência não se resume ao princípio de reconhecer-se pecador e distante do projeto de Deus. É acima de tudo, a certeza de uma mudança de direção, um retorno na esperança de um encontro cheio de misericórdia e bondade com o Deus de ternura e amor.²⁵⁹

No entanto, existem outras expressões metafóricas que dão corpo à ideia de conversão: buscar o Senhor, invocá-Lo, humilhar-se, dirigir o coração para o Senhor, buscar o bem, odiar o mal e fazer o bem, aprender a fazer o bem, obedecer, adquirir um coração novo, circuncisar o coração, abrir um novo sulco, lavar a maldade.²⁶⁰

No Novo Testamento, arrependimento, penitência e conversão formam entre si uma

²⁵² Cf. Herbert Vorgrimler, «La lucha del cristiano con el pecado», em *Mysterium salutis* (Madrid: Ediciones Cristiandad, 1984), 329.

²⁵³ Cf. Gerhard Hotze, «Il Sacramento della Riconciliazione e la nuova Evangelizzazione: aspetto biblico», *Il sacramento della riconciliazione e la nuova evangelizzazione* (San Giovanni Rotondo: Edizioni Padre Pio da Pietrelcina, 2012), 52.

²⁵⁴ Cf. Ibid., 52–53.

²⁵⁵ A história completa deste episódio bíblico encontra-se narrada em Gn 6-9

²⁵⁶ A história completa deste episódio bíblico encontra-se narrada em Gn 11

²⁵⁷ Cf. W. Günther, «Pecado», em *Diccionario teologico del Nuevo Testamento*, ed. Lothar Coenen, Erich Beyreuther, e Hans Bietenhard, 2.^a, vol. III (Salamanca: Ediciones Sigueme, 1986), 325–26.

²⁵⁸ Cf. Ibid.

²⁵⁹ Cf. Hotze, «Il Sacramento della Riconciliazione e la nuova Evangelizzazione: aspetto biblico», 55.

²⁶⁰ Cf. Collo, *Reconciliacion y penitencia*, 32.

estreita ligação.²⁶¹ Quando o ser humano dá uma nova orientação ao seu pensamento e à sua vida, esta característica está relacionada com um juízo sobre as suas ideias e com o seu comportamento.²⁶²

Quando no Novo Testamento se exorta à conversão, alude-se a uma reorientação fundamental da vontade humana para Deus, a um afastamento da teimosia e do erro e a um retorno Àquele que é o salvador de todos os homens e mulheres, sendo que esta conversão leva a uma transformação fundamental de vida na sua totalidade.²⁶³

O fruto da conversão é o perdão de todos os pecados (Cf. Act 3,19; 26,18).²⁶⁴ O pecador arrependido e que fez penitência, espera que pela bondade misericordiosa de Deus lhe seja concedido o perdão pela culpa cometida (Cf. Sl 130, 3-4). Isto é, o pecador espera que Deus não responda ao seu pecado com o castigo que lhe seria próprio, mas com a clemência do seu perdão.²⁶⁵

Assim sendo, no Antigo Testamento, o Deus da revelação é um Deus que perdoa a todos, e “é clemente e compassivo, paciente e rico em misericórdia” (Jl 2, 13).

No Novo Testamento, a pregação veterotestamentária de Jesus Cristo sobre o perdão, foi assumida e pregada de um modo novo. Cada gesto e atitude de Jesus, especialmente o carinho para com os pecadores arrependidos, estava em dissonância com as atitudes de discriminação e separação dos fariseus.²⁶⁶ O projeto proposto por Jesus é instrumento de reconciliação, uma nova forma de religar laços até então rompidos.²⁶⁷

O vocábulo reconciliação não é frequente na Bíblia, no entanto ele está presente, desde logo, no Antigo Testamento. No caso de conflitos entre pessoas, o Antigo Testamento manifesta a dificuldade da reconciliação: conflitos entre indivíduos, entre grupos, entre povos, onde tantos obstáculos devem ser superados com paciência, perseverança e generosidade de coração dos dois lados.²⁶⁸ No caso das relações com Deus, há também o conflito entre o Homem pecador e a santidade de Deus. O Antigo Testamento manifesta a impotência dos pecadores e a magnanimidade de Deus, “Deus misericordioso e clemente, vagaroso na ira, cheio de bondade e de fidelidade” (Ex 34, 6) sempre pronto à reconciliação e disposto a restabelecer a aliança.²⁶⁹

²⁶¹ Cf. Frank Laubach, «Conversión, penitencia, arrepentimiento», em *Diccionario teologico del Nuevo Testamento*, ed. Lothar Coenen, Erich Beyreuther, e Hans Bietenhard, 2.^a, vol. I (Salamanca: Ediciones Sigueme, 1985), 330–31.

²⁶² Cf. *Ibid.*, 331.

²⁶³ Cf. *Ibid.*, 332.

²⁶⁴ Cf. Hotze, «Il Sacramento della Riconciliazione e la nuova Evangelizzazione: aspetto biblico», 59.

²⁶⁵ Cf. *Ibid.*

²⁶⁶ Cf. Luci Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida» (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007), 57–58.

²⁶⁷ Cf. *Ibid.*, 58.

²⁶⁸ Cf. Albert Vanhoye, «La riconciliazione nella Bibbia», *Il sacramento della riconciliazione in un mondo secolarizzato* (2011), 97.

²⁶⁹ Cf. *Ibid.*

Esta revelação do “Deus misericordioso” sempre pronto à reconciliação,

“... encontra o seu perfeito cumprimento no Novo Testamento. A generosidade divina é estupenda. Deus, que foi mil vezes ofendido, oferece aos seus ofensores a reconciliação e paga Ele mesmo todas as despesas na pessoa do seu único Filho. Ao mesmo tempo, Deus estabelece ‘o ministério da reconciliação’ confiado aos apóstolos. A obra da reconciliação efetuada na Paixão de Cristo tem dimensões novas e universais”²⁷⁰.

Nesse sentido, reconciliar (*Katallassein*), em sentido religioso, designa “o encontro de Deus com o Homem, como um encontro recíproco e amistoso, e isto por iniciativa de Deus, que é o protagonista”²⁷¹. Um encontro em que é Deus que vai ao encontro do ser humano, sendo que este, por sua vez, “também está ativo ao aceitar o convite de Deus que quer encontrar-se com ele”²⁷². Desta forma, Deus torna o ser humano capaz de se reconciliar enquanto pessoa livre.²⁷³ Assim sendo, à “mensagem da reconciliação” corresponde o “ministério da reconciliação”.²⁷⁴ O Novo Testamento, apesar de não apresentar nenhum caso de reconciliação entre pessoas humanas, em dois textos exige a reconciliação, nomeadamente no livro de São Mateus²⁷⁵ e na primeira Carta aos Coríntios²⁷⁶.

Em ambos os textos, salta à vista o mandamento do amor de Jesus Cristo, pois quem não está em boas relações com o seu irmão não pode estar em boas relações com Deus, na medida em que todo o Homem é um ser “criado por amor, dado a si mesmo por amor”²⁷⁷.

Nesse contexto, experimenta-se um Deus rico e cheio de misericórdia, que Jesus revelou na sua plenitude, através de gestos concretos. Um Deus que vai muito além de regras e normas pré-estabelecidas, que perdoados os pecados e introduz o ser humano de volta para a comunidade eclesial. E nesse sentido, o Novo Testamento apresenta momentos marcantes e inesquecíveis do Deus que se aproxima da humanidade com uma mensagem salvadora a partir do verbo encarnado no meio de uma humanidade fragilizada e pecadora. Assim, conclui-se esta abordagem ao Novo Testamento, afirmando que Deus é Aquele que ama e perdoados a fraqueza da humanidade.²⁷⁸

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 280.

²⁷² Ibid.

²⁷³ Cf. Antonio Rodríguez Carmona, «Dios nos Reconcilia en Cristo», em *Semana de Estudos Trinitarios* (Salamanca: Dimensión Trinitaria de la Penitencia, 1994), 112.

²⁷⁴ Cf. 2 Coríntios 5, 18-19

²⁷⁵ “... deixa lá a tua oferta diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; depois volta para apresentar a tua oferta”. Cf. Mateus 5, 24.

²⁷⁶ “... se, porém, está separada, não se case de novo, ou, então, reconcilie-se com o marido; e o marido não repudie a sua mulher”. Cf. 1ª Carta aos Coríntios 7, 11.

²⁷⁷ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 282.

²⁷⁸ Cf. Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida», 59.

Face ao anteriormente exposto, a Bíblia apresenta o ser humano em relação a Deus, não como dono da criação, mas como “imagem e semelhança de Deus”. No entanto, o Homem violento deixa que o animal ou a animalidade o domine, sendo que esta é profundamente marcada pela posse e pela violência, pela cobiça e pela inveja.²⁷⁹

Desse modo, a reconciliação com o outro, assume-se “como condição para o perdão de Deus e a validade da oferenda. Deus perdoa as nossas ofensas se nós perdoarmos aos que nos ofendem”²⁸⁰.

A partir dos dados bíblicos anteriormente apresentados, é necessário agora, fazer uma reflexão teológica, no intuito de contribuir para a inteligibilidade do sacramento da Reconciliação.

1.3. Dados teológicos

Se a história da salvação é a história das “maravilhas salvíficas” de Deus, é ao mesmo tempo a história do pecado que marca a condição humana desde os seus inícios, onde apesar da realidade do mistério do mal, prevalece a certeza da infinita misericórdia de Deus para os pecadores que se convertem.²⁸¹

Neste contexto, a missão da teologia é:

“aprofundar o conhecimento do mistério da reconciliação, mostrar a sua beleza e fecundidade, preservá-lo de mal-entendidos, torná-lo comunicável na pregação, suscitar uma sã consciência de pecado e indicar as múltiplas maneiras disponíveis para viver e celebrar este mistério”²⁸².

Deste modo, a reconciliação enquanto “dom do Espírito Santo de valor inestimável e de riqueza inesgotável, que a Igreja deve continuamente e com renovado empenho acolher, compreender e propor [...] para que possa ser vivido na vida quotidiana e celebrado com alegria”²⁸³, deverá ser sempre conjugada com a graça, que orienta o ser humano para algo que não é fruto da sua capacidade ou da sua boa-vontade, mas que o torna capaz de acolher os seus dons.²⁸⁴

Assim considerado, o essencial deste sacramento consiste, portanto, no facto de a reconciliação do pecador com Deus se dar na reconciliação com a Igreja, na medida em que:

“Do Espírito Santo recebemos a força, pois a reconciliação envolve vítimas, pessoas que sofrem as consequências de conflitos, de injustiça, de

²⁷⁹ Cf. Emmanuel Levinas, *Transcendência e Inteligibilidade* (Lisboa: Edições 70, 1991), 32.

²⁸⁰ Borobio, *Celebrar para viver: Liturgia e Sacramento da Igreja*, 315.

²⁸¹ Cf. Carlo Rocchetta, *Los sacramentos de la fe. Estudio de teología bíblica de los sacramentos como «eventos de salvación» en el tiempo de la Iglesia* (Salamanca: Secretariado Trinitario, 2002), 148.

²⁸² Collo, *Reconciliación y penitencia*, 195.

²⁸³ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 379.

²⁸⁴ *Ibid.*, 379–80.

manipulação; abrindo perspectivas novas de vida em comum. Este processo desenvolve-se, hoje, a nível pessoal, social e planetário e implica mudanças históricas concretas. Tudo isto exige uma grande sensibilidade perante as experiências concretas de sofrimento, as feridas das pessoas, bem como diante dos seus desejos e esforços para transformar as suas vidas”²⁸⁵.

Por conseguinte, podemos afirmar que a comunidade eclesial será o lugar concreto da infinita misericórdia de Deus, onde a humanidade, para viver este perdão, precisa constantemente de se afastar daquilo que não faz parte do projeto de Deus.²⁸⁶

A Igreja, como sacramento da salvação, tem a missão de ser verdadeiro instrumento, conduzindo toda a humanidade à plena reconciliação com Deus, consigo mesmo e com toda a criação, numa verdadeira exortação à vivência do perdão e um chamado constante para a conversão.²⁸⁷

Dessa forma, cabe de modo particular à Igreja, a quem foi confiado este ministério de reconciliação mediante a conceção do povo sacerdotal, animar e suscitar em todos a responsabilidade sobre a reconciliação, que depende de cada um. E só assim, o ser humano estará em condições de compreender a reconciliação cristã, na medida em que:

“O ministério da reconciliação supõe as condições psicológicas para que haja relações humanas positivas, mas há algo mais, ou seja, encontramos na missão de reconciliar uma *relação ministerial*: feita em primeira pessoa, mas em nome de um Outro (Deus) e a favor de um outro (ou outros)”²⁸⁸.

Assim sendo, a reconciliação como dom de Deus em Jesus Cristo na força do Espírito, é o único caminho para conseguir a cura interior e a superação de conflitos entre as pessoas e os povos. E, “Quem se reconcilia consigo mesmo, com Deus, com os homens e com o mundo, reencontra-se como nova criatura”²⁸⁹.

No entanto, é importante destacar que é Cristo o grande reconciliador de toda a história, pois a sua reconciliação é definitiva e escatológica. Assim, cada batizado tem a missão de viver esta dinâmica de reconciliação como verdadeiro seguidor de Cristo.²⁹⁰ Pois em Cristo, o ser humano “encontra uma nova identidade, ou seja, uma capacidade de se ver com olhos novos a si próprio, os outros e o mundo”²⁹¹, na medida em que a reconciliação “é o encontro alegre com Deus, é o momento da festa alegre do perdão”²⁹².

²⁸⁵ Ibid., 380.

²⁸⁶ Cf. Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida», 66.

²⁸⁷ Cf. Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Constitutio Dogmatica de Ecclesia ‘Lumen Gentium’ (21 de novembro de 1964).” *Acta Apostolicae Sedis* 48 (1965): 5-75.

²⁸⁸ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 381.

²⁸⁹ Ibid., 382.

²⁹⁰ Cf. Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida», 67.

²⁹¹ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 382.

²⁹² Dário Pedroso, *A Alegria do Perdão*, 2.^a (Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1983), 15.

2. A Reconciliação: a alegria do perdão

Pedro Valinho Gomes, refere que “A hipérbole e o paradoxo do perdão constituem um desafio ao pensamento”²⁹³, ou seja, se por um lado é possível afirmar o que o perdão não é, por outro, o que ele significa depende, em parte, do contexto em que ele é oferecido.²⁹⁴

A partir da “evolução da história do conceito de perdão”²⁹⁵, as tradições estruturantes do mundo ocidental souberam interpretar as diferentes noções sobre o perdão, mas souberam sobretudo escutar as intuições profundas que os símbolos do perdão souberam revelar. Daí que Paul Ricoeur, afirme que “os conceitos nascem nas imagens (ou nos esquemas) que têm poder do símbolo”²⁹⁶.

Tal posição, é também assumida por Pedro Valinho, referindo que “o perdão, enquanto dom em excesso de dívida, enquanto resposta imponderável ao mal, não saberia entrar na esfera da linguagem senão pelo universo do símbolo”²⁹⁷.

Perante isto, torna-se necessário desenvolver os símbolos que nos orientam para o perdão, designadamente a purificação, o retorno, a justificação e a dádiva, como percurso inverso ao simbolismo do mal, na medida em que “Penetrar no simbolismo requer um trabalho de interpretação a partir do sentido primeiro de cada um dos símbolos do perdão”²⁹⁸, no sentido de cimentar um caminho para o perdão humano. Esse percurso, desenvolver-se-á sempre, em primeira instância, na formação de consciências, no sentido de aprofundar a ideia de que “Perdoar é Humano”.

2.1. O perdão como Purificação

No livro do Génesis, existem um ciclo de pequenas histórias à volta de uma personagem, José do Egito. Ele oferece-nos um testemunho expressivo de construção ética, como caminho de resistência ao mal, isto é, depois de ter sido abandonado e vendido pelos irmãos e após uma sequência de acontecimentos atribulados, é elevado ao posto de lugar-tenente do Faraó.²⁹⁹ Aquando do reencontro com os irmãos, é José quem os salva da fome (Cf. Gn 39-45). A conclusão do ciclo de José é elucidativa: “Premeditaste contra mim o mal. Mas Deus aproveitou-o para o bem, a fim de que acontecesse o que hoje aconteceu, e um povo numeroso foi salvo” (Gn 50, 20).

²⁹³ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 145.

²⁹⁴ Pedro Valinho Gomes afirma que o perdão “não é uma justificativa ou uma desculpabilização do culpado; não é o esquecimento ou o mitigar da dor e do sofrimento; não é uma despenalização ou uma amnistia [...] depende [...] da forma como a tradição narrativa de uma comunidade humana descreve a sua vida”. Ibid., 145–46.

²⁹⁵ Ver Capítulo II do presente relatório, nomeadamente o ponto 1 - “Os sentidos do perdão”.

²⁹⁶ Ricoeur, «La Symbolique du Mal», 79.

²⁹⁷ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 146.

²⁹⁸ Ibid., 148.

²⁹⁹ Cf. Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 147.

O mal serve para isto mesmo, para ser apagado, lavado, purificado, ou seja, “Sem desmentir o Mal, abre-se [...] a possibilidade do Bem. [...] Quando tudo parecia dominado pelo mal, num círculo devastador e irreparável, José escolhe afirmar o amor e o perdão”³⁰⁰.

Perante isto, pode-se afirmar que o primeiro passo para o perdão é o reconhecimento do mal, pois é precisamente aí que reside a esperança do perdão como desejo de purificação.³⁰¹

É nesse sentido, que o perdão assume a força de uma purificação do significado da história, na medida em que “oferece a ocasião para a renarração das violências e dos sofrimentos, dando voz à dor da vítima, mas albergando igualmente a voz do outro, do outro amigo e do outro inimigo”³⁰², ou seja, a promessa do perdão é a de uma conversão, capaz de transformar o inimigo em amigo.³⁰³

Em suma, o perdão jamais apagará a dor, no entanto saberá encontrar o dom de um olhar purificado sobre o seu inimigo, um olhar transformador, aberto ao outro, na medida em que o ódio aprisiona, mas o perdão liberta, sendo que é dessa forma que o símbolo da purificação se abre ao do retorno e ao da justificação.³⁰⁴

2.2. *O perdão como Retorno*

Pedro Valinho afirma que o retorno “é a imagem da esperança na devolução da integridade e da confiança perdida. A esperança da vítima, mas, porventura, também do seu carrasco. Ambos em busca de um retorno”³⁰⁵.

Assim sendo, o retorno poderá ser caracterizado como “Poder o impossível”³⁰⁶, sendo que o impossível assume a carga de um desafio difícil de transpor e que implica, antes de tudo, “um desvio da rota, de um ir ‘longe demais’, de um extravio”³⁰⁷.

É dessa forma que Paul Ricoeur descreve o significado de pecado, o segundo símbolo primário do mal, e tendo como base o que lhe é dado pela tradição bíblica, refere que o mal é um caminho tortuoso, um desvio da ordem.³⁰⁸ E porque se oferece como a outra face do desvio, o retorno aponta para a restauração da aliança entre vítima e culpado, na medida em que essa aliança tem os contornos de um laço pessoal, e porque o mal pode ser descrito como um desvio desse laço íntimo.³⁰⁹

Assim sendo, o perdão assume-se como um retorno à aliança. E é a própria tradição

³⁰⁰ Ibid., 147–48.

³⁰¹ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 152.

³⁰² Ibid., 152–53.

³⁰³ Cf. Ibid., 159.

³⁰⁴ Cf. Ibid., 160.

³⁰⁵ Ibid., 161.

³⁰⁶ Ibid.

³⁰⁷ Ibid.

³⁰⁸ Cf. Ricoeur, «La Symbolique du Mal», 74.

³⁰⁹ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 161–62.

bíblica que aponta o perdão como via de retorno, sendo que a imagem desse mesmo retorno dá-nos um retrato quase físico do processo do perdão.³¹⁰

Se regressarmos à história bíblica de José do Egito, as lágrimas que derrama no deserto do Egito surgem depois de ele próprio ter ordenado a prisão dos seus irmãos durante três dias, isto como resposta à violência sofrida pelo próprio, que é muitas vezes, o primeiro impulso de qualquer ser humano. No entanto, quando a hipótese do perdão se coloca, ela deverá assumir as características de um arrependimento da violência, de uma purificação da vontade marcada pelo ressentimento e pela raiva, e de um regresso em direção ao outro, sendo este o autêntico caminho do perdão.³¹¹

Por fim, o culpado depara-se com um retorno, sob o signo do arrependimento, pois:

“Declarar o indeclarável, confessar o inconfessável, arrepender-se daquilo que nem o arrependimento, por si mesmo, poderá purificar e libertar: é o caminho de regresso do culpado. É o caminho que lhe resta”³¹².

É com a imagem do retorno, daquele que se assume como autor do mal, que o símbolo atinge o seu verdadeiro sentido, e é dessa forma que também ele penetra na esfera do paradoxo, pois:

“...se por um lado, é o criminoso que melhor assume o papel de extraviado do caminho recto, e, portanto, é ele quem, mais do que qualquer outro, se encontra na esperança de um regresso ao caminho justo e à aliança, por outro lado, o símbolo assume o embaraço de abrigar simultaneamente a gratuidade incondicional do perdão e a necessidade de arrependimento do culpado. Um embaraço que o próprio símbolo assume e protege”³¹³.

Perante estes argumentos, Pedro Valinho Gomes chega à conclusão que o símbolo do retorno apresenta várias facetas do perdão.

A primeira, refere-se à própria natureza do perdão, pois para este autor o perdão “assume-se como uma transformação, ao nível da vontade, no interior daquele que o oferece”³¹⁴.

Nesse seguimento, o símbolo do retorno recupera e sublinha o significado do símbolo da purificação, compreendido como forma de libertação dos sentimentos de cólera, ódio e de ressentimento, mas compreendido também como uma oferta do perdão, isto é, como uma oportunidade de regresso a um caminho reto e justo, e a um caminho aberto à presença do outro, apesar do mal.³¹⁵

³¹⁰ Ibid., 162.

³¹¹ Cf. Ibid., 162–63.

³¹² Ibid., 163.

³¹³ Ibid.

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ Cf. Ibid., 163–64.

A segunda faceta prende-se com a iniciativa. Pedro Valinho acerca desta temática coloca duas questões pertinentes:

“Se o perdão se descreve como um retorno simultaneamente da vítima e do culpado, quem toma a iniciativa do perdão? Se, diante do crime, quer o culpado, quer o inocente, todos estão em busca do retorno, é o arrependimento do culpado que precede a oferta da vítima, ou é o dom do ofendido que toma a iniciativa?”³¹⁶

Para responder a estas questões, o autor começa por descrever o arrependimento como um processo de retorno, e dessa forma a imagem deste assume-se como “o fim de uma ruptura relacional, o fim da errância, do adultério e do afastamento de Deus – que é um reinício [...] de um caminho recto, de uma aliança restaurada, de uma permanência e de um compromisso relacional”³¹⁷.

No entanto, o arrependimento não garante por si só o perdão, pois se o arrependimento é o caminho de encontro com o outro, e desse modo é uma afirmação da possibilidade de devir do ser humano, da sua capacidade de se transformar, de crescer, de recomeçar, por outro lado não existe a garantia que o outro faça esse mesmo caminho.³¹⁸

Nesse sentido, não se pode falar da simbologia do retorno sem evocar um outro símbolo que é o de resgate. Paul Ricoeur compreende isso mesmo, quando fala do tema do pecado:

“É necessário [...] acrescentar ao ciclo dos símbolos de ‘retorno’ um novo ciclo de símbolos que gravitam em torno do ‘resgate’; o simbolismo do ‘retorno’ reenvia à ideia do pecado a ruptura do laço da Aliança; o do ‘resgate’ reenvia à ideia de um poder que tem o homem cativo e contra o qual é preciso trocar um resgate, afim de o suprimir”³¹⁹.

Assim sendo, o resgate representa o dom do retorno, a oferta dada gratuitamente ao culpado, de uma oportunidade de regressar, fala do perdão enquanto dom, do perdão incondicional.³²⁰

Também a Bíblia não se inibe de explorar a simbologia do resgate, designadamente no momento central que marca toda a teologia da história: o êxodo do Egito, ou seja, “o êxodo como a oferta de um regresso à liberdade”³²¹. Paul Ricoeur considera mesmo, que este momento da tradição hebraica é “o símbolo mais poderoso da condição humana sob o signo do mal”³²².

Mediante tais constatações, Pedro Valinho Gomes chega à conclusão que a imagem

³¹⁶ Ibid., 164.

³¹⁷ Ibid., 164–65.

³¹⁸ Cf. Ibid., 166–67.

³¹⁹ Ricoeur, «La Symbolique du Mal», 91.

³²⁰ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 167.

³²¹ Ibid.

³²² Ricoeur, «La Symbolique du Mal», 93.

do retorno fala do perdão como um paradoxo de arrependimento e resgate, na medida em que:

“Não saberíamos desligar estes dois pólos: o perdão é sempre gratuito, ao mesmo tempo que apela sempre ao arrependimento e à conversão. O paradoxo não pode ser desfeito.”³²³

Assim se apresenta a encruzilhada do perdão, entre o arrependimento e a gratuidade, entre a incondicionalidade e o apelo a uma resposta.

No entanto, para Pedro Valinho, não há margem para dúvidas de que, quer a gratuidade incondicional, quer o apelo ao arrependimento e à mudança de vida, mantêm a sua força absoluta no seio da simbologia e da interpretação do perdão, como verdadeira oportunidade de vida renovada, tanto para a vítima como para o culpado.³²⁴ Mas também, para reforçar a ideia de que “Perdoar é Humano”.

2.3. *O perdão como Justificação*

Na procura de um possível conceito de perdão, Jacques Derrida tem como ponto de partida o perdão impossível, na medida em que falar do perdão como justificação é falar de um perdão enquanto dom, incondicional e puro.

Como Pedro Valinho Gomes refere, “é juntar, na mesma proposição, o perdão e a justiça. Mas uma justiça diferente. Uma justiça que é dom”³²⁵

Quem melhor começa por explicar este conceito é São Paulo, na sua carta aos Romanos e na sua primeira Carta aos Coríntios, onde expõe a noção do dom da justificação. Ele começa por realçar a incapacidade da lei de conduzir a ação humana para o bem e que a lei nada faz senão demonstrar o erro. Mas acrescenta, afirmando que a única liberdade do domínio do mal e da culpa é um dom que deve chegar ao Homem do exterior, e neste caso em concreto, como uma oferta gratuita de Deus, através da entrega sacrificial da vida, sendo que a resposta do Homem a esse dom incondicional é a fé.³²⁶

Paul Ricoeur, confrontado com a explicitação anterior, refere que “a ‘justiça’ segundo

³²³ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 169.

³²⁴ Cf. Ibid.

³²⁵ Ibid., 170.

³²⁶ Cf. Ibid., 170–71. “De facto, todos os que sem lei pecaram, também sem lei perecerão; e todos os que sob regime da Lei pecaram, pela Lei serão julgados. É que não são os que ouvem a Lei que são justos diante de Deus, mas os que praticam a Lei é que serão justificados”. (1 Romanos 2, 12-13). “Digo isto para vossa vergonha. Não haverá, entre vós, ninguém suficiente sábio para poder julgar entre irmãos? No entanto, um irmão processa o seu irmão, e isto diante dos não crentes! Ora, a existência de questões entre vós é já um sinal de inferioridade. Porque não preferis, antes, sofrer uma injustiça? Porque não preferis ser prejudicados? Mas, pelo contrário, sois vós que cometeis injustiças e causais danos, e isto contra os próprios irmãos! Ou não sabeis que os injustos não herdarão o Reino de Deus? Não vos iludais: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os pedófilos, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bebedores, nem os caluniadores, nem os salteadores herdarão o Reino de Deus. E alguns de vós eram assim. Mas vós cuidastes de vos purificar, fostes santificados, fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus. (1 Coríntios 6, 5-11).

São Paulo é qualquer coisa que vem do Homem: do futuro em direção ao presente, do exterior em direção ao interior, do transcendente em direção ao imanente. [...] Ser ‘justo’ é ser justificado por um outro”³²⁷. Quer isto dizer que a justiça não é mais um resultado de um julgamento, não é mais uma procura de harmonia através da compensação, mas é consequência de um dom, sendo que esta ideia é resultante do prolongamento da teologia ou simbologia do resgate, referido no ponto anterior do presente capítulo.³²⁸

Assim sendo, “se o resgate apontava o perdão na direção do dom, o símbolo da justificação localiza-o definitivamente no universo da graça”³²⁹.

Paul Ricoeur salienta, sobre esta temática, que o pensamento cristão não se inibe de classificar Jesus Cristo como o ponto de convergência das figuras escatológicas do rei, do servo e do filho do Homem, sendo que Cristo representa a oportunidade de libertação da mancha, do pecado e da culpa.³³⁰ Perante tais argumentos, Pedro Valinho Gomes refere que:

“A justificação é o símbolo da liberdade restaurada e orientada para o bem; é a oferta impensável de uma nova criação; o retorno de um povo a um país reconciliado; o resgate da escravidão; o fim da errância; a imagem de um reino governado pelo perdão. Sempre sob o signo do dom.”³³¹

No entanto, Pedro Valinho chama a atenção para o expoente da simbologia do perdão, que é o sacrifício de Cristo, nomeadamente para a frase “Perdoa-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem” (Lc 23, 34). E perante esta expressão de Cristo surge-nos uma questão: o que há a perdoar quando se ofende de forma inconsciente?³³² Stanley Hauerwas, perante esta questão, afirma com ironia que “[p]arece que Jesus não compreende que nós, isto é, nós que assumimos explicações modernas de responsabilidade, precisamos de ser perdoados apenas quando sabemos o que fazemos”³³³.

A esta problemática, Jacques Derrida encontra duas respostas possíveis. A primeira é que quando o ser humano não sabe o que faz, ele não pode ser responsabilizado, pois não tem a intenção de praticar o mal. A outra resposta, está relacionada com a primeira, isto é, se o ser humano pode praticar o mal sem ter a noção de que está a prejudicar alguém, ele não consegue reconhecer o seu erro, e partindo desse pressuposto, o autor refere que o perdão nada tem a ver com a consciência e o conhecimento do ser humano.³³⁴

³²⁷ Ricoeur, «La Symbolique du Mal», 142.

³²⁸ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 171.

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Cf. Ricoeur, «La Symbolique du Mal», 251–52.

³³¹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 175.

³³² Cf. Ibid.

³³³ Stanley Hauerwas, *Cross-Shattered Christ: Meditations on the Seven Last Words* (Grand Rapids: Brazos, 2004). Tradução de Pedro Valinho Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 175.

³³⁴ Cf. Derrida, *On Cosmopolitanism and Forgiveness*, 70.

Perante estas respostas de Jacques Derrida, pode-se chegar à conclusão que é provável que não haja uma resolução para esta questão, no sentido de uma explicação definitiva, na medida em que para se conhecer o que um crime merece, terá o mesmo que ser reconhecido pelo culpado.³³⁵ A comprovar tal posição, está o Evangelho de São Lucas, quando refere:

“Ora, um dos malfeitores que tinham sido crucificados insultava-o, dizendo: ‘Não és Tu o Messias? Salva-te a ti mesmo e a nós também’.

Mas o outro, tomando a palavra, repreendeu-o: ‘Nem sequer temes a Deus, tu que sofres o mesmo suplício? Quanto a nós, fez-se justiça, pois recebemos o castigo que as nossas acções mereciam; mas Ele nada praticou de condenável.’ E acrescentou: ‘Jesus, lembra-te de mim, quando estiveres no teu Reino.’

Ele respondeu-lhe: ‘Em verdade te digo: hoje estarás comigo no paraíso.’” (Lc 23, 39-43)

No entanto, Pedro Valinho Gomes arrisca uma interpretação da expressão de Jesus, afirmando veementemente que:

“O que a história narra é que, no contexto do fenómeno crístico, quer os conscientes, como os que foram crucificados com Jesus, quer os ignorantes, quem quer que eles sejam e o que quer que seja que se entenda por ‘não sabem o que fazem’, foram perdoados. Incondicionalmente, portanto.”³³⁶

O perdão puro e incondicional, para ter o seu próprio sentido, não deve ter nenhuma finalidade, nenhuma inteligibilidade. É a loucura do impossível.³³⁷

Tal posição é defendida também por José Tolentino Mendonça, quando estabelece a diferença entre desculpa e perdão, afirmando que:

“O perdão não é desculpar. [...] A desculpa é uma coisa racional; é olharmos para uma pessoa que nos ofendeu e tentar compreender as razões e condicionantes que ela tinha. [...] É a procura racional das razões que, de certa maneira, podem iluminar o ato da ofensa. [...] Podemos e devemos desculpar os outros, mas devemos saber que o perdão é outra coisa.”³³⁸

Nesse sentido, o perdão incondicional não precisa ser pedido para que ocorra e nem mesmo depende da vontade de quem perdoa.³³⁹ Ele acontece como o dom de um acontecimento entre a consciência e a inconsciência. A ausência de garantia da efetividade do perdão é a sua oportunidade de ocorrer, como promessa e ameaça, acontecimento incontrollado e intempestivo.³⁴⁰

³³⁵ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 177.

³³⁶ Ibid.

³³⁷ Cf. Derrida, «Pardoner: L’Impardonnable et l’Imprescriptible», 557.

³³⁸ Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 122.

³³⁹ Cf. Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida», 154.

³⁴⁰ Cf. Ibid., 157.

2.4. O perdão como Símbolo de Dádiva

Pedro Valinho Gomes afirma, na obra *A Esperança do Perdão*, que:

“O símbolo dá.

O símbolo é já, ele mesmo, dom. Dom que brota no interior da pessoa humana, como expressão do desejo e dos impulsos mais profundos que a habitam, da sua aspiração a existir. Dom que oferece à linguagem e ao pensamento, como epifania da força interior que pede para ser escutada.”³⁴¹

Mas logo de seguida o autor coloca a seguinte questão: “Mas o que dá o símbolo?”³⁴²

Fala-se usualmente numa grandeza do perdão, no sentido de generosidade, libertação de uma dívida, que pode ser considerada infinita, no plano subjetivo. No entanto, a ideia de perdão e da sua simbologia, não deixa já de espelhar a sua grandeza também no plano objetivo. Poucos são os temas que abarcam com tamanha incandescência os planos do pensar, do sentir e do agir.³⁴³

2.4.1. O símbolo dá que pensar

Em primeiro lugar, o símbolo dá que pensar, como diz Paul Ricoeur, na medida em que “a simbologia do perdão continua a desafiar o pensamento a explorar outras formas de pensar, a pensar mais e de forma diferente”³⁴⁴, pois neste caso, torna-se evidente como os símbolos primários da purificação, do retorno e da justificação continuam não só atuais, mas onnipresentes no discurso do perdão.³⁴⁵

Na simbologia do perdão, pode-se encontrar pelo menos três características essenciais que os símbolos da purificação, retorno e justificação podem atribuir ao conceito do perdão: o perdão como resposta ao mal; o perdão como ligamento e desligamento do agente à ação; e o perdão como dom.

A primeira característica assume desde já uma posição, a de que falar de perdão implica desde logo a existência do mal, e nesse sentido Pedro Valinho Gomes afirma que o perdão “é um bem indesejado”, porque ainda que ele descreva uma orientação humana para o bem, ele é sempre testemunho de um mal já presente, já cometido, já sofrido.³⁴⁶

A segunda característica, prende-se com a responsabilidade humana, isto é, o ser humano sofre sempre por causa de outro ser humano, e nesse sentido “o perdão não encontrará o seu espaço senão no confronto com um agente responsável por uma transgressão, na medida

³⁴¹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 178.

³⁴² Ibid.

³⁴³ Cf. Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida», 20.

³⁴⁴ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 178.

³⁴⁵ Cf. Paul Ricoeur, *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*, ed. Artur Morão (Lisboa: Edições 70, 2000), 76.

³⁴⁶ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 179.

em que o laço entre o agente e a ação permanece”³⁴⁷. Todavia, o perdão é a oferta de um desligamento, isto é, o perdão assume sempre a responsabilidade do culpado, mas significa a oferta de um desligamento, apesar do mal, da dor sofrida e da culpa do outro. No entanto, ele dá-se ao culpado como quem acredita que há mais e melhor para lá do que a ação maldosa representa.³⁴⁸

Nesse sentido, Pedro Valinho Gomes concretiza, afirmando que “o desligamento é simultaneamente o restabelecimento de um laço, não do agente à sua acção maldosa, mas de uma a outra pessoa humana, numa dinâmica de recuperação da aliança, sob o vínculo da promessa, da confiança e da esperança”³⁴⁹.

A terceira característica, assume o pleno significado do termo “dom”. Pedro Valinho refere que o perdão nunca é merecido, aliás ele é sempre uma oferta desproporcional, um dom em excesso de dívida. É sempre uma oferta esperada (no sentido de ter esperança, de ter expectativa que ela aconteça), mas ao mesmo tempo imprevisível que surge do exterior.

Diante desta doação, o que se torna necessário é uma interpretação que respeite o enigma original dos símbolos, que se deixe ensinar por eles, mas que, a partir disso, promova o sentido, na plena responsabilidade de um pensamento autónomo.³⁵⁰

No entanto, o símbolo dá ainda mais, na medida em que se dirige à esfera do desejo e da ação, sendo que é nesses dois campos que o trabalho do pensamento do perdão deverá continuar, desafiado pelas aporias com que se depara, e nessa medida o símbolo para além de dar que pensar, também dá que sentir e agir.³⁵¹

2.4.2. O símbolo dá que sentir

A hermenêutica do simbolismo do perdão coloca uma questão, ainda não pronunciada, mas presente desde o início: Porque se há-de perdoar? A resposta a esta questão só se poderá encontrar no interior de cada ser humano, nomeadamente ao nível dos seus sentimentos, aspirações e dos seus desejos.³⁵²

No plano do sentir, a resposta emocional diz respeito às transformações pelas quais os sentimentos que alimentam a lamentação e a queixa podem passar, sob efeito da sabedoria enriquecida pela meditação filosófica e teológica.³⁵³ Nesse sentido, Pedro Valinho Gomes, refere que os símbolos do perdão compreendem a descrição perfeita de um mecanismo de

³⁴⁷ Ibid.

³⁴⁸ Cf. Ibid., 179–80.

³⁴⁹ Ibid., 180.

³⁵⁰ Cf. Ricoeur, «La Symbolique du Mal», 323–31.

³⁵¹ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 180.

³⁵² Cf. Ibid., 181.

³⁵³ Cf. Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida», 61.

resposta ao mal, sendo que a disposição originária do ser humano será sempre a inclinação para o bem.³⁵⁴ Esta ideia, vai ao encontro daquilo que Paul Ricoeur refere acerca desta temática, a de que “apesar do mal, apesar das dificuldades de interpretação, das relações violentas, o homem encerra em si a predisposição para o bem e é a partir desse núcleo central na pessoa humana que ele é capaz de criar algo novo”³⁵⁵. E desse modo, o perdão responderá a um desejo profundo de reconciliação.

2.4.3. O símbolo dá que agir

Hannah Arendt ensina que perdoar e agir estão, pois, intimamente ligados, assim como o destruir e fazer. A autora fornece a fundamentação das potencialidades da ação, retomando conceitos da Antiguidade, de Jesus de Nazaré e de Santo Agostinho na análise e no desenvolvimento do tema do começo. Lembra que, tanto no grego como no latim, há duas palavras relacionadas com o vocábulo “agir”. As duas palavras gregas são *árkein*, começar, conduzir, governar; e *práttein*, executar, levar a cabo alguma coisa. Por seu lado, os verbos latinos correspondentes são *agĕre*, pôr alguma coisa em movimento; e *gĕrere*, que de certo modo exprime a continuação permanente e sustentadora de atos passados cujos resultados são os atos e eventos que chamamos de históricos.³⁵⁶

Enquanto resposta ao mal, o perdão assume a estrutura de um combate, porque o mal é intuído como aquilo contra o qual importa lutar. Para tal, é preciso, antes de mais, “instaurar uma ação transformadora no interior desse mundo”³⁵⁷. E se o perdão é resposta ao mal, ele é também,

“um olhar renovado em direcção ao presente e esperança num futuro reinventado. Enquanto dom em permanência, o perdão é o hoje perene. Ao nível da acção humana isso implica um compromisso, assumido como promessa, de olhar o outro para além dos seus actos. Mas implica também um compromisso, assumido como uma promessa, de lutar contra o mal, como uma tarefa a cumprir; porque, sob a ameaça do mal, da dor, do sofrimento, do ressentimento, da vingança e do ódio, a purificação é um processo infindo, o retorno é eterno, o dom do resgate e da justificação são um compromisso a assumir permanentemente”³⁵⁸.

Pedro Valinho Gomes quer com isto dizer que a transformação do perdão acontece, quando a força que o mal provoca, não obscurece inteiramente a disposição do ser humano para o bem.³⁵⁹ Desse modo, o perdão redime a ação, na medida em que permite desfazer, reiniciar,

³⁵⁴ Cf. Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 181.

³⁵⁵ Cf. *Ibid.*, 182.

³⁵⁶ Cf. Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro* (São Paulo: Perspectiva, 1992), 214–20.

³⁵⁷ Richard Kearney, *On Paul Ricoeur: the Owl of Minerva* (Hants; Burlington: Ashgate Publishing Company, 2004), 97.

³⁵⁸ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 183.

³⁵⁹ Cf. *Ibid.*

de modo a que o ser humano não permaneça vítima das consequências das suas ações maldosas para sempre. O perdão autoriza a pessoa a agir de novo. Não a dar um passo errado na esfera pública, mas, um degrau rumo à reconciliação, e consequente pacificação.³⁶⁰

Em jeito de conclusão, Pedro Valinho enuncia o que a simbologia do perdão dá a toda a pessoa humana:

“ao nível do pensamento, o perdão é ilustrado como um dom gratuito e incondicional que responde ao mal, através da dialéctica do ligamento e do desligamento do agente culpado ao seu agir maldoso; ao nível do desejo, o perdão é intuído como fruto da disposição para o bem, [...] ao nível da ação, o perdão representa um marco na capacidade de lutar contra o mal. O símbolo prestou-se como propedeuta do perdão, e no canto da linguagem simbólica, o perdão encontrou a sua voz”³⁶¹.

Toda esta simbologia do perdão, tem um grande e único objetivo, a reconciliação, sendo que o ministério do perdão, da reconciliação e da pacificação,

“sabe escutar o outro; é capaz de incluir na narrativa histórica do sofrimento de um povo a voz do outro povo, mesmo quando é inimigo; consegue escutar a sua própria história na narração do outro; não tem medo de se encontrar também culpado e em busca do perdão; tendo consciência de que a marca do ódio e da vingança são ainda discurso da gramática do mal”³⁶².

Mas há uma questão que é necessário responder desde o início deste trabalho: Perdoar é Humano?

Para responder a esta questão, citemos Paul Ricoeur, quando refere que:

“Amar os inimigos é amar na forma de perdão, pois aquilo que se espera do amor é que transfigure o inimigo em amigo, o estrangeiro em próximo, o adversário em irmão”³⁶³

D. Nuno Almeida, por sua vez, realça o facto de o perdão ser:

“força de uma lei radical e incondicional, marcada pela lógica de superabundância, que radicaliza a medida absoluta do dom: Setenta vezes sete!

Amar os inimigos é amar incondicionalmente. Amar por amar. Porque o amor que Paulo proclama nunca se alegra com o mal, tudo perdoa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta (1 Coríntios 13, 7-8)”³⁶⁴

³⁶⁰ Cf. Buff, «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida», 82.

³⁶¹ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 183.

³⁶² Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 369.

³⁶³ Ricoeur, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli - L'Ordre philosophique*, 605.

³⁶⁴ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 372-73.

CAPÍTULO IV – PRÁTICA LETIVA DA UNIDADE LETIVA 3: “O PERDÃO” DO 4.º ANO DE ESCOLARIDADE

Nos dias de hoje, a religião está intimamente ligada com questões relacionadas com a identidade, com convicções e com representações da própria realidade. Neste terreno, as confissões religiosas, que transportam a sua memória e as suas tradições, apresentam uma verdade para cada indivíduo e para a sociedade, mas afrontam simultaneamente a necessidade de considerar essa realidade como vivência, isto é, marcada pelo pulsar dos desejos e das vontades.³⁶⁵

A educação, por sua vez, “mais do que transmissão de saberes e de capacidades, passa pelo exercício de cada indivíduo e de cada grupo onde esses saberes e capacidades ocorrem como descoberta, como desenvolvimento e como interiorização”³⁶⁶. E nesse sentido, o futuro da humanidade e da sociedade depende em grande medida da educação, sendo esta um aspeto essencial, pois, sem ela, não pode acontecer qualquer desenvolvimento harmonioso e integral das crianças e jovens, e nela estará também assente, em grande medida, a qualidade do progresso e do desenvolvimento da nossa sociedade.

Com a democratização do ensino, a Escola transformou-se no espaço e no tempo mais comum e alargado para a educação das novas gerações. Esta realidade, obriga a refletir sobre a razão de ser da escola, a sua ação, a relação que provoca e estabelece, os valores que veicula, o espírito que norteia os que nela trabalham.³⁶⁷

A Escola é, cada vez mais, o reflexo da sociedade, mas é nela que tem de se construir um novo projeto de sociedade, com horizontes novos e compromissos adequados. Para tal, neste projeto têm de se empenhar todos quantos passam pela escola e nela procuram, pela educação e pelo ensino-aprendizagem, um novo sentir, isto é, têm de querer, de se exprimir e relacionar, assumir um compromisso diferente de participação social, uma nova capacidade de agir e de intervir, de modo responsável, a qualquer situação ou campo que se lhes abra.³⁶⁸

Nesse sentido, a Escola tem de se preocupar e de se organizar para poder ser, sempre e acima de tudo, verdadeiramente uma Escola, ou seja, uma “instância educativa competente para formar pessoas felizes e aptas para viver em sociedade”³⁶⁹. Promover socialmente é, acima de tudo, enriquecer valores, desenvolver capacidades e capacitar para a vida responsável em

³⁶⁵ Cf. António Matos Ferreira, «Educação e Religião», em *Forum de EMRC* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, sem data), 9.

³⁶⁶ *Ibid.*, 10.

³⁶⁷ Cf. António Marcelino, «Promoção do Crescimento Social e Eclesial na Escola», em *Forum de EMRC* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, sem data), 51.

³⁶⁸ Cf. *Ibid.*, 51–52.

³⁶⁹ *Ibid.*, 52.

sociedade.

É neste contexto social e educativo, e também religioso e cristão, que surge a disciplina de EMRC, a qual “está em plena sintonia com esta tarefa educativa: educa para os valores – alicerces estruturantes de uma personalidade sólida, e no quadro específico dos valores cristãos”³⁷⁰. Ao sublinhar o papel da escola e da disciplina de EMRC, pode-se definir a escola como “um lugar privilegiado para o desenvolvimento do jovem aluno e a aula de Educação Moral e Religiosa Católica, em particular, tem um importante contributo a dar”³⁷¹.

Para tal, os professores de EMRC “não podem esquecer que actuam, na maioria dos casos, com cristãos que têm em si as energias do Baptismo a aguardar quem as ajude a desenvolver e actuar”³⁷².

Partindo dos pressupostos anteriores, ao longo do presente capítulo, será apresentado todo o contexto em que decorreu a Prática de Ensino Supervisionada, os fundamentos da Unidade Letiva 3 do 4.º ano de escolaridade – “O Perdão”, de onde se destacam a lecionação à turma atribuída; realização da planificação; reflexão sobre a prática profissional, de acordo com as normas estabelecidas e na construção/atualização do dossier de estágio.

1. Caracterização do Agrupamento e da turma 4.º 7 da Escola Básica do Bairro da Misericórdia.

Neste ponto, será feita uma pequena caracterização do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, da Escola Básica do Bairro da Misericórdia, bem como da turma na qual decorre o presente estágio.

1.1. Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches “é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão e integra, verticalmente, sete estabelecimentos de educação e ensino”³⁷³. Inclui uma escola com 2.º e 3.º ciclos, um estabelecimento com pré-escolar e cinco escolas com 1.º ciclo, das quais três possuem também educação pré-escolar, todas situadas na zona urbana de Braga, nas freguesias de S. Victor e de S. Vicente, como se pode verificar na figura seguinte:

³⁷⁰ Isabel Vilaça e Vitor Carmona, “Os Contextos Pedagógicos e Educativos Da EMRC,” in *Educação Moral e Religiosa Católica: Um Valioso Contributo Para a Formação Da Personalidade* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2006), 89.

³⁷¹ Ibid., 93–94.

³⁷² Marcelino, «Promoção do Crescimento Social e Eclesial na Escola», 55.

³⁷³ Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, *Projeto Educativo* (Braga, 2017), 7.



Figura 1- Os Jardins de Infância e as Escolas do Agrupamento em 2017/2018

Em 2009, a comunidade escolar do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, foi definida como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), tendo esta decisão sido considerada como a melhor solução estratégica para que a escola se constituísse como uma potencialidade no desenvolvimento de um território social e economicamente frágil, tendo como núcleo prioritário as crianças e os jovens desse território e as suas famílias, na relação do acompanhamento dos processos de estudo e da participação nas dinâmicas escolares.

O conceito de exclusão social sobrepõe-se aos conceitos de insucesso e abandono escolar, o que traduz a tensão entre as duas dimensões fundamentais das atuais políticas educativas em Portugal: a democratização, que constitui uma resposta ao carácter tardio e inacabado da construção, em Portugal, da escola de massas e a modernização que acentua a subordinação das políticas educativas a critérios de racionalidade económica. A criação dos agrupamentos TEIP, representa uma das medidas de política educativa que, assume o objetivo de promover a integração social de populações socialmente mais “fragilizadas”.³⁷⁴

Assim sendo, este agrupamento localiza-se na área de influência de duas freguesias com grande densidade populacional, onde se identificam bairros sociais e uma zona comercial de grande dimensão, confinando a nascente com a Universidade do Minho, a norte com o Hospital Distrital de Braga e terminando a sul numa via de grande circulação automóvel. Integram-se, neste agrupamento TEIP, zonas muito antigas da cidade, caracterizadas por habitações de um ou dois pisos, em mau estado de conservação e bairros sociais onde a degradação patrimonial está presente. Encontram-se ainda, zonas de construção recente, onde

³⁷⁴ Cf. Rui Canário, «Territórios educativos de intervenção prioritária: a escola face à exclusão social», *Revista de Educação* IX, n. 1 (2000): 125–35.

se observa prédios com vários andares, rodeados de comércio diversificado. A esta população com diferentes estatutos sociais, culturais e económicos, acresce uma forte incidência de população flutuante de imigrantes provenientes de origens diversas, alguns com língua materna diferente do Português.³⁷⁵

Foram então identificadas, como situações chave a atenuar:³⁷⁶

- a) Baixo sucesso educativo dos alunos que frequentavam o agrupamento, face às médias nacionais;
- b) Ocorrência frequente de práticas de violência;
- c) Níveis preocupantes de indisciplina e abandono escolar;
- d) Taxas de insucesso escolar;
- e) Verificação de situações de trabalho infantil no contexto social envolvente.

O Projeto Educativo então concebido, apresenta duas linhas estratégicas no que concerne ao insucesso escolar, ao abandono escolar e à exclusão social:

- Uma Escola para a cidadania - pelo aprofundamento da intervenção na comunidade (i) pela progressiva coordenação da ação dos parceiros educativos – incluindo o tecido institucional público, as empresas e a sociedade civil – com a ação da escola e das instituições de formação presentes em áreas geográficas problemáticas, assim como pela (ii) disponibilização por parte da escola dos recursos culturais e educativos necessários ao desenvolvimento integrado da educação, da qualificação, do reconhecimento e certificação de conhecimentos e capacidades e ainda da animação cultural;
- Uma Escola de Qualidade - pelo aprofundamento do olhar individualizado sobre o aluno e sobre as condições que influenciam os processos de aprendizagem para assim potenciar (iii) a melhoria da qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo dos alunos (iv) o combate à violência, ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema educativo (v) a criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa.

³⁷⁵ Cf. Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, *Projeto Educativo*, 7.

³⁷⁶ Cf. *Ibid.*, 4.

1.2. Escola Básica do Bairro da Misericórdia

A Escola Básica do Bairro da Misericórdia, edifício tradicional “Plano Centenário”, cuja construção remonta ao ano de 1950, fica situada na Rua Dias da Silva, do mesmo bairro que deu nome à escola, em zona pertencente à freguesia de S. Vicente. Foram feitas obras de requalificação e ampliação, tendo sido construído um anexo do qual constam: uma cozinha, duas salas, uma das quais se destina à prática da informática, uma sala de professores e duas casas de banho. Foram ainda feitas três casas de banho novas, para os alunos. No edifício antigo, foram igualmente realizadas obras de melhoramento nas quatro salas de aulas. A área escolar abrange o Bairro da Misericórdia, Bairro das Andorinhas, Quinta das Amoreiras, Praça do Comércio, Rua Abade Loureira, Avenida Norton de Matos e outras circundantes.³⁷⁷

1.3. Caracterização da turma 7 do 4.º ano da Escola Básica do Bairro da Misericórdia

A caracterização da turma sete do quarto ano aqui apresentada teve subjacente a informação disponibilizada pelo Professor Orientador, Professor Gastão Veloso.

O conhecimento de uma turma é algo indispensável e deve anteceder a lecionação de qualquer unidade letiva, pois dele depende a seleção das atividades/estratégias, bem como os recursos a adotar. Desse modo, foram observadas duas aulas, no intuito de previamente conhecer os alunos de forma mais detalhada, e para com esses dados recolhidos, planificar as sessões, para que as mesmas possam ir ao encontro dos gostos e interesses dos alunos.

Dos vinte e um alunos que compõem a turma, dezanove estão inscritos na disciplina de EMRC, sendo que um está ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008³⁷⁸, e, nessa medida, beneficia de um Programa Educativo Individual (PEI), com adequações no processo de ensino e de aprendizagem.

São discentes que, em média, possuem nove anos de idade, sendo que todos eles são de nacionalidade portuguesa.

³⁷⁷ Cf. Ibid., 8.

³⁷⁸ O presente decreto-lei define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

2. Enquadramento da Unidade Letiva 3: “O Perdão”

A Unidade Letiva 3 – O Perdão - é uma das quatro unidades letivas previstas no programa de EMRC do 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico.³⁷⁹ De acordo com o Despacho que define o calendário escolar, prevê-se a lecionação desta disciplina em trinta e três aulas, com a duração de sessenta minutos cada uma.³⁸⁰

Após reunião com o Professor Orientador, ficou decidido que a lecionação desta unidade será realizada em cinco aulas, a acontecer no segundo período do ano letivo 2017/2018. A planificação das aulas tem por base, incentivar e motivar todos os alunos para a aquisição de conhecimentos, recorrendo a estratégias diversificadas, de modo a que as diferentes atividades possam ir ao encontro dos interesses e motivações dos alunos que compõem a turma, bem como adequações curriculares para o discente ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008.

É de salientar, que todas as aulas são planificadas de acordo com a caracterização da turma, promovendo atividades de carácter teórico, alternando com atividades de carácter mais lúdico, como veremos seguidamente.

3. Planificação da Unidade Letiva 3: “O Perdão”

Para se ensinar é preciso planificar e este ato não pode reduzir-se à forma como se aborda um determinado conteúdo. É necessário definir um fio condutor global que englobe um conjunto de ações e que seja pensado explicitamente para um determinado contexto.³⁸¹

Neste âmbito, a avaliação de partida e as metas curriculares constituem um claro facilitador, porque foi a partir delas que se definiu os conhecimentos e as capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos da turma sete do quarto ano de escolaridade da Escola Básica do Bairro da Misericórdia.

Neste sentido, foi com base no programa da disciplina de EMRC, que se tomam as decisões relativas à definição dos objetivos para esta unidade letiva e a consequente articulação em torno de conteúdos e estratégias/situações de aprendizagem a implementar em contexto de sala de aula.

Posto isto, e sempre com recorrência ao uso de PowerPoint, serão apresentadas as cinco aulas inseridas no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada.

³⁷⁹ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, «Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014», 4.

³⁸⁰ Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação, Despacho nº 5458-/2017 de 22 de junho de 2017.

³⁸¹ Cf. Edson do Carmo Inforsato e Robson Alves dos Santos, «A Preparação das Aulas», em *Caderno de Formação: formação de professores didática geral*, vol. 9 (São Paulo: Universidade Estadual Paulista: Cultura Acadêmica, 2011), 86.

3.1. Aula 1 – Somos seres em relação; O que é errar

Nesta aula pretende-se:

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: - Somos seres em relação; - O que é errar.		
	Definição de algumas regras de funcionamento na sala de aula	
G. Identificar valores evangélicos	Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas	- A quebra da solidariedade, a inveja, a mentira, o egoísmo, o desentendimento e o conflito;
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano		- O que é errar; - Porque erramos;

Figura 2: Metas de Aprendizagem, Objetivos a atingir e Conteúdos a desenvolver na Aula 1

Com o intuito de definir algumas regras de funcionamento das aulas, a sessão inicia-se com a visualização de um vídeo sobre as regras da sala de aula – “Regras da Sala de Aula - Minions PT”³⁸².

De seguida, com o objetivo de reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas, e de desenvolver o conteúdo sobre “a quebra da solidariedade, a inveja, a mentira, o egoísmo, o desentendimento e o conflito”, os alunos visualizam um novo vídeo – “Convivência”³⁸³. Este vídeo ajudará a explicar aos alunos, a necessidade que todo o ser humano tem de se relacionar com o outro, isto é, da necessidade que toda a pessoa tem em construir laços com a sociedade e com o meio no qual está inserido. No entanto, esses laços que são estabelecidos com os outros, por vezes são quebrados, levando a situações de conflito. É aqui que se fala, então, da definição de erro, das situações em que o ser humano erra e das consequências que o mesmo tem na relação entre as pessoas.

De seguida, o professor propõe a audição de “A história do lápis”:

³⁸² <https://www.youtube.com/watch?v=3vX92vPiXyU>

³⁸³ <https://www.youtube.com/watch?v=u5651tdwyXo>

Um menino olhava para a avó a escrever uma carta. A certa altura, perguntou:
- Avó, estás a escrever uma história? E por acaso, é uma história sobre mim?
A avó parou a carta, sorriu, e comentou com o neto:
- Estou a escrever sobre ti, é verdade. Entretanto, mais importante do que as palavras é o lápis que estou a usar. Gostaria que tu fosses como ele, quando crescesses.

O menino olhou para o lápis, intrigado, e não viu nada de especial.
- Mas ele é igual a todos os lápis que eu vi na minha vida!
- Tudo depende do modo como tu olhas as coisas. Há cinco qualidades nele que, se tu as conseguires ter ao longo da tua vida, serás sempre uma pessoa em paz com o mundo.

“Primeira qualidade: podes fazer grandes coisas, mas não deves esquecer nunca que existe uma Mão que guia os teus passos. Essa mão nós chamamos de Deus, e Ele deve sempre conduzir-te em direção à Sua vontade”.

“Segunda qualidade: de vez em quando eu preciso de parar sobre o que estou a escrever, e usar uma afia. Isso faz com que o lápis sofra um pouco, mas no final, ele está pronto a escrever. Portanto, deverás saber suportar algumas dores, porque elas te tornarão uma pessoa melhor”.

“Terceira qualidade: o lápis permite sempre que usemos uma borracha para apagar aquilo que está errado. Entende que corrigir uma coisa que fizemos, não é necessariamente algo mau, mas algo importante para nos mantermos no caminho da justiça”.

“Quarta qualidade: o que realmente importa no lápis não é a madeira ou a sua forma exterior, mas o carvão que está por dentro. Portanto, não te deixes influenciar pelos outros, mas, ouvindo os outros, age em função do que sentes e do que pensas”.

“Finalmente, a quinta qualidade do lápis: ele deixa sempre uma marca. Da mesma maneira, que tudo o que fizeres na vida irá deixar marca, por isso, procura ser consciente em cada ação que realizes”³⁸⁴.

Esta analogia entre o lápis e a vida humana, terá o intuito de explicar à turma uma ideia fundamental: a forma como o ser humano deve encarar os problemas, as adversidades e os conflitos que provocam divisões e dificultam a relação entre as pessoas, de forma a restabelecer laços.

Posteriormente, e como forma de revisão de tudo o que foi abordado na sessão, os alunos realizam duas atividades finais. A primeira comporta a realização de uma sopa de letras³⁸⁵(Recurso Didático 4) ³⁸⁶, como forma de revisão de todos os conteúdos que foram abordados na aula.

A segunda atividade, consiste na visualização de um terceiro vídeo, como forma de demonstrar, à turma, que o trabalho de grupo é algo essencial para que todo o ser humano consiga cumprir as suas expetativas e os seus objetivos de vida.

³⁸⁴ Paulo Coelho, «A história do lápis», *globo.com*, 2010, <http://g1.globo.com/platb/paulocoelho/2010/12/29/a-historia-do-lapis/>. Adaptado para o português de Portugal sob a minha responsabilidade.

³⁸⁵ Luís Coelho et al., *A Luz da Vida - EMRC - 4.º ano do Ensino Básico*, ed. Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã (Moscavide: Gráfica Almondina, 2015), 56.

³⁸⁶ Todos os Recursos Didáticos estão disponíveis em anexo.

A Planificação e o PowerPoint desta aula encontram-se em anexo (Recursos Didáticos 1 e 2).

3.2. Aula 2 – A necessidade de perdoar e de pedir perdão

Nesta aula pretende-se:

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: - A necessidade de perdoar e de pedir perdão.		
	Acolhimento	
G. Identificar valores evangélicos	Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas.	- A quebra da solidariedade, a inveja, a mentira, o egoísmo, o desentendimento e o conflito;
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano	Compreender a necessidade de restaurar relações através do perdão.	A necessidade de pedir perdão e como se faz; Dar o perdão; Aceitar o perdão.

Figura 3: Metas de Aprendizagem, Objetivos a atingir e Conteúdos a desenvolver na Aula 2

A aula inicia-se com o acolhimento, com o objetivo de fazer a transição do intervalo para a aula de EMRC. Então, logo de início é distribuída uma ficha de trabalho (Recurso Didático 8) onde cada aluno da turma, no decorrer da aula, irá preencher, consoante a atividade proposta. De salientar, que o aluno ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, tem uma ficha própria adaptada ao seu processo de ensino e de aprendizagem. (Recurso Didático 9)

De seguida, o professor com a guitarra ensina uma música, “Canção do João e do perdão”³⁸⁷ que tem dois objetivos: focar a atenção dos alunos na aula e de apresentar o tema que irá ser abordado ao longo da mesma. Todavia, este recurso não é revelado na sua totalidade, na medida em que a última estrofe será uma tarefa proposta, na parte final da aula, pelo professor à turma, como forma de revisão de todos os temas que vão ser abordados na mesma.

Após interpretação da música, por parte do professor e alunos, é feita uma retrospectiva dos conteúdos abordados na aula anterior. A participação ativa dos alunos, é livre e de

³⁸⁷ A versão original desta canção é: Não Vou Mais Brigar - Rebeca Nemer. Pode ser audível em <https://www.youtube.com/watch?v=tzD-6r0vflk>. Esta canção sofreu um arranjo de letra e música da minha autoria.

espontânea vontade, sempre moderada pelo professor. A importância de investigar os conhecimentos prévios da turma e recordar conteúdos de aulas anteriores, é utilizada com o objetivo de criar "pontes" com os novos conteúdos que vão ser abordados.

Seguidamente, é apresentada aos alunos a atividade “A necessidade de perdoar”, que consiste na realização de três exercícios com uma bola de borracha na mão, sem a deixar cair. Neste caso, a bola vai assumir a função de uma “pedra”, como algo que vai impedir cada aluno de realizar as três tarefas com facilidade.



Figura 4: Bolas de borracha que vão ser utilizadas na Aula 2

As atividades propostas são: Bater palmas; cumprimentar o colega do lado; e escrever o nome no espaço destinado, na ficha de trabalho, para o efeito. Depois, é proposto aos alunos os mesmos exercícios, mas sem a bola.

A finalidade desta atividade, é fazer refletir a turma para a necessidade que todo o ser humano tem de perdoar, sendo que a “pedra” representa uma ofensa, uma mágoa que impede a pessoa de viver e de se sentir bem consigo mesmo, o chamado “peso na consciência”.

E como perdoar? Perdoando incondicionalmente, tal como defende José Tolentino Mendonça quando refere que perdoar “é uma decisão unilateral de amor”³⁸⁸, que não precisa de razão objetiva para que tal aconteça.

Nesse sentido, o professor refere aos alunos que a melhor forma de resolver os conflitos e de estar em harmonia com os outros, é através do perdão.

³⁸⁸ Mendonça, *Pai-nosso que estais na terra*, 124.

Mediante esta reflexão, os educandos são convidados a completar a última estrofe da canção, interpretada no início da aula, para seguidamente formularem a moral da história contada na “Canção do João e do Perdão”, sendo que o professor ajuda na concretização das duas tarefas, procurando que haja uma constante interação entre professor e alunos.

Por último, é entoada a versão completa da “Canção do João e do Perdão”.



Figura 5: Moral da História da “Canção do João e do Perdão”

1. Mais um dia na escola
E o João na discussão
Ele é muito turbulento
E arma sempre confusão

2. Mete-se muito comigo
Mesmo quando estou a estudar
Manda-me algumas bocas
Para tentar provocar

REFRÃO:

**Não me vou zangar
Porque eu aprendi
Que viver em paz
É que me faz feliz
Não me vou zangar
Pois Jesus me diz
Que não devo andar por aí
a empinar o nariz**

3. A professora percebeu
E chamou-me à atenção
Perguntou-me o que se passava
Pronta a dar-lhe um sermão

4. Eu disse-lhe que o perdoava
E logo estendi-lhe a mão
E nasceu uma amizade
Com o João

REFRÃO

5. Para viver em harmonia,
todos temos que aprender
a perdoar, a perdoar
E no nosso dia-a-dia,
o amor de Jesus
Testemunhar, testemunhar

REFRÃO

Figura 6: Letra da “Canção do João e do Perdão”

A Planificação e o PowerPoint desta aula encontram-se em anexo (Recursos Didáticos 5 e 6)

3.3. Aula 3 – Jesus convida a perdoar sempre

Nesta aula pretende-se:

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Jesus convida a perdoar sempre.		
	Acolhimento	
G. Identificar valores evangélicos M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano	Compreender a necessidade de restaurar relações através do perdão.	A necessidade de pedir perdão e como se faz; Dar o perdão; Aceitar o perdão.
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	Jesus convida a perdoar sempre: Mt 18, 21-22

Figura 7: Metas de Aprendizagem, Objetivos a atingir e Conteúdos a desenvolver na Aula 3

Feita a saudação aos alunos, esta aula inicia-se com a revisão dos conteúdos abordados na aula anterior. Assim sendo, é recordada a “Canção do João e do Perdão”, bem como relembrada a moral da história da referida canção.

De seguida, o professor convida os alunos a refletir sobre uma parte do refrão da canção da aula anterior, nomeadamente quando esta refere:

“Não me vou zangar
Pois Jesus me diz
Que não devo andar por aí
a empinar o nariz”

É então, que o professor questiona os alunos: “O que é isto de Jesus nos dizer que não devemos andar por aí de nariz empinado?”

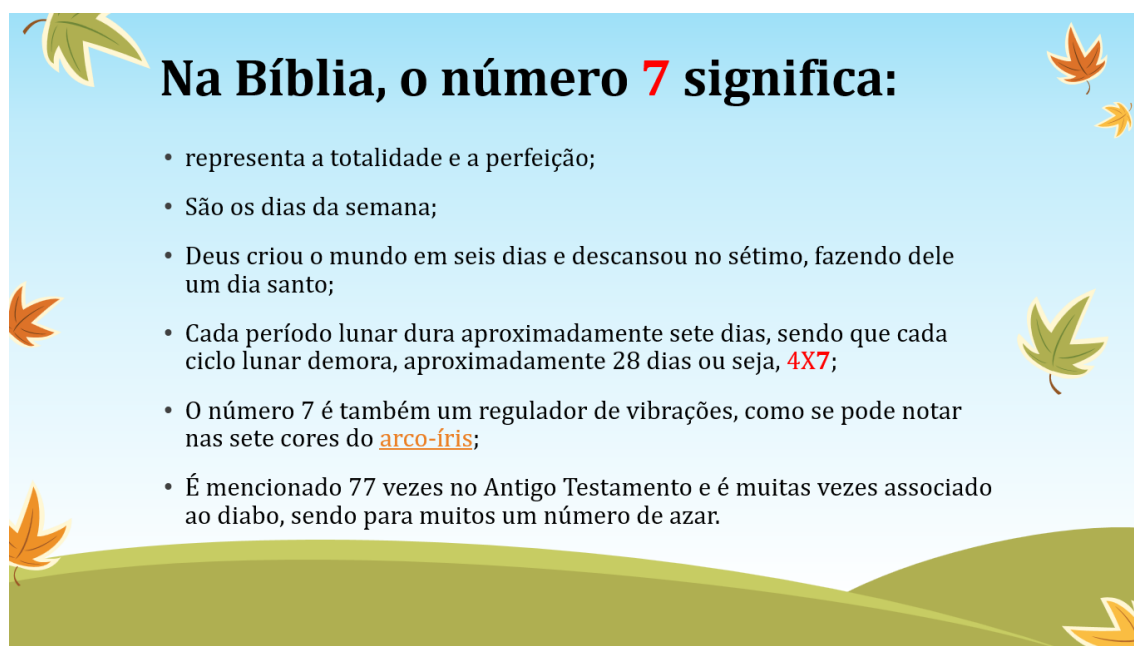
Pretende-se que na resposta a esta questão, os alunos interpretem esta parte da canção, com o facto de que Jesus convida, todo o ser humano, a perdoar sempre.

Para confirmar tal posição, é mostrado um vídeo alusivo ao Evangelho de São Mateus (Mt 18, 21-22) com a designação de “Jesus PERDÃO 70x7”³⁸⁹.

Depois de visualizado o vídeo, é realizada uma breve reflexão sobre o mesmo, sendo

³⁸⁹ https://www.youtube.com/watch?v=TOMZ8JjEm_Q

que é explicada aos alunos o significado bíblico do número “7”.

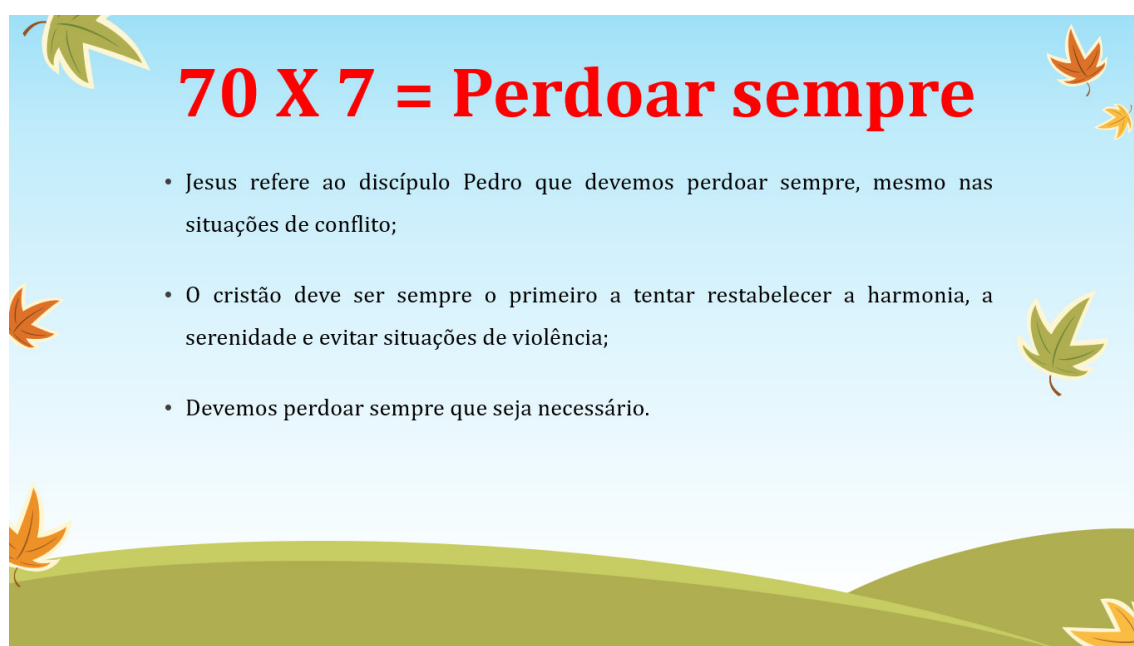


Na Bíblia, o número 7 significa:

- representa a totalidade e a perfeição;
- São os dias da semana;
- Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo, fazendo dele um dia santo;
- Cada período lunar dura aproximadamente sete dias, sendo que cada ciclo lunar demora, aproximadamente 28 dias ou seja, **4X7**;
- O número 7 é também um regulador de vibrações, como se pode notar nas sete cores do arco-íris;
- É mencionado 77 vezes no Antigo Testamento e é muitas vezes associado ao diabo, sendo para muitos um número de azar.

Figura 8: Significado Simbólico do Número "7"

De seguida, é colocada uma outra questão à turma: Mas se “7” é o número da perfeição/totalidade, o que significa “70x7”?



70 X 7 = Perdoar sempre

- Jesus refere ao discípulo Pedro que devemos perdoar sempre, mesmo nas situações de conflito;
- O cristão deve ser sempre o primeiro a tentar restabelecer a harmonia, a serenidade e evitar situações de violência;
- Devemos perdoar sempre que seja necessário.

Figura 9: Significado da expressão "70x7"

Posto isto, os alunos realizam uma ficha de trabalho (Recurso Didático 13), como forma de consolidar a temática abordada ao longo da aula.

No final, o professor e a turma cantam, uma vez mais, a “Canção do João e do Perdão”, como forma de reforçar os conteúdos abordados.

A Planificação e o PowerPoint desta aula encontram-se em anexo (Recurso Didático 11 e 12).

3.4. Aula 4 – O perdão traz-nos a paz, a nós e aos outros

Nesta aula pretende-se:

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Na cruz Jesus perdoa; O exemplo do Papa João Paulo II; O perdão traz-nos a paz a nós e aos outros.		
	Acolhimento	
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	Jesus convida a perdoar sempre: Mt 18, 21-22
		- Jesus perdoa o malfeitor que se arrependeu: Lc 23, 39-43 - O Papa João Paulo II perdoou quem o tentou matar - O perdão traz a paz a nós e aos outros

Figura 10: Metas de Aprendizagem, Objetivos a atingir e Conteúdos a desenvolver na Aula 4

Tal como em aulas anteriores, o professor convida os alunos a recordar os conteúdos da aula anterior, nomeadamente o significado bíblico do número “7”, bem como o sentido da resposta de Jesus ao discípulo Pedro, “70x7”.

Feita essa abordagem, é apresentado aos alunos 3 histórias, sendo que no final de cada uma delas, o professor e a turma fazem uma breve reflexão sobre as mesmas.

A primeira história é exibida em vídeo, com a designação “Paixão de Cristo - Jesus é condenado à morte”³⁹⁰. A segunda história é sobre “O exemplo do Papa João Paulo II”³⁹¹ (Recurso Didático 17).

A terceira história, consiste numa carta:

“Era uma vez um rapaz que ia muito mal na escola. As suas notas e o seu comportamento eram uma decepção para os seus pais que sonhavam vê-lo formado e bem-sucedido. Um belo dia, o bom pai propôs-lhe um acordo: meu filho, se mudares o teu comportamento, se te dedicares aos estudos e conseguires entrar para a Faculdade de Medicina, dar-te-ei um carro de presente. Por causa do carro, o rapaz mudou da água para o vinho. Passou a estudar como nunca e a ter um comportamento exemplar. O pai estava feliz,

³⁹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=zmx7JGZA5g>

³⁹¹ Coelho et al., *A Luz da Vida - EMRC - 4.º ano do Ensino Básico*, 67.

mas tinha uma preocupação. Sabia que a mudança do rapaz não era fruto de uma mudança sincera, mas apenas pelo interesse em obter o carro. Isso era mau! O rapaz seguia os estudos e aguardava o resultado dos seus esforços. Assim, o grande dia chegou! Entrou para o curso de Medicina.

Como havia prometido, o pai convidou a família e os amigos para uma festa de comemoração. O rapaz tinha a certeza que o pai lhe daria o carro, na festa. Quando pediu a palavra, o pai elogiou o resultado obtido pelo filho e entregou-lhe um presente. Crendo que ali estavam as chaves do carro, o rapaz abriu emocionado o pacote. Para sua surpresa, o presente era uma BÍBLIA. O rapaz ficou visivelmente dececionado e nada disse. A partir daquele dia, o silêncio e a distância separavam pai e filho. O jovem sentia-se traído e, agora, lutava para ser independente. Deixou a casa dos pais e foi morar para próximo da Faculdade. Raramente mandava notícias à família. O tempo passou, ele formou-se, conseguiu um emprego num bom hospital e esqueceu-se completamente do pai.

Todas as tentativas do pai para reatar os laços foram em vão. Até que um dia o velho, muito triste com a situação, adoeceu e não resistiu. Morreu. No enterro, a mãe entregou ao filho, indiferente, a BÍBLIA que tinha sido o último presente do pai e que havia sido deixada para trás.

De volta à sua casa, o rapaz, que nunca perdoara o pai, quando colocou o livro numa estante, notou que havia um envelope dentro dele. Ao abri-lo, encontrou uma carta e um cheque. A carta dizia: *"Meu querido filho, sei o quanto desejas ter um carro. Eu prometi e aqui está o cheque para que escolhas aquele que mais te agradar. No entanto, fiz questão de te dar um presente ainda melhor: a BÍBLIA SAGRADA. Nela aprenderás o Amor a Deus e a fazer o bem, não pelo prazer da recompensa, mas pela gratidão e pelo dever de consciência"*. Corroído de remorsos, o filho caiu em profundo choro.”³⁹²

Com estas três histórias, pretende-se explicar aos alunos que é importante pedir perdão, mas que também é importante aceitar e dar o perdão. E só quando cada ser humano souber pedir, dar e aceitar o perdão, é que ele conseguirá a reconciliação, isto é, fazer as pazes, restabelecer as boas relações, ir ao encontro do outro.

Posto isto, a turma realiza um cartaz alusivo ao perdão, onde cada aluno começa por pintar e recortar uma vela. (Recurso Didático 19).

De seguida, escreve uma palavra relacionada com o perdão. Por último, afixa a sua vela num cartaz, que no seu centro tem um coração com a mensagem “Perdoar é Humano”. (Recurso Didático 19).

O cartaz é afixado na sala de aula, no cantinho destinado à disciplina de EMRC.

Por fim, é novamente interpretada a “Canção do João e do Perdão”. Este recurso é bastante utilizado, pois é uma forma de motivar os alunos para a próxima aula.

A Planificação e o PowerPoint desta aula encontram-se em anexo (Recursos Didáticos 15 e 16).

³⁹² Autor desconhecido

3.5. Aula 5 – A Reconciliação: Vale a pena recomeçar

Nesta última aula de estágio, pretende-se a verificação dos conteúdos adquiridos pelos alunos nas aulas anteriores, e que os mesmos cheguem à conclusão de que a reconciliação é sempre a melhor forma de estar em paz com os outros e consigo mesmo.

Assim sendo, nesta última aula pretende-se:

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Vale a pena recomeçar.		
	Acolhimento	
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	Jesus convida a perdoar sempre: Mt 18, 21-22
		- Jesus perdoa o malfeitor que se arrependeu: Lc 23, 39-43 - O Papa João Paulo II perdoou quem o tentou matar - O perdão traz a paz a nós e aos outros - É sempre possível recomeçar, mesmo quando o erro grave é cometido.

Figura 11: Metas de Aprendizagem, Objetivos a atingir e Conteúdos a desenvolver na Aula 5

Depois de saudar os alunos, o professor faz uma explicação breve sobre a forma como a turma está disposta na sala de aula (disposição em U). Mais uma vez, é interpretada a “Canção do João e do Perdão”, como forma de relembrar conteúdos das aulas anteriores e de captar e focar os alunos na aula.

De seguida, o Professor recria, com a ajuda dos alunos, a confeção de um bolo, onde explica o significado de cada ingrediente, de forma a estabelecer paralelo com a unidade letiva abordada. Este bolo tem a designação de “Bolo da Reconciliação”.

Para a concretização da tarefa, o professor utiliza os seguintes ingredientes: açúcar, margarina, ovo, farinha de trigo, leite, fermento e chocolate.

Dado que o perdão não tem dia nem hora marcada para acontecer e quando menos se conta, o ser humano é confrontado com situações que põem à prova a sua “capacidade de

perdoar e recomeçar”³⁹³. A finalidade desta atividade, é comparar cada ingrediente com os elementos que fortalecem uma relação de reconciliação, na medida em que só na reunião desses elementos se enceta a verdadeira Reconciliação.

Assim sendo, sob a orientação do professor, um aluno escolhido aleatoriamente, vai introduzindo cada ingrediente numa bacia. E à medida que isso acontece, o professor faz uma breve explicação sobre a função desse ingrediente no bolo, estabelecendo desde logo uma correspondência com o comportamento que o ser humano deve adotar nas suas relações com os outros, após pedir, aceitar ou dar o perdão.



Figura 12: Função dos diferentes ingredientes num bolo

Depois de realizada a tarefa do bolo, o professor simula que o coloca no forno... E aproveitando o significado do chocolate, como sendo um ingrediente que dá gosto e que dá cor ao bolo, e desse modo necessário ao restabelecimento de relações entre as pessoas, o professor conta uma história, “Os amigos imperfeitos”³⁹⁴.

Seguidamente, é feita uma breve reflexão sobre a mesma, com o intuito de que seja de consenso geral que a melhor forma de resolver os conflitos, é refletir sobre os mesmos, admitindo os erros, sendo que só os verdadeiros amigos são capazes de perdoar e de estar abertos à reconciliação.

Posteriormente, o professor simula que vai buscar o bolo ao forno e partilha-o por todos os alunos da turma. Ao mesmo tempo, refere que só com os ingredientes certos, o ser

³⁹³ Coelho et al., *A Luz da Vida - EMRC - 4.º ano do Ensino Básico*, 69.

³⁹⁴ Esta história pode ser encontrada em Luís Coelho et al., *A Luz Da Vida - EMRC - 4.º Ano Do Ensino Básico*, ed. Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã (Moscavide: Gráfica Almondina, 2015), 69-71

humano estará pronto para uma reconciliação.

A Planificação e o PowerPoint desta aula encontram-se em anexo (Recursos Didáticos 21 e 22).

4. Reflexão sobre as aulas da Unidade Letiva 3: “O Perdão”

Após a finalização do processo de lecionação da Unidade Letiva 3: “O Perdão” torna-se fundamental proceder a uma reflexão crítica sobre todo o trabalho desenvolvido em cada aula.

A lecionação desta unidade letiva desenrolou-se em cinco tempos letivos de sessenta minutos. As aulas decorreram do dia oito de janeiro até ao dia cinco de fevereiro do ano letivo 2017/2018, às segundas-feiras entre as dezasseis horas e trinta minutos e as dezassete horas e trinta minutos tendo todas elas, sido observadas pelo professor cooperante Dr. Gastão Veloso. As aulas desenrolaram-se sempre em contexto de sala de aula, tendo por base a mesma estrutura, isto é: acolhimento, retrospectiva da aula anterior, atividades de grupo ou individuais e consolidação dos conteúdos lecionados. Atendendo às características da turma, as estratégias utilizadas foram diversificadas, no sentido de motivar os alunos para o processo de ensino-aprendizagem.

Como aspetos preponderantes na forma como decorreu o processo de ensino aprendizagem, destaca-se os seguintes: o recurso a situações de aprendizagem dinâmicas que apelavam à interação permanente com os alunos; uma correta articulação dos conteúdos a abordar; o trabalho individual dos alunos, e os trabalhos de grupo que foram sempre acompanhados de um debate ou uma exposição do professor para sistematizar/organizar as ideias; a compreensão e assimilação de conhecimentos que os alunos foram evidenciando; a boa gestão do tempo previsto para a abordagem de cada conteúdo e a adoção de uma postura serena e segura capaz de gerar um clima de harmonia e, simultaneamente, controlar qualquer imprevisto na sala de aula.

As atividades desenvolvidas nas aulas, propiciaram o desenvolvimento de um clima que valorizou a capacidade de refletir criticamente não de forma isolada, mas de forma coletiva e colaborativa, visto que o processo ensino-aprendizagem deve-se contrapor a uma mera transmissão de conhecimentos. Os alunos cooperaram e as aulas decorreram num clima de diálogo e de grande interação entre os seus participantes. É de preconizar a conjuntura de interação que se foi construindo no decurso das aulas, a atestar pela oportunidade que os alunos tiveram de discutir, trocar ideias, partilharem conhecimentos, ou seja, a todos foi dada oportunidade de expor as suas experiências, compreensões, concordâncias e discordâncias em relação aos conteúdos abordados. Mesmo os momentos mais teóricos, com exposição e diálogo, revelaram-se da maior importância, tendo em vista que a teoria vem fundamentar a prática e uma contribui para o desenvolvimento da outra.

A utilização de uma linguagem acessível aos alunos foi também uma constante ao longo de todas as aulas, bem como a persistente solicitação do professor para a definição de

conceitos, de modo a que os alunos possam, também, com esta disciplina, alargar o seu leque de conhecimentos.

Assim sendo, a primeira aula decorreu no dia oito de janeiro de 2018, com o sumário: Somos seres em relação; O que é errar.

Dado que a apresentação já tinha sido realizada em sessões anteriores, esta aula iniciou-se com um vídeo, que tinha a finalidade de definir algumas regras de funcionamento das aulas.³⁹⁵ Os alunos demonstraram contentamento com o mesmo, pois apesar de ser um vídeo de teor educativo, também tinha algum humor pelo meio.

De seguida, e como introdução à unidade letiva, os alunos visualizaram um segundo vídeo, com o título “Convivência”³⁹⁶. Este vídeo tinha o objetivo de explicar aos alunos, a necessidade que todo o ser humano tem de se relacionar com o outro, isto é, da necessidade que toda a pessoa tem em construir laços com a sociedade e com o meio no qual está inserido. Logo de seguida, foi pedida uma análise acerca do mesmo, sendo que existiu uma grande participação por parte dos alunos, pois a sua grande maioria demonstrou querer expressar a sua opinião.

Após este momento de diálogo, seguiu-se uma breve exposição da parte do professor sobre o facto de todo o ser humano ser um ser em relação, e que nessas relações é necessária a construção de laços. De referir, que houve a preocupação de explicar aos alunos o significado de cada “laço”, de forma a que estes conceitos ficassem o mais explícitos possível.



Figura 13: Os laços que se constroem com as outras pessoas

Posteriormente, o professor referiu que o ser humano, por vezes, comete erros. E é nessa perspetiva que se geram situações de conflito. Sendo que é a partir desta premissa que existe um ditado que diz que “Errar é humano”.

Seguidamente, foi contada “a História do lápis” (Recurso Didático 3), sendo que a

³⁹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=3vX92vPiXyU>

³⁹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=u5651tdwyXo>

analogia entre o lápis e a vida humana explicitou a cada aluno da turma a forma como o ser humano deve encarar os problemas, as adversidades e os conflitos que provocam divisões e dificultam a relação entre as pessoas, de forma a restabelecer laços.

Por fim, foram propostas duas atividades motivacionais aos alunos. A primeira consistiu na realização de uma sopa de letras sobre atitudes que dificultam a relação entre as pessoas.

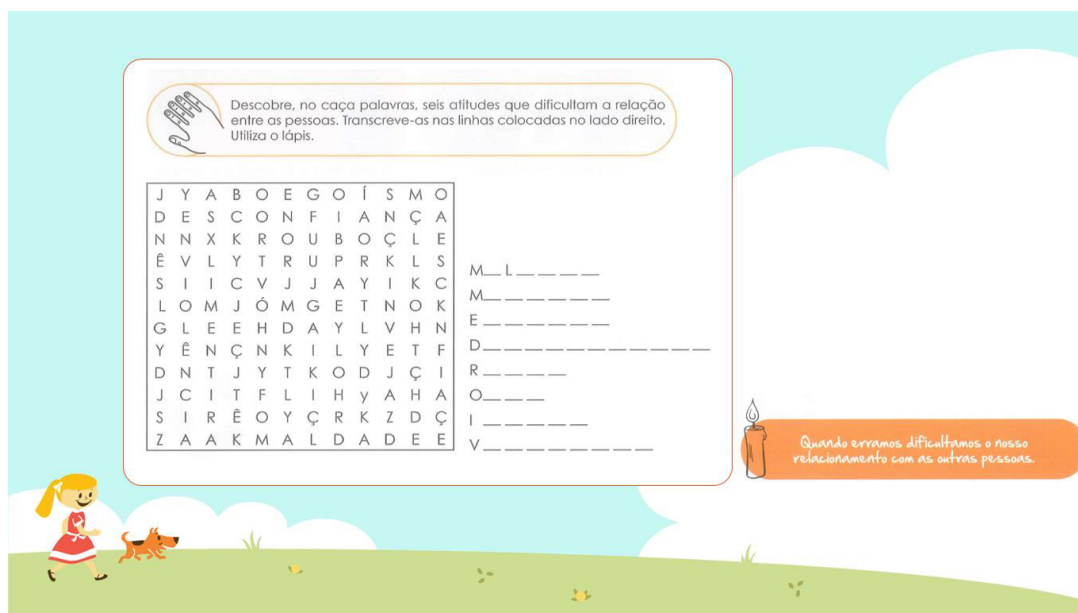


Figura 14: Sopa de Letras

A segunda atividade foi a visualização de um outro vídeo, com o intuito de demonstrar aos alunos que o trabalho de grupo é algo fundamental para que todo o ser humano consiga cumprir as suas expectativas e os seus objetivos.

Os recursos utilizados e preparados foram adequados ao contexto, constatado pelo *feedback* demonstrado por parte dos alunos. Toda a planificação foi cumprida.

A segunda aula, decorreu no dia quinze de janeiro de 2018 e teve como sumário: A necessidade de pedir perdão e de perdoar.

Assim sendo, a aula iniciou-se com a distribuição de uma ficha de trabalho, e com base nesta, interpretou-se uma música - “Canção do João e do Perdão” (Recursos Didáticos 8 e 9). Esta, teve o intuito de captar, desde logo, a atenção dos alunos, que participaram ativamente na mesma. Todavia, este recurso não foi revelado na sua totalidade, na medida em que a última estrofe foi uma tarefa proposta, na parte final da aula, pelo professor à turma, como forma de revisão de todos os temas que foram abordados na mesma.

Seguidamente, fez-se uma pequena revisão dos conteúdos abordados na aula anterior, sendo que no seguimento desta revisão, foi proposta aos alunos a realização de uma atividade, designada de “A necessidade de perdoar”, que consistiu em desenvolver três exercícios com

uma bola pequena na mão, sem a deixar cair (Recurso Didático 10). Nesta atividade pretendia-se que a bola assumisse a função de uma pedra. Depois realizaram os mesmos exercícios, mas sem a bola. O objetivo desta atividade era refletir para a necessidade que todo o ser humano tem de perdoar, sendo que a “pedra” representa uma ofensa, uma mágoa que impede a pessoa de viver e de se sentir bem consigo mesmo, o chamado “peso na consciência”.

Por isso, logo de seguida houve um regresso à música, onde o professor explicou a letra da canção, e através disso auxiliou os alunos na descoberta da última estrofe. Depois de descobrirem o seu final, foi proposto à turma a definição da moral da história da canção. Foi aí que surgiu a resposta de um aluno, que disse “- O perdão”. Aproveitando essa resposta, o professor induziu os alunos de que a moral da história consistia na expressão “Perdoar é Humano”.

Para concluir a aula, a turma e o professor entoaram a versão completa da “Canção do João e do Perdão”.

Mais uma vez, todos os recursos utilizados e preparados foram adequados, constatado pelo *feedback* demonstrado por parte dos alunos, sendo que toda a planificação foi cumprida.

A terceira aula, decorreu no dia vinte e dois de janeiro de 2018, e teve como sumário: Jesus convida a perdoar sempre.

Assim, a aula iniciou-se com a revisão dos conteúdos da aula anterior, onde se voltou a entoar a “Canção do João e do Perdão”.

De seguida, o professor convidou os alunos a refletir sobre uma parte do refrão da canção da aula anterior, nomeadamente quando esta refere:

“Não me vou zangar
Pois Jesus me diz
Que não devo andar por aí
a empinar o nariz”

Os alunos interpretaram esta parte da canção, percebendo que Jesus convida, todo o ser humano, a perdoar sempre.

E para confirmar tal posição, foi mostrado um vídeo alusivo ao Evangelho de São Mateus (Mt 18, 21-22) com a designação de “Jesus PERDÃO 70x7”³⁹⁷.

Depois de visualizado o vídeo, foi realizada uma breve reflexão sobre o mesmo, sendo que foi explicado aos alunos o significado bíblico do número “7”, sendo que logo de seguida foi explicada aos mesmos o sentido da expressão “70x7”.

Após, esta parte de perguntas e respostas, foi realizada uma ficha de trabalho (Recursos Didáticos 13 e 14), como forma de consolidar a temática abordada ao longo da aula.

³⁹⁷ https://www.youtube.com/watch?v=TOMZ8JjEm_Q

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Educação Moral e Religiosa Católica
Escola EB 1 da Misericórdia
Ficha de Trabalho n.º 3 - 4º ano

Nome: João Alexandre Reis Afonso
Data: Braga, 22 de Janeiro 2018
Turma: 2

Encontre as 7 diferenças entre os dois desenhos.

Completa os espaços em branco da seguinte frase, usando os números 70 e 7.

"... se o meu irmão me ofender, quantas vezes lhe deverei perdoar?
Até 70 vezes?

Jesus respondeu: Não te digo até 7 vezes, mas até 70 vezes 7."

NORTE2020 #2020

Figura 15: Ficha de trabalho

No final, o professor e a turma cantaram, uma vez mais, a “Canção do João e do Perdão”, como forma de reforçar os conteúdos abordados.

O objetivo desta sessão foi alcançado, sendo que os materiais utilizados se revelaram bastante apropriados ao tema. A planificação foi cumprida na totalidade.

A quarta aula decorreu no dia vinte e nove de janeiro de 2018, que teve como sumário: Na cruz, Jesus perdoa; O exemplo do Papa João Paulo II; O perdão traz-nos a paz a nós e aos outros.

Dessa forma, a aula iniciou-se, uma vez mais, com a revisão dos conteúdos abordados na aula anterior. De seguida, a turma ouviu três histórias, sendo que no final de cada uma delas, o professor e a turma fizeram uma breve reflexão sobre as mesmas.

Posteriormente, o professor propôs a pintura e recorte de uma vela, bem como a escrita de uma palavra relacionada com o perdão. Posto isto, cada aluno colou a sua vela num cartaz, que no centro tinha a mensagem “Perdoar é Humano”.



Figura 16: Cartaz alusivo ao Perdão

Por último, interpretou-se a autodenominada, pela turma e pelo professor, como o Hino do Perdão da turma 4.º 7 da Escola Básica do Bairro da Misericórdia: “Canção do João e do Perdão”.

Mais uma vez, a planificação foi cumprida e todos os materiais preparados revelaram-se adequados aos objetivos desta sessão.

Na quinta e última aula, o sumário foi: Reconciliação: Vale a pena recomeçar.

Assim sendo, a aula iniciou-se com uma explicação breve aos alunos acerca do facto de estarem dispostos em “U” na sala de aula. Como forma de rever os conteúdos da aula anterior, interpretou-se a “Canção do João e do Perdão”, sendo que de seguida procedeu-se à elaboração do chamado “Bolo da Reconciliação”. Este consistiu em recriar, com a ajuda dos alunos, a confeção de um bolo, onde se explicou o significado de cada ingrediente, de forma a estabelecer uma relação com o tema da reconciliação.

Então, o primeiro ingrediente foi o açúcar. Num bolo, serve para adoçar a massa. Numa reconciliação serve para adoçar uma relação, isto é, o perdão não precisa de uma razão objetiva, simplesmente precisa de amor, no sentido de uma verdadeira amizade, que consiste em dar oportunidade ao outro de se redimir do erro que cometeu.

De seguida, adicionou-se margarina. Num bolo, serve para dar sabor e manter unida a massa. Numa reconciliação, serve para dar sabor a uma relação, que consiste na união e amizade que deve existir nas relações do ser humano, no sentido de deitar para trás das costas alguma situação de conflito que possa ter vivenciado.

O terceiro ingrediente é o ovo. Num bolo, serve para unir a massa. Numa verdadeira

reconciliação, uma relação deve ser unida e resistente e ter a capacidade de se sobrepor a qualquer situação de conflito que possa ocorrer.

O quarto ingrediente, foi a farinha de trigo. Num bolo, serve para lhe dar firmeza. A reconciliação, também ela, deve ser sólida e consistente, na medida em que quando alguém erra, todo o ser humano deve ter a capacidade de dar à outra pessoa a oportunidade de recomeçar, refletindo e admitindo o seu erro, pois o arrependimento e o perdão dignificam o ser humano.

Seguidamente, foi introduzido o leite. No bolo serve para amolecer a massa. Para que uma reconciliação aconteça de forma incondicional, todo o ser humano deve evitar guardar rancor perante alguém que o ofendeu. Toda a pessoa deve ser tolerante e ter um “coração mole”, perante o arrependimento profundo de quem protagonizou uma ofensa.

Posteriormente, foi inserido fermento. Num bolo, serve para o fazer crescer. Numa reconciliação, depois de concretizada, é necessário que diariamente ela se consolide, isto é, que cresça diariamente num profundo respeito pela dignidade de cada um dos intervenientes.

Por último, foi adicionado chocolate. No bolo serve para dar sabor e cor. Uma reconciliação deve ser também saborosa e colorida, pois todo o erro precisa de perdão, e todo o perdão precisa de uma reconciliação verdadeira.



Figura 17: Ingredientes do Bolo da Reconciliação

Depois de concluído, o processo de conceção do bolo, o professor simulou que pôs o bolo no forno. Enquanto supostamente se esperava pela cozedura do mesmo, foi lida a história “Os amigos imperfeitos”³⁹⁸, com o intuito de reforçar todos os conteúdos abordados na atividade do bolo.

³⁹⁸ Coelho et al., *A Luz da Vida - EMRC - 4.º ano do Ensino Básico*, 69–71.

Por fim, e como forma de acabar a unidade letiva, o professor foi, supostamente, buscar o bolo ao forno e partilhou-o com os alunos. Estes gostaram do seu sabor, ao que o professor, aproveitando a deixa, referiu que só com os ingredientes certos, o ser humano estará pronto para uma verdadeira reconciliação.



Figura 18: Bolo da Reconciliação

Por fim, o professor despediu-se dos alunos e desejou a todos votos de felicidades, relembrando-lhes a expressão chave das cinco sessões realizadas: “Perdoar é Humano”.

Em jeito de balanço, conclui-se que a lecionação da unidade letiva decorreu como o previsto e os alunos corresponderam a todas as tarefas com facilidade, o que levou a que todas as planificações fossem cumpridas com sucesso.

A relação estabelecida entre professor e alunos foi muito positiva, pois procurou-se estar atento às suas necessidades e motivações, com a finalidade de os ajudar no seu processo de aprendizagem e na sua formação pessoal, social e cristã.

CONCLUSÃO

A história que cada ser humano conta de si mesmo, é uma história de uma busca intensa pela regeneração de uma vida. Busca essa, permanente e que não tem fim, apenas um começo, pois o perdão funde-se nas palavras da esperança.

Assim, todo o ser humano nasce como “um gérmen que tem de desenvolver-se na dupla dimensão da sua resposta: para dentro de si mesmo (quem sou eu? donde surgiu? Para onde vou?) e para fora (quem são os outros?)”³⁹⁹. Só dessa forma se reconciliará com a vida, que acontece mediante a busca e a ativação do sentido para a existência pessoal e coletiva.

Para tal, será necessário desenvolver a capacidade pessoal de entrega, saída de si mesmo e percorrer as vias de autotranscendência, sendo que esta capacidade especificamente humana, de orientar a sua existência para algo, para uma causa ou pessoa, preconiza uma relação de encontro com o outro, levando o ser humano a construir a sua própria identidade.

No entanto, constata-se frequentemente episódios de mal, violência e dor que provocam feridas internas que doem muito mais do que as físicas, que condicionam e desassossegam as relações humanas. Desse modo, o mal não é só um problema especulativo, mas exige convergência de pensamento, ação e uma transformação espiritual de sentimentos. No plano do pensar, ele impõe uma reflexão passo a passo, um fracasso para as sínteses prematuras; uma provocação para pensar sempre mais e de modo diferente. No plano da ação, do agir, de uma resposta prática, o mal é antes de tudo o que não deveria ser, mas que deve ser combatido.

É neste contexto que surge o perdão, como a resposta mais eficiente ao enigma do mal. Todavia, diante dos enigmas, aporias, paradoxos, figuras de negatividade do mal quais poderão ser as considerações finais para as complicações do perdão?

A reconciliação nunca chegará sem que a justiça aconteça, na medida em que não haverá justiça sem que a verdade seja contada. Mas, a verdade e a justiça por si só nunca conseguiriam gerar a reconciliação. Por isso, quando se fala de perdão, fala-se de uma voz inesperada, da loucura do impossível, da regeneração de uma vida, vinda de longe, de onde se geram dons, e que anuncia a todo o ser humano a sua existência e a sua possibilidade de dádiva, de forma gratuita e incondicional, apesar do mal.

Assim sendo, o perdão é possível, mas “é-o apenas no abraço impensável ao inimigo e à sua história, na hospitalidade difícil, num encontro íntimo, num face a face entre si mesmo e um outro, si mesmo como o outro, o outro como si mesmo”⁴⁰⁰, que constituirá o caminho

³⁹⁹ Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 387.

⁴⁰⁰ Gomes, *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*, 227.

aberto por aquele encontro entre duas histórias de vida em busca de uma reinvenção que nunca deixará de ser sinal de esperança de uma vida em comum.

Neste contexto, é de crucial importância perceber a ligação dinâmica entre dom, perdão e busca de sentido. Ao nutrir-se do dom e de todo um universo de gratuidade, da superabundância, de desproporcionalidade, o perdão que reconcilia exige, ao mesmo tempo, liberdade, reconhecimento e procura permanente da verdade, na medida em que se deseja que o perdão tenha mais força do que o mal, e que seja capaz de dar resposta aos desejos profundos de cura, de renovação, de purificação e de paz. Não se pretende aqui um esquecimento do mal, mas sim, que o perdão assuma o mal irreversível e que conduza, mesmo que misteriosamente, a um final de paz e de bem, que leve o ser humano a acreditar que “Perdoar é Humano”.⁴⁰¹

É nesta lógica, que o programa de EMRC contempla o tema do perdão, no 4.º ano de escolaridade, no sentido de consciencializar o aluno para a importância de estabelecer laços com os outros e de ultrapassar situações de conflito, que o levem uma boa integração na sociedade em que está inserido. Para tal, a disciplina de EMRC, deve, pois, atender o mais objetivamente possível aos requisitos formais educativos, para continuar, segundo a sua natureza específica e as suas finalidades, a desenvolver, a potenciar e a complementar, a ação educativa da própria Escola e de cada aluno.

⁴⁰¹ Cf. Almeida, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, 389.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia remete para todos os livros e artigos referidos neste relatório.

Sagrada Escritura

Bíblia Sagrada. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2008.

Magistério da Igreja

Conselho Pontifício “Justiça e Paz”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Principia Editora, 2005.

Franciscus, Pp. “Adhortatio Apostolica ‘Evangelii Gaudium’ (24 de novembro de 2013).” *Acta Apostolicae Sedis* 105 (2013): 1019-1137.

Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Constitutio Dogmatica de Ecclesia ‘Lumen Gentium’ (21 de novembro de 1964).” *Acta Apostolicae Sedis* 57 (1965): 5-75.

Bibliografia Geral

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches. *Projeto Educativo*. Braga, 2017.

Almeida, Nuno Manuel Santos. *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã - Leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*. Editora Paulinas, 2017.

Araújo, Emília Rodrigues. «Pessoa e Sociedade». Em *A relação entre pessoa e sociedade: um olhar a partir do tempo*. Braga, 2005.

Arends, Richard I. *Aprender a ensinar*. 7.^a. Madrid: McGraw-Hill Companies, 2008.

Arendt, Hannah. *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio d’Água, 2001.

———. *As origens do totalitarismo*. Lisboa: D. Quixote, 2010.

———. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

———. *Homens em Tempos Sombrios*. Lisboa: Relógio d’Água, 1991.

Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1979.

Beorlegui, Carlos. *Lecturas de Antropologia Filosófica*. Editado por Dsclée de Brower. Bilbao, 1988.

Boff, Leonardo. *A oração de São Francisco. Uma mensagem de paz para o mundo atual*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

Borges, Anselmo. «O milagre do perdão». *Diário de Notícias*, 2011.
<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-borges/interior/o-milagre-do-perdao-2016145.html>.

Borobio, Dionisio. *Celebrar para viver: Liturgia e Sacramento da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

- . *El sacramento de la reconciliación penitencial*. 2.^a. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2011.
- Bourdieu, Pierre. «Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom». *Mana - Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Outubro de 1996.
- Buber, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Editora Moraes, 1974.
- . *Le problème de l'homme*. Paris: Aubier, 1962.
- Buff, Luci. «Horizontes do Perdão - Reflexões a partir de Paul Ricoeur e Jacques Derrida». Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- Canário, Rui. «Territórios educativos de intervenção prioritária: a escola face à exclusão social». *Revista de Educação IX*, n. 1 (2000).
- Carmona, Antonio Rodríguez. «Dios nos Reconcilia en Cristo». Em *Semana de Estudos Trinitarios*, 89–136. Salamanca: Dimensión Trinitaria de la Penitencia, 1994.
- Cassin, Barbara. «Pardoner». Em *Vocabulaire Européen des Philosophies: Dictionnaire des Intraduisibles*, editado por Barbara Cassin, 893–96. Paris: Seuil, 2004.
- Champlin, Russel Norman. *O antigo Testamento interpretado: versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2001.
- Coelho, Luís, Luís Natário, Maria João Cruz, e Aida Félix. *A Luz da Vida - EMRC - 4.º ano do Ensino Básico*. Editado por Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã. Moscavide: Gráfica Almondina, 2015.
- Coelho, Paulo. «A história do lápis». *globo.com*, 2010. <http://g1.globo.com/platb/paulocoelho/2010/12/29/a-historia-do-lapis/>.
- Collo, Carlo. *Reconciliación y penitencia*. Madrid: Ediciones San Pablo, 1995.
- Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé. «Disciplina de EMRC - Enquadramento». *Educris*. Acedido 29 de Março de 2018. <http://www.educris.com/v3/94-enquadramento>.
- . «Ser Professor de EMRC». *Educris*. Acedido 6 de Junho de 2017. <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>.
- Comissão Teológica Internacional. «Teologia hoje: perspectivas, princípios e critérios», 2012. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_20111129_teologia-oggi_po.html#_ftn1.
- Conselho Pontifício “Justiça e Paz”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Principia Editora, 2005.
- Coreth, Emerich. *O que é o Homem? Elementos para uma Antropologia filosófica*. Lisboa: Verbo, 1988.
- Correia, José Frazão. *A Fé vive de afeto*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2013.

- Couto, António. *Pentateuco: Caminho da Vida Agraciada*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.
- Derrida, Jacques. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, Coleção Tópicos, 2007.
- . *On Cosmopolitanism and Forgiveness*. New York: Routledge, 2004.
- . «Pardoner: L'Impardonnable et l'Imprescriptible». Em *Cahier L'Herne, Jacques Derrida*, editado por Marie-Louise Mallet e Ginette Michaud, 541–60. Paris: Éditions de l'Herne, 2004.
- . *Pensar a desconstrução*. Editado por Evando Nascimento, Maria Clara Oliveira, Adriana Cunha, Maria Soares Da, Nícia Adan Bonatti, e Jesus Ribeiro Medeiros. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- Duffy, Maria. *Paul Ricoeur's Pedagogy of Pardon: A Narrative Theory of Memory and Forgetting*. London; New York: Continuum, 2009.
- Duque, João Manuel. *Cultura contemporânea e cristianismo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004.
- . «Textos e Identidades». *Academia.edu*. Acedido 30 de Dezembro de 2017. http://www.academia.edu/10575751/Texto_e_identidade.
- Ferreira, António Matos. «Educação e Religião». Em *Forum de EMRC*, 9–12. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, sem data.
- Fizzotti, Eugenio. *Dall'homo faber all'homo patiens. Viktor E. Frankl e la sofferenza umana*. 1.^a ed., 2004.
- Florez, Gonzalo. *Penitencia y Unción de enfermos*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993.
- Francisco, Papa. «A Confissão e o Perdão - Audiência Geral, 20 de novembro de 2013». Em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça*, 156–57. Amadora: Nascente, 2016.
- . «A vergonha de pedir perdão - Audiência Geral, 19 de fevereiro de 2014». Em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça*, 157–58. Amadora: Nascente, 2016.
- . «Deus não pede nada - Audiência Geral, 27 de março de 2013». Em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça*, 164. Amadora: Nascente, 2016.
- . «Deus nunca se cansa de nos perdoar - Angelus, 17 de março de 2013». Em *O Amor é Contagioso: O Evangelho da Justiça*, 153–54. Amadora: Nascente, 2016.
- Frankl, Viktor. *O Homem em Busca de Um Sentido*. Lua de Papel, 2012.
- . *Theorie und Therapie der Neurosen*. München: Ernest Reinhardt Verlag, 1999.
- Gomes, Pedro Valinho. *A Esperança do Perdão - uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013.

- Günther, W. «Pecado». Em *Diccionario teologico del Nuevo Testamento*, editado por Lothar Coenen, Erich Beyreuther, e Hans Bietenhard, 2.^a, III:325–32. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1986.
- Hater, Robert. «Sin and Reconciliation: Changing Attitudes». *The Catholic Church Worship*, 1985.
- Hauerwas, Stanley. *Cross-Shattered Christ: Meditations on the Seven Last Words*. Grand Rapids: Brazos, 2004.
- Henriques, Fernanda. «Dívida e Perdão em Paul Ricoeur - Um indicador e um limite da Justiça». *Lusosofia.net*. Covilhã, 2012. http://www.lusosofia.net/textos/20120217-henriques_fernanda_divida_e_perdao_em_paul_ricoeur.pdf.
- Hotze, Gerhard. «Il Sacramento della Riconciliazione e la nuova Evangelizzazione: aspetto biblico». *Il sacramento della riconciliazione e la nuova evangelizzazione*. San Giovanni Rotondo: Edizioni Padre Pio da Pietrelcina, 2012.
- Inforsato, Edson do Carmo, e Robson Alves dos Santos. «A Preparação das Aulas». Em *Caderno de Formação: formação de professores didática geral*, 9:86–99. São Paulo: Universidade Estadual Paulista: Cultura Acadêmica, 2011.
- Jankélévitch, Vladimir. *Il Perdono*. Milano: Istituto di Propaganda Libreria, 1968.
- Kasper, Walter. «Aspectos antropológicos de la penitencia». *Selecciones de teología*, n. 94 (1985): 155–57.
- Katafiasz, Karen. *A Arte de Ensinar*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2000.
- Kearney, Richard. *On Paul Ricoeur: the Owl of Minerva*. Hants; Burlington: Ashgate Publishing Company, 2004.
- Lafer, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt*. 5.^a. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Laffite, Jean. *O Perdão Transfigurado*. Lisboa: Edições Instituto Piaget, 1998.
- Laubach, Frank. «Conversión, penitencia, arrepentimiento». Em *Diccionario teologico del Nuevo Testamento*, editado por Lothar Coenen, Erich Beyreuther, e Hans Bietenhard, 2.^a, I:331–34. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1985.
- Levinas, Emmanuel. *Transcendência e Inteligibilidade*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- Linda, Manuel. «O docente de EMRC e o “novo discurso sobre a credibilidade” do Evangelho (EG, 132)». *Fórum EMRC 2015*, 2015. <http://www.educris.com/v2/tv/emrc/1927-o-docente-de-emrc-e-o-novo-discurso-sobre-a-credibilidade-do-evangelho-eg-132>.
- Lourenço, Orlando Martins. *Psicologia do desenvolvimento moral: Teoria, dados e implicações*. 3.^a. Coimbra: Almedina, 2002.
- Marcelino, António. «Promoção do Crescimento Social e Eclesial na Escola». Em *Forum de*

- EMRC, 51–56. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, sem data.
- Margalit, Avishai. *The Ethics of Memory*. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 2004.
- Mauss, Marcel. «Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimó». Em *Sociologia e Antropologia*, 243–322. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.
- Mendonça, José Tolentino. *Pai-nosso que estais na terra*. 9.^a. Prior Velho: Paulinas Editora, 2014.
- Milbank, John. *Being Reconciled: Ontology and Pardon*. London; New York: Routledge, 2003.
- Mounier, Emmanuel. *O Personalismo*. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1960.
- Murillo, José Ignacio. *Antropologia*. Editado por César Isquierdo. *Diccionario de Teología*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A., 2007.
- Nascimento, Carine Santos. «A vivência intencional da consciência pura em Husserl». www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas, 2016.
- Nunes, D. Tomaz Silva. *Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: SNEC, 2006.
- Pedroso, Dário. *A Alegria do Perdão*. 2.^a. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1983.
- Pereira, Américo José Pinheira. *Ética e Teologia – declinações de uma relação*. Lisboa: Editorial Cáritas, 2016.
- . «O dom da fragilidade». *Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura*, 2017. http://www.snpcultura.org/o_dom_da_fragilidade.html.
- Pikaza, Xabier. *El fenómeno religioso*. Madrid: Editorial Trotta, 1999.
- Portuguesa, Conferência Episcopal. «Educação Moral e Religiosa Católica - Um valioso contributo para a formação da personalidade». *Pastoral catequética*, n.º 5, Ano 2. Lisboa, 2006.
- Rahner, Karl. *Os Sacramentos da Igreja*. Lisboa: Edições Paulistas, 1992.
- Ricoeur, Paul. «L’Homme Faillible». Em *Finitude et Culpabilité*. Paris: Aubier, 1960.
- . *La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli - L’Ordre philosophique*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- . «La Symbolique du Mal». Em *Finitude et Culpabilité*. Paris: Aubier, 1960.
- . *O Justo ou a Essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Pensamento e Filosofia, 1997.
- . *O mal: um desafio à filosofia e à teologia*. São Paulo: Papirus, 1986.
- . *Sanction, réhabilitation, pardon*. Paris: Esprit, 1995.
- . *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Editado por Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000.

- Rocchetta, Carlo. *Los sacramentos de la fe. Estudio de teología bíblica de los sacramentos como «eventos de salvación» en el tiempo de la Iglesia*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 2002.
- Santos, Maria Eduarda Vaz Moniz dos. *Desafios Pedagógicos para o Século XXI – Suas raízes em forças de mudança de natureza científica, tecnológica e social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- Scheler, Max. *Die Stellung des Menschen im Kosmos*. Bern: Francke, 1966.
- Secretariado Nacional da Educação Cristã. «Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014». Moscavide: Gráfica Almondina, 2014.
- Soares, Victor Dias Maia. «Entre Ricoeur e Derrida: o perdão difícil e o perdão im-possível». *Pensando – Revista de Filosofia* 7, n. 14 (2016): 264–84.
- Sumares, Manuel. «Depois “Depois de Auschwitz”: A Integração do Luto na Razão». Em *A Dor e o Sofrimento*, editado por Maria José Cantista, 193–202. Porto: Campo das Letras, 2001.
- Teixeira, Alfredo. «A exterioridade de Deus Uma aproximação à teoria da religião de Régis Debray». *Didaskalia* 2, n. XXXVIII (2008): 455–81.
- Valadier, Paul. «Approches Politiques du Pardon». *Études* 392, n. 6 (2000): 775–84.
- Vanhoye, Albert. «La riconciliazione nella Bibbia». *Il sacramento della riconciliazione in un mondo secolarizzato*. 2011.
- Velasco, Juan Martin. *El Encuentro com Dios – Uma interpretación personalista de la religión*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1976.
- Vilaça, Isabel, e Vitor Carmona. «Os contextos pedagógicos e educativos da EMRC». Em *Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação da personalidade*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2006.
- Vorgrimler, Herbert. «La lucha del cristiano con el pecado». Em *Mysterium salutis*, 329–437. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1984.

ANEXOS

Recurso Didático 1



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches
Escola EB 1 da Misericórdia
Ano letivo 2017/2018

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3: O Perdão

Aula n.º 1/5

Ano: 4.º | Turma: 7

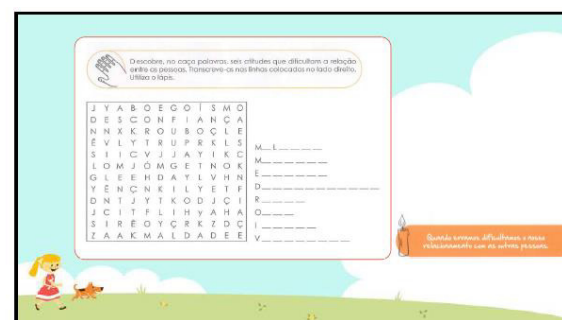
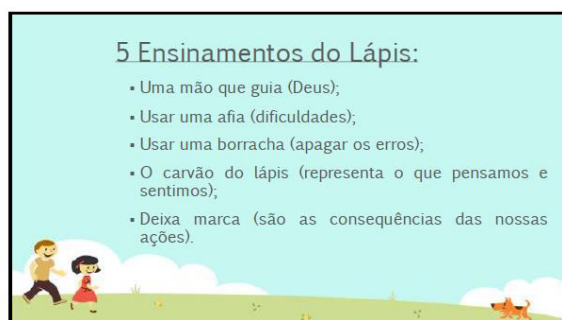
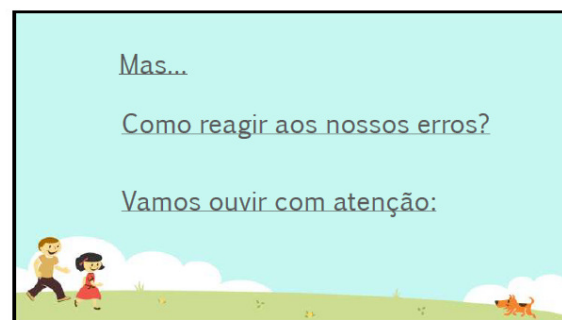
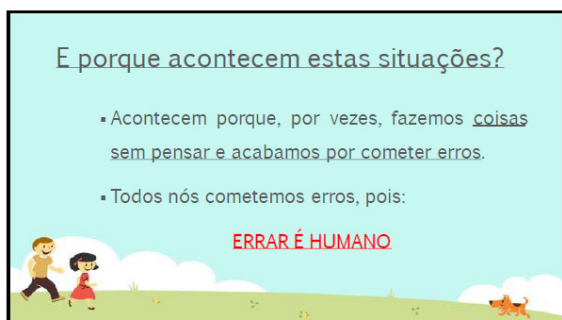
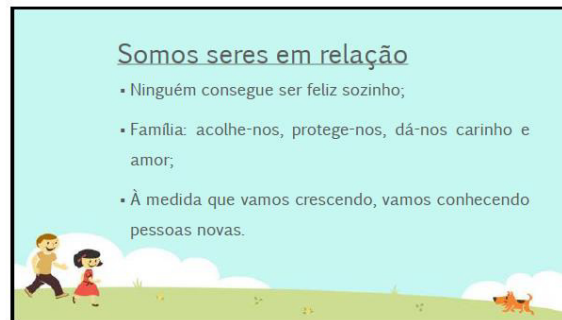
Data: 08/01/2018

Tempo previsto: 60' (16h30 às 17h30)

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: - Somos seres em relação; - O que é errar.						
	Definição de algumas regras de funcionamento na sala de aula		Visualização de um vídeo sobre regras na sala de aula		10'	Assiduidade e pontualidade
G. Identificar valores evangélicos	Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas	- A quebra da solidariedade, a inveja, a mentira, o egoísmo, o desentendimento e o conflito;	Visualização de um vídeo: «Convivência»	Vídeo e PowerPoint	5'	Visualização em grupo; Atenção
			Reflexão com a turma sobre o vídeo visualizado		10'	Observação direta; Participação organizada; Respeito pelos colegas
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano		- O que é errar; - Porque erramos;	Exposição/Exemplos de situações em que a amizade se rompe e qual a razão de essas situações acontecerem no dia-a-dia das pessoas.	PowerPoint	10'	

			Audição de uma história: «A história do lápis»	Áudio	3'	Atenção
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do cotidiano	Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas	- O que é errar; - Porque erramos;	Reflexão com a turma sobre a história anteriormente contada	PowerPoint	7'	Observação direta Participação organizada, Respeito pelos colegas
			Realização numa ficha de trabalho e correção de uma sopa de letras sobre seis atitudes que dificultam a relação entre as pessoas	PowerPoint	10'	Tarefa individual; Participação organizada, Respeito pelos colegas
			Visualização de um vídeo: «Convivência em grupo», com o objetivo de reforçar nos alunos a importância de estabelecer laços com as outras pessoas.	Vídeo	5'	Visualização em grupo; Atenção

Recurso Didático 2



Recurso Didático 3

“A história do lápis”

O menino olhava para a avó a escrever uma carta. A certa altura, perguntou:

- Avó, estás a escrever uma história? E por acaso, é uma história sobre mim?

A avó parou a carta, sorriu, e comentou com o neto:

- Estou a escrever sobre ti, é verdade. Entretanto, mais importante do que as palavras é o lápis que estou a usar. Gostaria que tu fosses como ele, quando crescesses.

O menino olhou para o lápis, intrigado, e não viu nada de especial.

- Mas ele é igual a todos os lápis que eu vi na minha vida!

- Tudo depende do modo como tu olhas as coisas. Há cinco qualidades nele que, se tu as conseguires ter ao longo da tua vida, serás sempre uma pessoa em paz com o mundo.

“Primeira qualidade: podes fazer grandes coisas, mas não deves esquecer nunca que existe uma Mão que guia os teus passos. Essa mão nós chamamos de Deus, e Ele deve sempre conduzir-te em direção à Sua vontade”.

“Segunda qualidade: de vez em quando eu preciso de parar sobre o que estou a escrever, e usar uma afia. Isso faz com que o lápis sofra um pouco, mas no final, ele está pronto a escrever. Portanto, deverás saber suportar algumas dores, porque elas te tornarão uma pessoa melhor”.

“Terceira qualidade: o lápis permite sempre que usemos uma borracha para apagar aquilo que está errado. Entende que corrigir uma coisa que fizemos, não é necessariamente algo mau, mas algo importante para nos mantermos no caminho da justiça”.

“Quarta qualidade: o que realmente importa no lápis não é a madeira ou a sua forma exterior, mas o carvão que está por dentro. Portanto, não te deixes influenciar pelos outros, mas, ouvindo os outros, age em função do que sentes e do que pensas”.

“Finalmente, a quinta qualidade do lápis: ele deixa sempre uma marca. Da mesma maneira, que tudo o que fizeres na vida irá deixar marca, por isso, procura ser consciente em cada ação que realizes”

Recurso Didático 4



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Construir uma Escola de Qualidade

Ser uma Escola para a Cidadania



Escola EB 1 da Misericórdia
Ficha de Trabalho n.º 1 - 4º ano

Nome: _____

Data: _____

Turma: _____

ATIVIDADE:



Descobre, no caça palavras, seis atitudes que dificultam a relação entre as pessoas. Transcreve-as nas linhas colocadas no lado direito. Utiliza o lápis.

J	Y	A	B	O	E	G	O	Í	S	M	O
D	E	S	C	O	N	F	I	A	N	Ç	A
N	N	X	K	R	O	U	B	O	Ç	L	E
Ê	V	L	Y	T	R	U	P	R	K	L	S
S	I	I	C	V	J	J	A	Y	I	K	C
L	O	M	J	Ó	M	G	E	T	N	O	K
G	L	E	E	H	D	A	Y	L	V	H	N
Y	Ê	N	Ç	N	K	I	L	Y	E	T	F
D	N	T	J	Y	T	K	O	D	J	Ç	I
J	C	I	T	F	L	I	H	Y	A	H	A
S	I	R	Ê	O	Y	Ç	R	K	Z	D	Ç
Z	A	A	K	M	A	L	D	A	D	E	E

M _ L _ _ _ _
M _ _ _ _ _
E _ _ _ _ _
D _ _ _ _ _
R _ _ _ _
O _ _ _
I _ _ _ _
V _ _ _ _



Quando erramos dificultamos o nosso relacionamento com as outras pessoas.

Recurso Didático 5



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches
Escola EB 1 da Misericórdia
Ano letivo 2017/2018

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3: O Perdão

Aula n.º 2/5

Ano: | Turma: 4.º 7

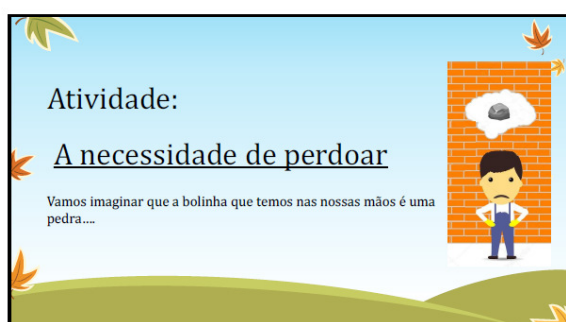
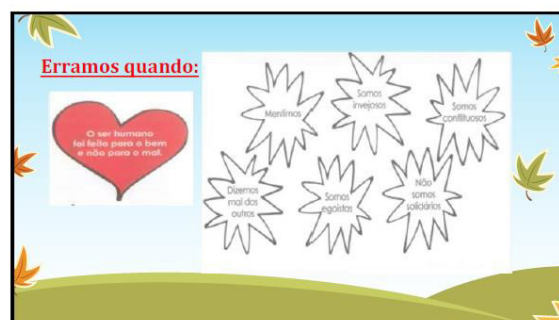
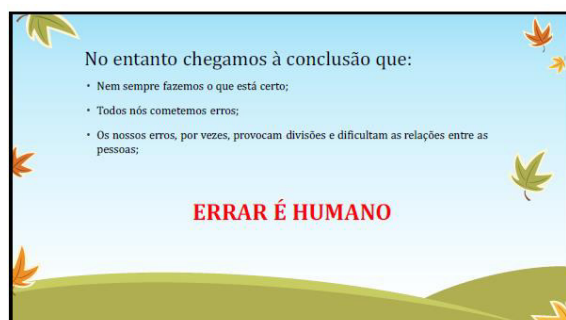
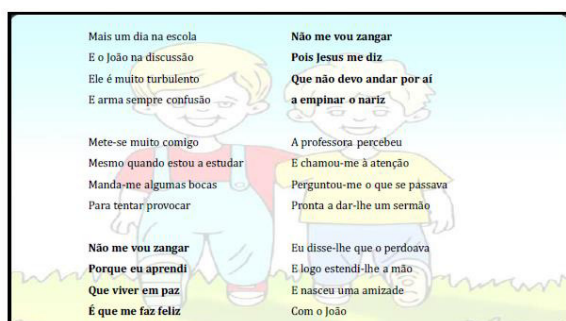
Data: 15/01/2018

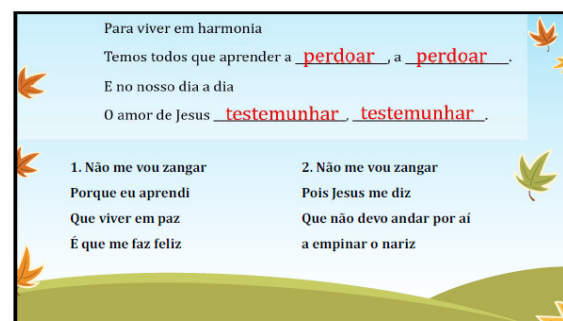
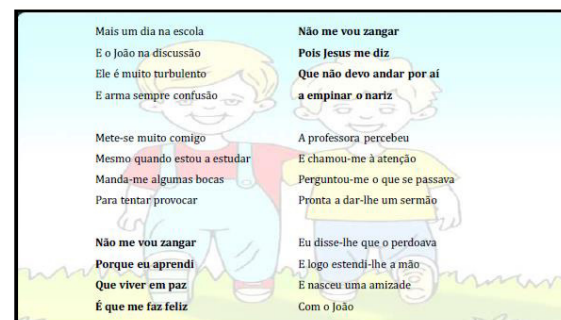
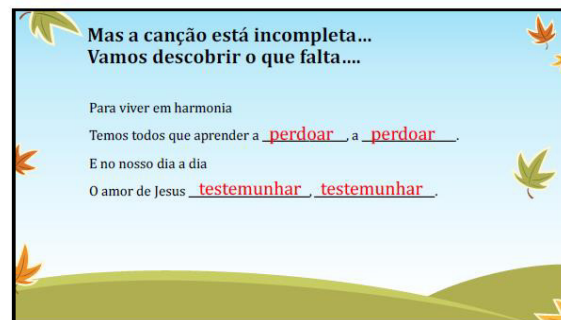
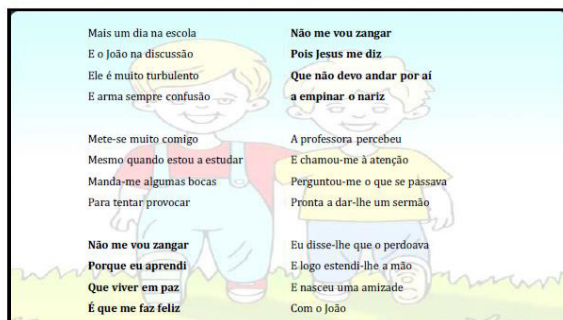
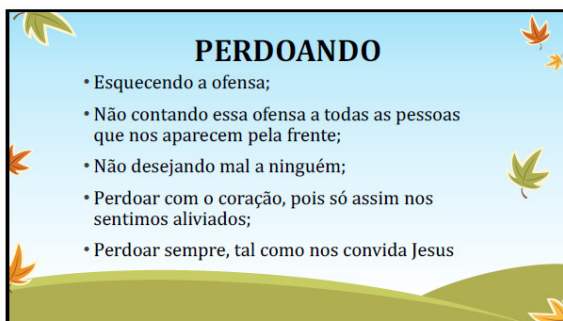
Tempo previsto: 60' (16h30 às 17h30)

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário						
SUMÁRIO: - A necessidade de perdoar e de pedir perdão.						
	Acolhimento		- Acolhimento (Depois de saudar os alunos, o professor com guitarra canta um cântico de introdução ao tema que vai ser abordado na aula) - "A história do João e do perdão".	PowerPoint e guitarra	10'	Assiduidade, pontualidade e empenho
G. Identificar valores evangélicos	Reconhecer as dificuldades que surgem nas relações humanas.	- A quebra da solidariedade, a inveja, a mentira, o egoísmo, o desentendimento e o conflito;	Revisão dos conteúdos abordados na aula anterior	PowerPoint	10'	Visualização em grupo; Atenção Observação direta; Participação organizada; Respeito pelos colegas
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano	Compreender a necessidade de restaurar relações através do perdão.	A necessidade de pedir perdão e como se faz;	A turma realiza a atividade: "A necessidade de perdoar", que consiste em fazer 3 exercícios com uma bola pequena na mão, sem a deixar cair. Depois realizam os mesmos exercícios, mas sem bola. A bola vai assumir o papel de uma "pedra".	PowerPoint, bola de borracha e ficha de trabalho	7'	

			Reflexão com a turma sobre a atividade anteriormente realizada.	PowerPoint	7'	
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do cotidiano	Compreender a necessidade de restaurar relações através do perdão.	Dar o perdão; Aceitar o perdão.	"A história do João e do perdão" (música cantada no início da aula). Interpretação da história e descoberta do seu final.	PowerPoint e ficha de trabalho	10'	Tarefa individual; Participação organizada, Respeito pelos colegas Visualização em grupo; Atenção
			Diálogo com os alunos de forma a descobrir qual a moral da história.		6'	
			Interpretação da canção da "A história do João e do perdão" (versão completa).	PowerPoint e guitarra	10'	Participação e empenho

Recurso Didático 6





Recurso Didático 7

Canção do João e do Perdão⁴⁰²

1. Mais um dia na escola

E o João na discussão

Ele é muito turbulento

E arma sempre confusão

2. Mete-se muito comigo

Mesmo quando estou a estudar

Manda-me algumas bocas

Para tentar provocar

REFRÃO:

Não me vou zangar

Porque eu aprendi

Que viver em paz

É que me faz feliz

Não me vou zangar

Pois Jesus me diz

Que não devo andar por aí

a empinar o nariz

3. A professora percebeu

E chamou-me à atenção

Perguntou-me o que se passava

Pronta a dar-lhe um sermão

4. Eu disse-lhe que o perdoava

E logo estendi-lhe a mão

E nasceu uma amizade

Com o João

REFRÃO

5. Para viver em harmonia,

todos temos que aprender

a perdoar, a perdoar

E no nosso dia-a-dia,

o amor de Jesus

Testemunhar, testemunhar

REFRÃO

⁴⁰² A versão original desta canção é: Não Vou Mais Brigar - Rebeca Nemer. Pode ser audível em <https://www.youtube.com/watch?v=tzD-6r0vflk>. Esta canção sofreu um arranjo de letra e música da minha autoria.

Recurso Didático 8



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Ser uma Escola para a Cidadania _____



Educação Moral e Religiosa Católica
Escola EB 1 da Misericórdia
Ficha de Trabalho n.º 1 - 4º ano

Nome: _____

Data: _____

Turma: _____

1. Canção do Perdão e do João

1. Mais um dia na escola
E o João na discussão
Ele é muito turbulento
E arma sempre confusão

3. A professora percebeu
E chamou-me à atenção
Perguntou-me o que se passava
Pronta a dar-lhe um sermão

2. Mete-se muito comigo
Mesmo quando estou a estudar
Manda-me algumas bocas
Para tentar provocar

4. Eu disse-lhe que o perdoava
E logo estendi-lhe a mão
E nasceu uma amizade
Com o João

REFRÃO:

**Não me vou zangar
Porque eu aprendi
Que viver em paz
É que me faz feliz
Não me vou zangar
Pois Jesus me diz
Que não devo andar por aí
a empinar o nariz**

REFRÃO

Para viver em harmonia, temos todos que
aprender
a _____ a _____
E no nosso dia-a-dia, o amor de Jesus
_____, _____

REFRÃO

2. ATIVIDADE: “A necessidade de Perdoar”

Realiza aqui a 3.ª tarefa:

Com “pedra”	Sem “pedra”

3. Qual a moral da história que é contada na canção do João e do perdão?

Recurso Didático 9



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Ser uma Escola para a Cidadania _____



Educação Moral e Religiosa Católica
Escola EB 1 da Misericórdia
Ficha de Trabalho n.º 1 - 4º ano

Nome: _____

Data: _____

Turma: _____

1. Canção do Perdão e do João

1. Mais um dia na escola
E o João na discussão
Ele é muito turbulento
E arma sempre confusão

3. A professora percebeu
E chamou-me à atenção
Perguntou-me o que se passava
Pronta a dar-lhe um sermão

2. Mete-se muito comigo
Mesmo quando estou a estudar
Manda-me algumas bocas
Para tentar provocar

4. Eu disse-lhe que o perdoava
E logo estendi-lhe a mão
E nasceu uma amizade
Com o João

REFRÃO:

**Não me vou zangar
Porque eu aprendi
Que viver em paz
É que me faz feliz
Não me vou zangar
Pois Jesus me diz
Que não devo andar por aí
a empinar o nariz**

REFRÃO

Para viver em harmonia, temos todos que
aprender
a _____ a _____
E no nosso dia-a-dia, o amor de Jesus
_____, _____

REFRÃO

Com as palavras a seguir indicadas, completa os espaços da estrofe da canção:

testemunhar; testemunhar; perdoar; perdoar

2. ATIVIDADE: “A necessidade de Perdoar”

Realiza aqui a 3.ª tarefa:

Com “pedra”	Sem “pedra”

3. Qual a moral da história que é contada na canção do João e do perdão?

_____.

Recurso Didático 10



Recurso Didático 11



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches
Escola EB 1 da Misericórdia
Ano letivo 2017/2018

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3: O Perdão

Aula n.º 3/5

Ano: | Turma: 4.º 7

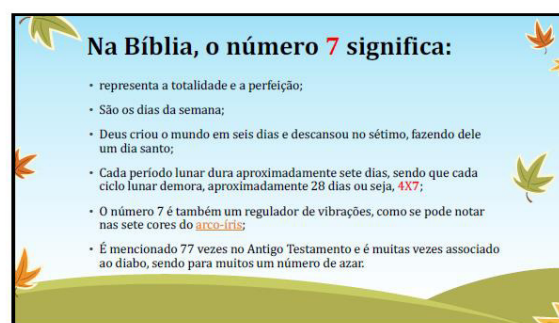
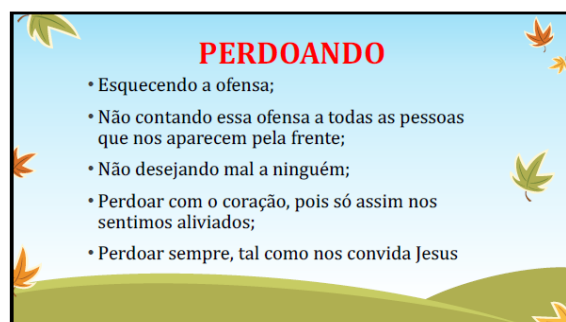
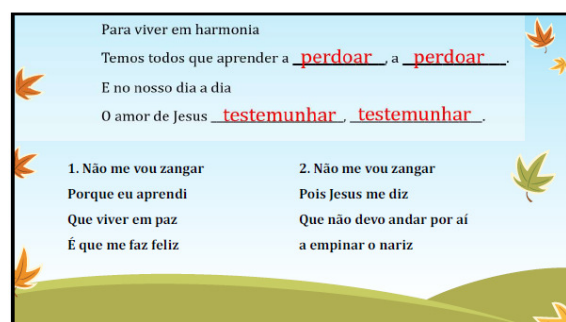
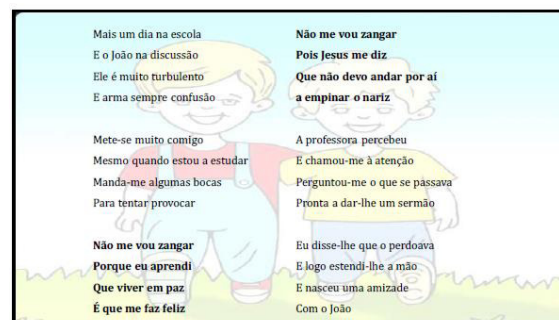
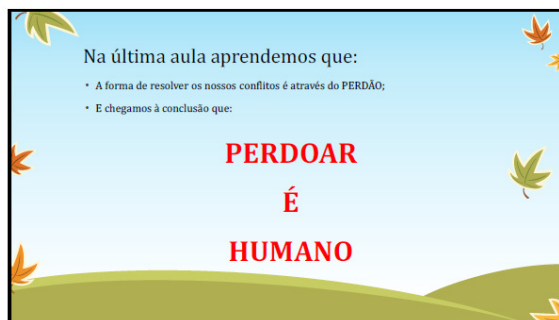
Data: 22/01/2018

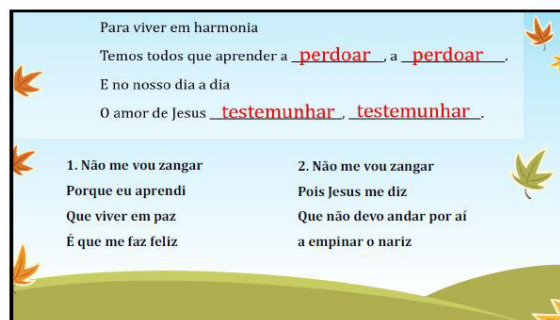
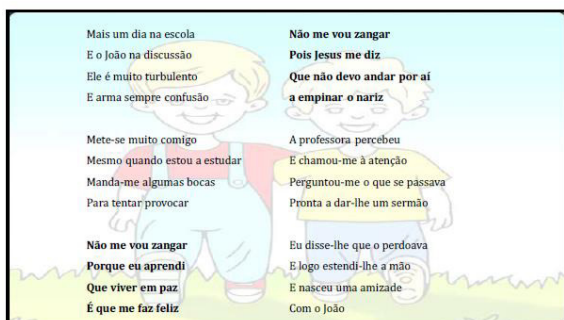
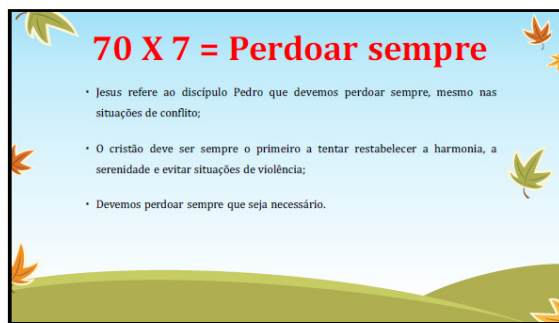
Tempo previsto: 60' (16h30 às 17h30)

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário						
SUMÁRIO: Jesus convida a perdoar sempre.						
	Acolhimento		- Acolhimento	PowerPoint	5'	Assiduidade, pontualidade e empenho
G. Identificar valores evangélicos M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano	Compreender a necessidade de restaurar relações através do perdão.	A necessidade de pedir perdão e como se faz; Dar o perdão; Aceitar o perdão.	- Revisão dos conteúdos abordados na aula anterior " - A canção do João e do perdão".	PowerPoint e guitarra	10'	Visualização em grupo; Atenção Observação direta; Participação organizada; Respeito pelos colegas
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	Jesus convida a perdoar sempre: Mt 18, 21-22	A turma visualiza um vídeo: "Jesus PERDÃO 70 x 7".	PowerPoint e colunas de som	15'	

			Reflexão com a turma sobre o vídeo, onde será abordado o significado Bíblico do número 7 e revelado o sentido da expressão “70 X 7”.	PowerPoint	10'	
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	Jesus convida a perdoar sempre: Mt 18, 21-22	Realização de uma ficha de trabalho sobre os conteúdos abordados na aula.	PowerPoint e ficha de trabalho	10'	Tarefa individual; Participação organizada, Respeito pelos colegas Visualização em grupo; Atenção
			Correção da ficha de trabalho sobre os conteúdos abordados na aula.		5'	
			Interpretação da “Canção do João e do perdão”.	PowerPoint e guitarra	5'	Participação e empenho

Recurso Didático 12





Recurso Didático 13



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Construir uma Escola de Qualidade

Ser uma Escola para a Cidadania



Educação Moral e Religiosa Católica

Escola EB 1 da Misericórdia

Ficha de Trabalho n.º 3 - 4º ano

Nome: _____

Data: _____

Turma: _____

Encontre as 7 diferenças entre os dois desenhos .



Completa os espaços em branco da seguinte frase, usando os números 70 e 7.

"... se o meu irmão me ofender, quantas vezes lhe deverei perdoar?
Até _____ vezes?"

Jesus respondeu: Não te digo até _____ vezes, mas até _____
vezes _____".


Recurso Didático 14

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Educação Moral e Religiosa Católica
Escola EB 1 da Misericórdia
Ficha de Trabalho n.º 3 - 4º ano

Nome: Isa Alexandra Reis Afonso
Data: Braga, 22 de Janeiro 2019
Turma: 2

Encontre as 7 diferenças entre os dois desenhos.



Completa os espaços em branco da seguinte frase, usando os números 70 e 7.

"... se o meu irmão me ofender, quantas vezes lhe deverei perdoar?
Até 70x7 vezes?

Jesus respondeu: Não te digo até 7 vezes, mas até 70 vezes 77."

NORTE2020 2020

Recurso Didático 15



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches
Escola EB 1 da Misericórdia
Ano letivo 2017/2018

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3: O Perdão

Aula n.º 4/5

Ano: | Turma: 4.º 7

Data: 29/01/2018

Tempo previsto: 60' (16h30 às 17h30)

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Na cruz Jesus perdoa; O exemplo do Papa João Paulo II; O perdão traz-nos a paz a nós e aos outros.						
	Acolhimento		- Acolhimento	PowerPoint	5'	Assiduidade, pontualidade e empenho
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	Jesus convida a perdoar sempre: Mt 18, 21-22	- Revisão dos conteúdos abordados na aula anterior “	PowerPoint	10'	Visualização em grupo; Atenção Observação direta;

		<p>- Jesus perdoa o malfeitor que se arrependeu: Lc 23, 39-43</p> <p>- O Papa João Paulo II perdoou quem o tentou matar</p>	<p>A turma ouve 3 histórias:</p> <p>1.º Vídeo com a história da Paixão de Cristo;</p> <p>2.º O exemplo do Papa João Paulo II (atentado de 13 de maio de 1981);</p> <p>3.º A carta – Uma história sobre o perdão;</p> <p>No final de cada história, realizar-se-á uma breve reflexão sobre as mesmas.</p>	Vídeo, colunas de som, manual de EMRC – 4º ano, PowerPoint	20'	Participação organizada; Respeito pelos colegas
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	O perdão traz a paz a nós e aos outros	Os alunos vão pintar e recortar uma vela alusiva ao perdão.	Lápis de cor e fotocópia de uma vela	10'	Tarefa individual;
			O professor irá propor que cada aluno escreva na vela uma palavra relacionada com o perdão e de seguida dirá aos alunos para afixarem a mesma num cartaz que terá no centro a frase "Perdoar é Humano".	Esferográfica, cartolina	10'	Participação organizada, Respeito pelos colegas Visualização em grupo; Atenção
			Interpretação da "Canção do João e do perdão".	PowerPoint e guitarra	5'	Participação e empenho

Recurso Didático 16

O Perdão




Na cruz Jesus perdoa;
O exemplo do Papa João Paulo II;
O perdão traz-nos a paz a nós e aos outros.



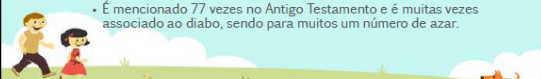
Na última aula falamos do significado do:

- do número 7;
- Da expressão utilizada por Jesus: perdoar 70X7




Sobre o número 7:

- Representa a totalidade e a perfeição;
- São os dias da semana;
- Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo, fazendo dele um dia santo;
- Cada período lunar dura aproximadamente sete dias, sendo que cada ciclo lunar demora, aproximadamente 28 dias ou seja, 4X7;
- O número 7 é também um regulador de vibrações, como se pode notar nas sete cores do arco-íris;
- É mencionado 77 vezes no Antigo Testamento e é muitas vezes associado ao diabo, sendo para muitos um número de azar.




70 X 7 = Perdoar sempre

- Jesus refere ao discípulo Pedro que devemos perdoar sempre, mesmo nas situações de conflito;
- O cristão deve ser sempre o primeiro a tentar restabelecer a harmonia, a serenidade e evitar situações de violência;
- Devemos perdoar sempre que seja necessário.



E qual o limite do Perdão?


Com muita atenção vamos ver, ouvir e refletir 3 histórias:



JESUS É CONDENADO A MORTE

Na cruz, Jesus perdoa

- No meio de grande sofrimento, Jesus foi capaz de perceber a sinceridade do arrependimento e perdoou o ladrão;
- Foi uma atitude tão séria e tão boa, isto perante uma situação em que a maioria das pessoas teriam como primeira reação responder com a mesma violência.



Nome de nascimento	Karol Józef Wojtyła
Nascimento	18 de maio de 1920 (Wadowe, Polónia Polónia, Polónia)
Eleição	16 de junho de 1978
Constituição	26 de outubro de 1978
Fim do pontificado	2 de julho de 2005 (84 anos)
Morte	2 de julho de 2005 (84 anos) (Vaticano)
Antecessor	João Paulo I
Sucessor	Bento XVI
Assinatura	

Papa João Paulo II



O exemplo do Papa João Paulo II



O exemplo do Papa João Paulo II

- João Paulo II mostrou que é possível perdoar todas as pessoas, mesmo aquelas que não nos são agradáveis, que nos magoam e ofendem;
- O Papa mostrou-nos a todos que não há limites para o perdão.



Vamos ouvir com atenção:

A CARTA

- Uma história sobre o perdão -

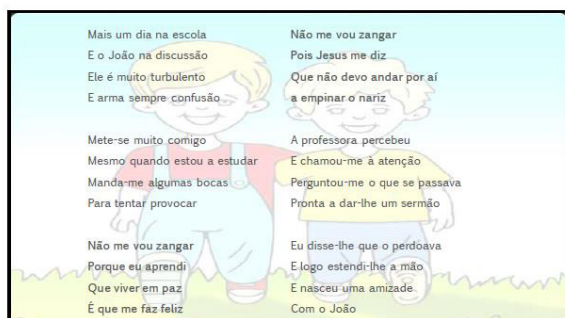


Moral desta história:

Como é triste a vida dos que não sabem perdoar.



A CANÇÃO DO JOÃO E DO PERDÃO



Para viver em harmonia

Temos todos que aprender a perdoar, a perdoar.

E no nosso dia a dia

O amor de Jesus testemunhar, testemunhar.

1. Não me vou zangar

Porque eu aprendi

Que viver em paz

É que me faz feliz

2. Não me vou zangar

Pois Jesus me diz

Que não devo andar por aí

a empinar o nariz

POR ISSO É
QUE:

PERDOAR

É

HUMANO



Recurso Didático 17

Há uns anos na tarde de 13 de maio de 1981, o Papa João Paulo II sofreu um atentado á sua vida. Um homem chamado Ali Agca, disparou uma pistola ferindo gravemente o Papa. Uma multidão de fiéis presenciou o incidente e viu João Paulo II quase a morrer.

Cinco dias após o atentado, quando recitava o Angelus, uma oração dirigida à Virgem Maria, o Papa surpreendeu o mundo ao pronunciar estas palavras: ‘Rezo pelo irmão que me atingiu, a quem perdoei sinceramente.’

O perdão, anunciado por palavras foi reforçado em 1983, por ocasião de uma visita a Ali Agca, na sua cela da prisão.

O Papa terá, então, transmitido pessoalmente o perdão ao seu agressor, com quem conversou por alguns momentos e com quem rezou”

A CARTA

- Uma história sobre o perdão –

“Era uma vez um rapaz que ia muito mal na escola. As suas notas e o seu comportamento eram uma decepção para os seus pais que sonhavam vê-lo formado e bem-sucedido. Um belo dia, o bom pai propôs-lhe um acordo: meu filho, se mudares o teu comportamento, se te dedicares aos estudos e conseguires entrar para a Faculdade de Medicina, dar-te-ei um carro de presente. Por causa do carro, o rapaz mudou da água para o vinho. Passou a estudar como nunca e a ter um comportamento exemplar. O pai estava feliz, mas tinha uma preocupação. Sabia que a mudança do rapaz não era fruto de uma mudança sincera, mas apenas pelo interesse em obter o carro. Isso era mau! O rapaz seguia os estudos e aguardava o resultado dos seus esforços. Assim, o grande dia chegou! Entrou para o curso de Medicina.

Como havia prometido, o pai convidou a família e os amigos para uma festa de comemoração. O rapaz tinha a certeza que o pai lhe daria o carro, na festa. Quando pediu a palavra, o pai elogiou o resultado obtido pelo filho e entregou-lhe um presente. Crendo que ali estavam as chaves do carro, o rapaz abriu emocionado o pacote. Para sua surpresa, o presente era uma BÍBLIA. O rapaz ficou visivelmente dececionado e nada disse. A partir daquele dia, o silêncio e a distância separavam pai e filho. O jovem sentia-se traído e, agora, lutava para ser independente. Deixou a casa dos pais e foi morar para próximo da Faculdade. Raramente mandava notícias à família. O tempo passou, ele formou-se, conseguiu um emprego num bom hospital e esqueceu-se completamente do pai.

Todas as tentativas do pai para reatar os laços foram em vão. Até que um dia o velho, muito triste com a situação, adoeceu e não resistiu. Morreu. No enterro, a mãe entregou ao filho, indiferente, a BÍBLIA que tinha sido o último presente do pai e que havia sido deixada para trás.

De volta à sua casa, o rapaz, que nunca perdoara o pai, quando colocou o livro numa estante, notou que havia um envelope dentro dele. Ao abri-lo, encontrou uma carta e um cheque. A carta dizia: *"Meu querido filho, sei o quanto desejas ter um carro. Eu prometi e aqui está o cheque para que escolhas aquele que mais te agradar. No entanto, fiz questão de te dar um presente ainda melhor: a BÍBLIA SAGRADA. Nela aprenderás o Amor a Deus e a fazer o bem, não pelo prazer da recompensa, mas pela gratidão e pelo dever de consciência"*. Corroído de remorsos, o filho caiu em profundo choro.”⁴⁰³

⁴⁰³ Autor desconhecido



Recurso Didático 20



Recurso Didático 21



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches
Escola EB 1 da Misericórdia
Ano letivo 2017/2018

Planificação de Aula

Unidade Letiva 3: O Perdão

Aula n.º 5/5

Ano: | Turma: 4.º 7

Data: 05/02/2018

Tempo previsto: 60' (16h30 às 17h30)

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Vale a pena recomeçar.						
	Acolhimento		- Acolhimento - Explicação breve aos alunos pelo facto de estarem numa disposição diferente do habitual (disposição em U)	PowerPoint	5'	Assiduidade, pontualidade e empenho
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	Jesus convida a perdoar sempre: Mt 18, 21-22	Interpretação da "Canção do João e do perdão".	PowerPoint e guitarra	5'	Visualização em grupo; Atenção Observação direta;

		<ul style="list-style-type: none"> - Jesus perdoa o malfeitor que se arrependeu: Lc 23, 39-43 - O Papa João Paulo II perdoou quem o tentou matar - O perdão traz a paz a nós e aos outros 	- Revisão dos conteúdos abordados na aula anterior “	PowerPoint	5'	Participação organizada; Respeito pelos colegas
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	Identificar o fundamento evangélico do perdão	É sempre possível recomeçar, mesmo quando o erro grave é cometido.	<p>“O Bolo da Reconciliação” O professor recriará, com a ajuda dos alunos, a confeção de um bolo, onde explicará o significado de cada ingrediente, de forma a estabelecer uma relação com a unidade letiva abordada.</p>	Bacia, Colher de pau, Açúcar, margarina, ovo, farinha de trigo, leite, fermento e chocolate.	15'	Participação organizada, Respeito pelos colegas Visualização em grupo; Atenção
			Construção de um acróstico sobre o Perdão, à medida que forem preenchendo mesmo jogarão ao jogo da “Batata Quente”	PowerPoint	10'	
			O professor irá contar a história: “Os amigos imperfeitos”	Manual de EMRC	5'	Atenção
			Reflexão sobre a história, como conclusão da unidade letiva.	PowerPoint	5'	Participação e empenho
			Pequeno convívio com a partilha do bolo supostamente confeccionado.	Bolo	10'	Convívio, respeito pelos colegas e participação organizada.

Recurso Didático 22

O Perdão



A Reconciliação:
- Vale a pena recomeçar.



A CANÇÃO DO JOÃO E DO PERDÃO



Mais um dia na escola
E o João na discussão
Ele é muito turbulento
E arma sempre confusão

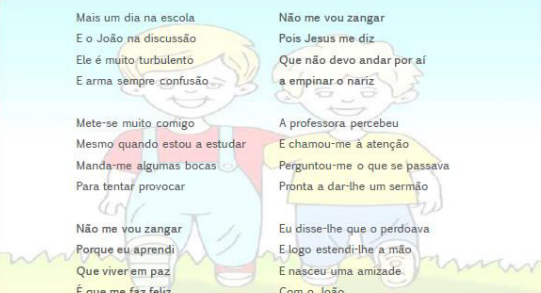
Não me vou zangar
Pois Jesus me diz
Que não devo andar por aí
a empinar o nariz

Mete-se muito comigo
Mesmo quando estou a estudar
Manda-me algumas bocas
Para tentar provocar

A professora percebeu
E chamou-me à atenção
Perguntou-me o que se passava
Pronta a dar-lhe um sermão

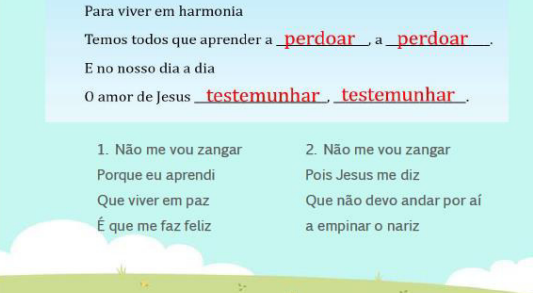
Não me vou zangar
Porque eu aprendi
Que viver em paz
É que me faz feliz

Eu disse-lhe que o perdoava
E logo estendi-lhe a mão
E nasceu uma amizade
Com o João




Para viver em harmonia
Temos todos que aprender a perdoar, a perdoar.
E no nosso dia a dia
O amor de Jesus testemunhar, testemunhar.

1. Não me vou zangar
Porque eu aprendi
Que viver em paz
É que me faz feliz
2. Não me vou zangar
Pois Jesus me diz
Que não devo andar por aí
a empinar o nariz




Na última aula falamos de/do:

- Que na cruz, Jesus perdoa;
- Exemplo do Papa João Paulo II;
- Como é triste a vida daqueles que não sabem perdoar.



Na cruz, Jesus perdoa

- No meio de grande sofrimento, Jesus foi capaz de perceber a sinceridade do arrependimento e perdoou o ladrão;
- Foi uma atitude tão séria e tão boa, isto perante uma situação em que a maioria das pessoas teriam como primeira reação responder com a mesma violência.




O exemplo do Papa João Paulo II




O exemplo do Papa João Paulo II

- João Paulo II mostrou que é possível perdoar todas as pessoas, mesmo aquelas que não nos são agradáveis, que nos magoam e ofendem;
- O Papa mostrou-nos a todos que não há limites para o perdão.

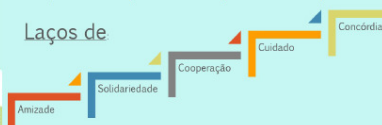



A CARTA

- Uma história sobre o perdão -

- Esta história ensinou-nos que devemos fazer o bem, não pelo prazer de uma recompensa, mas pela gratidão e pelo dever de consciência;
- Se assim não for, seremos incapazes de criar laços com as outras pessoas.

Laços de

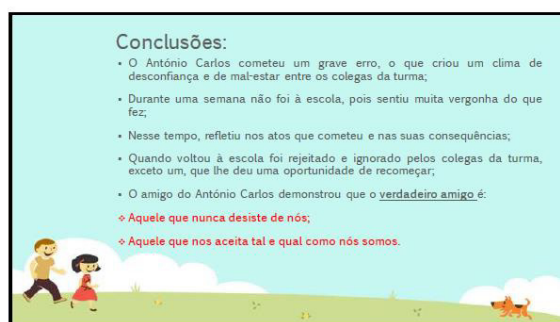



BOLO DA RECONCILIAÇÃO

Ingredientes:

1. Açúcar (Doçura);
2. Margarina (Sabor);
3. Ovo (União);
4. Farinha de trigo (Firmeza);
5. Leite (Amolecer);
6. Fermento (Crescimento)
7. Chocolate (Pensamento/Reflexão/Perdão)



Recurso Didático 23



Recurso Didático 24

